

**UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**

*Campus de Rio Claro*

**VOLNEI ANTONIO SACARDO**

**A AUTORIDADE ACIMA DE TUDO! – O PENSAMENTO  
GEOGRÁFICO DE JACKSON DE FIGUEIREDO**

Rio Claro (SP)

2008

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**Instituto de Geociências e Ciências Exatas**  
*Campus de Rio Claro*

**A AUTORIDADE ACIMA DE TUDO! – O PENSAMENTO  
GEOGRÁFICO DE JACKSON DE FIGUEIREDO**

VOLNEI ANTONIO SACARDO

Orientador: Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho

Dissertação de Mestrado elaborada junto  
ao Programa de Pós-graduação em  
Geografia – Área de Organização do  
Espaço, para obtenção do título de Mestre  
em Geografia.

Rio Claro (SP)  
2008

910.07 Sacardo, Volnei Antonio.  
S119a A autoridade acima de tudo! O pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo / Volnei Antonio Sacardo. - Rio Claro : [s.n.], 2008  
132 f. : il., tabs.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista,  
Instituto de Geociências e Ciências Exatas  
Orientador: Fadel David Antonio Filho

1. Geografia – Estudo e ensino. 2. Pensamento político nacional. 3. Discurso geográfico. 4. Intelectualidade, autoritarismo e ordem. I. Título.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho  
Profa. Dra. Vânia Rúbia Farias Vlach  
Prof. Dr. Silvio Carlos Bray

Volnei Antonio Sacardo  
Aluno (a)

Rio Claro, 02 de outubro de 2008

Resultado: Aprovado

**Dedico  
À Daniele,  
Otávio Augusto,  
Pietra e  
Giuseppe.**

## **AGRADECIMENTOS**

À memória do professor Antonio Francisco Guerreiro Zibordi, por primeiro ter me aberto os olhos para o mundo através da geografia.

Ao professor orientador, Fadel David Antonio Filho, por ter acreditado na concretização deste trabalho, sugerindo bibliografias e oferecendo segurança no momento de incerteza.

À Gabriela Brioschi Morais, por abrir mão de suas atividades de estudante para se dedicar à busca de bibliografias referentes a este trabalho.

À Ana Maria Aguiar, por ter lido os originais, contribuído com importantes observações e incentivado durante todo o tempo o desenvolvimento da pesquisa.

À Rita de Cássia, por ter incentivado, sugerido o tema e colaborado na qualificação com importantes indicações para o desenvolvimento da pesquisa.

À Fundação Biblioteca Nacional, pela conservação e envio de microfimes da revista “A Ordem” através do “Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil”.

À Mariana Silva de Carvalho, por ter aparecido em um momento fundamental da conclusão da pesquisa e ter colaborado com predisposição suficiente para discutir e corrigir todo o trabalho.

À minha família, por ouvir pacientemente as minhas reclamações e jamais ter se queixado pela minha ausência durante a pesquisa.

À Daniele, Otávio, Pietra e Giuseppe, por constituírem a razão de tudo o que vislumbro como felicidade.

Aos meus alunos, por me lembrarem todos os dias que o meu projeto de vida é coletivo e não permitirem que eu me esqueça do papel social da educação.

## RESUMO

O trabalho versa sobre o pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo e procura desvendar as condições da elaboração do discurso do autor a partir da análise da sua vida, do contexto e do grupo social que representava. A dedicação em período integral à causa religiosa e a força com que combatia os movimentos sociais típicos do início do século XX destacam-se como características fundamentais da personalidade do autor, motivo pela qual se tornou o organizador e condutor do movimento católico. A elaboração do pensamento geográfico do autor fez-se em consonância com as principais idéias provenientes da doutrina cristã e com as transformações políticas, econômicas e sociais que se faziam no Brasil, originando um pensamento político tipicamente brasileiro. A principal finalidade de sua obra foi a restauração da ordem e da autoridade, ideais colocados em risco especialmente após a Proclamação da República. Em busca do restabelecimento dos ideais de monarquia e do modelo católico de sociedade, temas adjacentes se desenvolveram, destacando-se principalmente os de fundo espacial, típicos do pensamento geográfico. Dentre esses temas, destacaram-se a concepção de Estado do autor, as políticas de incentivo à natalidade, a transferência da capital federal, o combate à imigração e a defesa da educação católica. Permeados pela idéia de nacionalismo católico, esses temas correspondiam à necessidade de desenvolver uma nação brasileira, problema histórico, que após a Proclamação da República precisava ser resolvido sob pena de desagregação nacional. Mesmo com a morte prematura do autor, a sua obra e idéias permaneceram com significativo efeito sobre a realidade contemporânea brasileira. A explicação principal para a continuidade do ideal jacksoniano, mesmo admitindo-se as mudanças do movimento católico, encontra respaldo nas duas principais obras do autor: O Centro Dom Vital e a Revista A Ordem. Nesse sentido, os dois referidos órgãos contribuíram para a formação de uma elite intelectual católica que carregava a missão de conversão do Estado leigo em Estado católico e de manutenção dos valores católicos na vida social – tarefa árdua num período marcado por profundas mudanças. Conclusivamente, o estudo sobre Jackson de Figueiredo reafirma a importância do pensamento geográfico para as pretensões políticas. Dessa forma, a eficácia política do pensamento do autor explica-se pela sua habilidade e esforço prático, mas principalmente pelo conjunto de idéias, com lógica e sistematização interna, capazes de abarcar os interesses de um grupo social, convergindo para um discurso geográfico persuasivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pensamento Geográfico. Pensamento Político Nacional. Discurso Geográfico. Intelectualidade, Autoritarismo e Ordem.

## ABSTRACT

This work tells about the geographical thoughts about Jackson Figueiredo and tries to unravel the conditions of the elaboration of the author's speech since his life analysis, the context and the social group he used to represent. The full time dedication to the religious cause and the strength he used to combat against the social movements that were typical in the century XX, stand out as the author's personality fundamental characteristics, therefore, he became the conductor and organizer of the catholic movement. The elaboration of the author's geographical thoughts had consonance with the main ideas due to the Christian doctrine and with the political, economical and social transformations that happened in Brazil, beginning a typically Brazilian political thought. The main target of his work was the restoration of the order and authority; ideals were put in risk, especially after the Republic Proclamation. Searching for the reestablishment of the Monarch ideals and the catholic social model, adjacent themes got developed and were standing out, mainly the spatial fund, typical of the geographical thought. Within those themes, the conception of the author's State, the political birth incentive, the federal capital transference, the combat against the immigration and the catholic education defense, all stood out. Permeated for the catholic nationalism, those themes used to correspond to the necessity of a Brazilian nation development, historical problem that after the Republic Proclamation, it needed to be solved under the national breakdown penalty. Even though the author's premature death, his work and ideas remained as a significantly effect about the Brazilian contemporary reality. The main explanation to the continuity of jacksonian ideal, even admitting the catholic movement changes, has a backing on both main author's work: The Dom Vital Center and the Magazine A Ordem. This way, both referred organs contributed to the formation of a catholic intellectual elite that had the mission to convert the lay State conversion to catholic State and to the catholic values maintenance on the social life – hard task in a marked time of deep changes. Concluding, the study about Jackson de Figueiredo reassures the importance of the geographical thought about the political intensions. This way, the political effectiveness of the author's thought, explains itself for the everyday ability and of practical effort, but mainly for he group of ideas, with logic and internal systematization, capable to cover the interests of a social group, converging to a persuasive geographical speech.

**KEY WORDS:** Geographical Thought. National Political Thought. Geographical Speech. Intellectuality, Authoritarianism and Order.



## SUMÁRIO

	<b>Página</b>
1. INTRODUÇÃO .....	08
2. JACKSON FIGUEIREDO, HOMEM DE SEU TEMPO .....	15
3. JACKSON FIGUEIREDO E A SOBERANIA NACIONAL: A AMEAÇA VEM DA BASE .....	36
4. JACKSON FIGUEIREDO E O ESTADO LAICO: ENTRE A REAÇÃO E A AÇÃO.....	50
4.1 O reacionário .....	53
4.2 O ativista .....	58
5. JACKSON FIGUEIREDO E O NACIONALISMO.....	68
5.1 Defesa da Nação .....	69
5.2 Ocupação do Território.....	77
6. JACKSON FIGUEIREDO E A PROPOSTA EDUCACIONAL.....	87
6.1 Educação para a elite .....	91
6.2 Educação para o povo .....	105
7. CONCLUSÃO.....	117
8. REFERÊNCIAS.....	121

## **1. INTRODUÇÃO**

Em 09 de março de 2008, sob o pontificado do papa Bento XVI, a Igreja Católica divulgou os novos pecados, também conhecidos como pecados modernos, da era da globalização, que condenam o uso de drogas, a poluição ambiental, a desigualdade social e a manipulação genética. Publicado no jornal do Vaticano, "L'Osservatore Romano", os pecados modernos somaram-se ao já tradicionais pecados capitais: gula, luxúria, avareza, ira, soberba, vaidade e preguiça. A iniciativa do papa Bento XVI, conhecido pela posição radical em relação à rigidez dos valores e da doutrinação católica, pode ser interpretada como uma vitória da corrente social da Igreja ou como uma adaptação aos novos tempos, necessidade que vem atingindo até as alas mais conservadoras do Vaticano. Independente do real objetivo de tal manifestação por parte do Vaticano, a repercussão que teve no mundo todo é reveladora da influência que o Catolicismo ainda exerce sobre a consciência e o comportamento da população em geral, mesmo em um período de avanço extraordinário de setores tipicamente opostos à fé católica, tais como a ciência e a economia.

Nesse contexto de modernidade e tradição, o Brasil ocupa posição de destaque, tanto pelo predomínio religioso nas práticas e nos costumes quanto por possuir a maior população

católica do mundo<sup>1</sup>. Embora mais marcante na vida cotidiana e no imaginário popular, a influência católica também ocupa espaço em orientações de cunho oficial que determinam políticas públicas e convergem as opiniões populares em torno de medidas que, muitas vezes, contrariam os interesses reais da população e do país. Ilustrativos dessa assertiva são, por exemplo, as polêmicas em torno do controle de natalidade, das pesquisas com células-tronco e da legalização do aborto. Por conta disso, muitas vezes as políticas originadas do Estado ou de outros órgãos oficiais se tornam menos eficientes que as orientações da Igreja Católica. É notável a oposição em relação ao avanço indispensável da ciência e dos direitos humanos, e qualquer tentativa de emancipação do homem em relação às amarras do sobrenatural é encarada como simples vaidade do maléfico espírito humano ou o esforço satânico para construir o mundo sem Deus. Portanto, a negação de tais direitos e inadequação às mudanças repentinas, posturas historicamente limitadores do avanço da humanidade, são o resultado da influência histórica do espírito religioso nos mais diversos meios sociais. Numa combinação entre resistência e adaptação (ainda que pequena) aos novos tempos, o que persistem são os dogmas católicos.

A partir dessa constatação, uma pergunta é inevitável: qual a origem de tamanha influência do ideal católico no Brasil? Primeiramente, o catolicismo pode ser destacado como herança da colonização e progrediu conforme as transformações brasileiras e mundiais. Porém, longe de representar uma trajetória ascendente e natural em direção à perpetuação da orientação religiosa, o caminho da relação entre sociedade e Igreja e Igreja e Estado foi definido por períodos de maior ou menor aproximação. A Primeira República, especialmente na década de 1920, transformou-se em importante ponto de entroncamento da relação Igreja, Estado e sociedade. Nessa época, a confusão de idéias e a ebulição das condições políticas, econômicas e sociais exigiram a Reação Católica, um movimento de confluência das autoridades eclesiásticas e do laicato com a finalidade de organizar e efetivar uma atitude política do Catolicismo em resposta a todas as transformações que colocavam em xeque o posto privilegiado que sempre ocupou em terras brasileiras. Se por um lado esse período representou a perda do prestígio político da Igreja devido à proclamação do ideal laico do Estado e do avanço de outras seitas e religiões, por outro, reavivou o espírito católico determinante da continuidade e sobrevivência desses ideais até o presente. A análise desse momento da história do Catolicismo no Brasil republicano nos remete a uma compreensão profunda da dinâmica que envolveu as transformações do período e a uma característica

---

<sup>1</sup> O Censo 2000 do IBGE, calcula que os católicos são maioria - são 125 milhões de brasileiros,

fundamental à organização interna desse movimento – a preponderância de intelectuais na condução do processo. Coube aos intelectuais, em especial a Jackson de Figueiredo, a organização e sistematização das idéias, permitindo direção e sentido à prática do movimento.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (GRAMSCI, 1978).

A análise da obra de Jackson de Figueiredo, proposta pela presente pesquisa, parte do conceito de “intelectual orgânico” de Gramsci (1978). Esse conceito permite atrelar o intelectual a uma determinada classe social, de forma que, ao mesmo tempo em que por ela é instituído, desempenha função primordial na sobrevivência e eficácia prática do grupo que representa. Nesse sentido, pretende-se entender o movimento leigo católico no Brasil em referido período a partir da análise da atuação intelectual de Jackson de Figueiredo, visto que a ele se devem os méritos do rompimento com a indiferença do laicato católico e a condução do movimento que garantiu o suposto sucesso dessa religião. A Reação Católica pode ser associada a duas dimensões do autor: a postura oportunista, fundamental para a ocupação de diversos campos dispersores de idéias, tais como o meio político e jornalístico, e a intelectual, que permitiu a organização, ampliação e direcionamento do movimento católico. É exatamente no exame da segunda dimensão, que se encontram os elementos fundamentais de estruturação do pensamento geográfico.

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca do seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo (MORAES, 2005a, p. 32).

Aqui cabem duas observações importantes quanto às dimensões da pesquisa. A primeira diz respeito à escala espacial, visto que os fenômenos sócio-espaciais (principalmente no Brasil), embora articulados entre si, apresentam efeitos sentidos de forma irregular nas diversas regiões. Por conseguinte, a análise, mesmo tendo um recorte nacional, concentrou-se na região Sudeste, mais especificamente no Rio de Janeiro, não só pela centralidade que ocupou na obra do autor, como pela relevância política, enquanto capital

---

enquanto o segundo país com maior número de católicos é o México, com 86 milhões.

federal, na determinação dos rumos do país. Outra questão relevante diz respeito ao fato dos acontecimentos sociais terem suas origens nos processos históricos, o que levou à consideração do problema da escala temporal. O período analisado corresponde mais especificamente à década de 1920, mas estende-se de forma não linear para outros momentos, principalmente na abrangência da Primeira República.

A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental, com tratamento qualitativo. Quanto às obras do autor, além dos livros, o trabalho fundamentou-se principalmente na análise da revista *A Ordem*, onde se concentrou o pensamento do grupo católico. É necessário salientar que muitas das citações bibliográficas da revista no corpo do texto aparecem sem autor ou ainda são utilizados artigos da revista, mas de outros autores para elucidar o pensamento jacksoniano. Ao invés de empobrecimento do trabalho ou até mesmo da descaracterização, o uso dos mais variados artigos da revista para comprovação das idéias do autor em estudo revela o caráter inextricável da relação intelectual entre os membros do grupo católico e o controle absoluto que Jackson exerceu sobre o movimento católico. Além das obras e documentos do autor, o referencial teórico articulou obras da geografia e de outros campos, principalmente da sociologia, filosofia e história. No campo da Geografia, recorreu-se à análise do Determinismo Geográfico de Ratzel e ao conceito de geopolítica desenvolvido por Kjellén, autores clássicos, além de contemporâneos como Antonio Carlos Robert Moraes, Milton Santos e Lia Osório Machado, cuja referência deve-se à valorização que o pensamento geográfico vem ocupando nos últimos anos na análise do pensamento brasileiro.

Dentre as obras de referência externas à Geografia, ocuparam papel fundamental as produções de Goldmann (1976), Gramsci (1978) e Lukács (2007), que sustentaram a linha marxista de pesquisa e a concepção dialética de história. Em função do interesse em manter uma linha de pesquisa orientada por esses autores, a análise da totalidade se colocou como necessidade para o desenvolvimento da pesquisa em volta do pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo.

Nessa perspectiva, em torno da produção intelectual de Jackson de Figueiredo se estruturaram concepções e visões de mundo acerca do território, da política, da economia e da população, embasados na religião, que projetam no espaço geográfico o modelo ideal de país, sua maior ambição. A concretização do pensamento de Jackson de Figueiredo através da espacialização revela uma importante característica da materialidade, do aspecto palpável do território: o necessário jogo de interesses que envolve o mundo das idéias na produção do espaço.

As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão valores, interesses, mentalidades, visões de mundo (MORAES, 2005a, p.16).

O discurso de Jackson de Figueiredo fundamentou-se nas condições reais do Brasil, que em determinados momentos acelerou ou inibiu o desenvolvimento da reação católica. Ao proclamar a preponderância da religião nos costumes e na política do país, através de sua vinculação ao nacionalismo, as características do espaço passaram a atuar em suas propostas e a constituir o veículo para a concretização de suas pretensões. A investigação do pensamento geográfico do autor visa contribuir para a compreensão da sua visão de mundo, com base no entendimento de que a produção espacial, antes de constituir sua finalidade principal, esteve diluída em toda a sua produção intelectual.

O Estruturalismo Genético, método proposto por Lucien Goldmann (1976), atendeu às necessidades deste trabalho ao contribuir com a compreensão do pensamento geográfico do autor. Como o pensamento geográfico não pode se limitar à análise de apenas um elemento da obra, dado o conjunto de discursos a respeito do espaço, o Estruturalismo Genético ganha relevância, por permitir a união do estudo do autor ao contexto em que a obra foi produzida e à classe social que representava, considerada a lógica interna da obra. A reflexão sobre o pensamento do autor foi feita aqui em função das mudanças de postura do mesmo durante toda a sua produção intelectual, que estiveram intimamente ligadas ao contexto histórico-social da década de 1920 e foram sinalizadas ao longo do trabalho. Esse contexto influenciou o pensamento geográfico do autor e foi influenciado por ele, tendo em vista a importância sócio-espacial das propostas do intelectual e da instituição que ele representava, a Igreja Católica.

O trabalho de pesquisa pautou-se na interdependência das diversas partes, localizadas em pontos diferentes da sua produção, ordenadas aqui em capítulos que seguem uma intencionalidade argumentativa. Nesse mosaico, o pensamento geográfico ganha forma para atender ao interesse inicial da pesquisa de estabelecer a correspondência entre o pensamento católico de Jackson de Figueiredo e seu projeto de nação. Como resultado do paciente trabalho de artífice e da orientação do Estruturalismo Genético, a dissertação contextualiza a Primeira República e destaca o problema histórico da dispersão nacional, responsável pelo desmantelamento do país. Para Jackson de Figueiredo, esse problema estava associado, principalmente ao modelo político-econômico adotado – a República, apoiada pelo liberalismo econômico, que priorizava o desenvolvimento industrial e a abertura ao capital

estrangeiro. Outros problemas advinham desse modelo de governo: a falta de ocupação do território, para o que propunha incentivo à natalidade; a ameaça da política externa no pós I Guerra Mundial à soberania nacional, que só teria solução com a transferência da capital para o interior, e a educação laica, fruto dos diversos movimentos renovadores daquela época, principalmente a Escola Nova, que deveria ser substituída pelo modelo educacional cristão. Pode-se observar que tanto pelas posturas tomadas diante das condições reais do país como pelo projeto de educação que sintetizou seu projeto de transformação nacional, que o intelectual foi o mais leal e expressivo exponencial, como o referenciavam e o citavam outros intelectuais da época, principalmente por sua atuação na revista *A Ordem*.

A idéia geral do capítulo 1 é mostrar a ineficiência da política colonial e imperial e até mesmo a ausência de motivação para transformar a população brasileira em nação brasileira. Em função dessa lacuna, o nacionalismo eclode como resposta às novas condições criadas pela República e pela I Guerra Mundial. Apresenta o autor no cenário descrito anteriormente, num percurso biográfico cujo objetivo é estabelecer a relação entre importantes momentos de sua vida e as principais influências que projetaram sua obra. Nesse capítulo, é de se destacar a conversão de Jackson de Figueiredo ao Catolicismo em 1919 e sua morte prematura em 1928, aos 37 anos. O capítulo estabelece, pode-se dizer, as bases ideológicas para a estruturação da sua atuação como intelectual católico.

Os capítulos 2, 3, 4 e 5 obedecem a esse contexto e procuram demonstrar um pouco da trajetória de seu pensamento e elucidar em quais temáticas Jackson de Figueiredo utiliza o nacionalismo e a temática espacial como temas centrais.

A partir do segundo, inicia-se a análise de seu pensamento e de seus principais projetos para a nação brasileira. O capítulo deixa clara a influência negativa, segundo o autor, da industrialização e do progresso econômico para os rumos da nação, visto que vieram acompanhadas do ideal liberal. O intelectual defende, para tanto, o resgate do passado através da agricultura e do modelo medieval como alternativa ao crescimento industrial. Na realidade, esse capítulo trata da proposta econômica de Jackson de Figueiredo e do grupo católico.

O terceiro capítulo versa sobre sua concepção e atuação política a partir das condições que movimentaram a República e especialmente a década de 1920. A análise da sua obra nos leva a diferenciar duas posturas essenciais que elucidam o direcionamento de sua atuação política e que constituem o eixo do capítulo: a ação e a reação. O objetivo maior desse capítulo é revelar a participação do autor nas discussões e acontecimentos políticos enquanto esforço para construir um governo condizente com a ideologia católica.

São discutidos no quarto capítulo temas como proteção nacional e ocupação do território, que destacam o espaço no pensamento geopolítico do autor. A eclosão do século XX trouxe à tona problemas relacionados à temática espacial no Brasil e no mundo, os quais o autor incorporou em sua obra, demonstrando a abrangência do projeto católico. Muitos dos temas discutidos nesse capítulo prevalecem como importante bandeira do catolicismo e a sua origem nos permitem entender o significado que ainda possuem.

O último capítulo encerra o principal projeto desenvolvido por Jackson de Figueiredo: a educação. A partir do projeto de educação, baseado no ensino superior, estabeleceu-se uma linha de continuidade dos ideais do autor em relação ao período posterior a sua morte. A escolha dessa temática como último capítulo se fez baseada na sua representatividade, já que mais do que qualquer outra revela o pensamento integral do autor.

O estudo de Jackson de Figueiredo pretende colaborar com a análise do pensamento geográfico como tentativa de desvendamento de parte essencial do pensamento autoritário brasileiro e de esclarecimento da relação de interdependência estabelecida com a temática espacial. Somados a esses anseios está a curiosidade (e mesmo a indignação) diante da falta de explicações convincentes para a preponderância do pecado como limitador ou estimulador de ações ainda hoje. Ao anunciar os novos pecados, Bento XVI resgata uma das premissas proclamadas pela Igreja na década de 1920: a reação da Igreja diante da modernidade (Globalização), mesmo travestida com uma roupagem carregada do sentido do novo, o que torna ainda mais pertinente e atual a discussão deste trabalho. Quanto ao resultado da pesquisa, os olhares externos poderão ter uma visão menos parcial.



## **2. JACKSON DE FIGUEIREDO, HOMEM DE SEU TEMPO**

No Brasil, a falta de coesão nacional no período pós-independência encontrava na monarquia e na escravidão os amenizadores dos impactos causados pela presença anterior de um sistema político e econômico que ao invés de convergir a população brasileira em torno de um objetivo comum, historicamente fragmentou os laços identitários através do mecanismo de exclusão da maior parte da sua população. O Estado dinástico sustentava a frágil idéia de unidade territorial e estabilidade política, enquanto a manutenção do trabalho compulsório supria a necessidade de pregação patriótica, já que por esse sistema a violência predominava sobre a hegemonia (MORAES, 2005a).

O instrumento público principal era o favor, institucionalizado e tido como aspecto essencial no processo de governo. Nesse contexto, o Brasil não era propriamente um Estado, pois, dependendo do lugar, trocava-se favor por fidelidade (MARCHI, 2004, p.18).

Porém, a falsa idéia de unidade nacional entra em decadência no fim do século XIX, tendo por centralidade o dismantelamento do Estado Monárquico e do sistema escravista, pela emergência do regime republicano e da sociedade assalariada. Sob as condições de agitação no campo político e no mundo do trabalho, com a gradual substituição da força e da centralização do poder, somadas às dificuldades oriundas da marginalização histórica de parte

substancial da população brasileira, a criação de laços e de símbolos fundadores da idéia de pertencimento nacional e de Estado nacional transformou-se em problema que precisava ser equacionado, sob risco de efetiva desagregação política e territorial.

A falta de projeto nacional era evidenciada de forma mais concreta pela situação de atraso em relação às nações européias, e a inserção do jovem país no contexto do mundo desenvolvido se tornou ponto de convergência dos desafios nacionais pregado pela elite intelectual e política, que naquele momento assumia e controlava os rumos da nação. Impunha-se à República, assim, a urgente tarefa de superar problemas históricos relacionados à fragilidade nacional, e o desenvolvimento da identificação nacional encontrou no ideal de modernização, a saída mais rápida e fácil para reverter o efeito da dispersão nacional, realizada pela história colonial e superada superficialmente pela monarquia pós-independência. Por isso, diversas correntes de pensamento e programas se estruturaram em torno do ideal modernizante, por esse ocupar papel central na pregação ideológica da unidade nacional, com predomínio do cientificismo como categoria de explicação da situação do atraso e das possibilidades de modernização do país.

Uma postura cientificista vai aos poucos hegemонizando-se e acaba por fazer a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associa a idéia de modernidade. O papel catalisador que a noção de civilização cumpriu para a antiga mentalidade será agora ocupado pelo conceito de modernização (MORAES, 2005b, p. 96, grifo do autor).

Pode-se notar a preocupação com a modernização do país e o reordenamento do Estado pela análise das produções da denominada “Geração de 1870”, que manifestava a problemática nacional em suas elaborações, cujos autores estavam imbuídos de um projeto nacional. Esses autores foram leitores de Quinet, Taine, Littré, Spencer, Buckle, Renan e Comte, portanto, influenciados pelo pensamento francês e alemão. A partir dessa geração, pensadores como Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Araripe Júnior procuravam, em suas produções, a inserção do Brasil no mundo moderno, na busca de superação da sua situação de atraso pela crença na ciência e na educação, trazendo para o Brasil a discussão em torno da atualização. Nesse contexto, “[...] os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a ilustrar o país; a iluminá-lo pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas focos de luz donde haveria de sair uma nação transformadora” (BARROS, 1959, p. 23, grifo do autor).

A partir da impossibilidade de construção do Brasil como sociedade é que o território desempenhou papel fundamental, em detrimento da população, que foi transformada em mero instrumento de modernização e expansão territorial. O território passa a responder ao difícil desafio de construção de símbolos e sentimentos que permitissem, dentro do ideal modernizador, a construção dos laços e de sentimento nacional negados pela história. Dessa maneira, o pensamento geográfico adquire relevância tanto por se tornar o centro da pregação patriótica como por possibilitar, através de seu estudo, o entendimento da função do território na composição nacional.

Tem-se, assim, uma época de desenvolvimento tanto do processo de produção material do espaço brasileiro, isto é, de valorização objetiva de seu território (de construção de sua geografia material), quanto de sua produção simbólica, com a apropriação intelectual e a representação discursiva de variados lugares do país (logo, de sua valorização subjetiva) (MORAES, 2005a, p.22).

Contudo, enquanto partidários da modernização e do reordenamento do Estado defenderam o avanço material e industrial do país, o programa católico se fez contrário, assumindo que a solução para o problema da falta de coesão nacional não se encontrava no desenvolvimento econômico e no progresso em direção à sociedade democrática, mas em critérios ligados ao retorno da Monarquia e à retomada dos costumes e da tradição. Para o conservadorismo católico, o projeto da manutenção da coesão nacional assumia como centralidade a valorização simbólica do espaço em detrimento da exaltação material. Segundo tal pensamento, o projeto nacional deveria ser perpassado pelo resgate moral da população e pela oposição à modernização, em função do desgaste que o avanço econômico causava aos valores católicos, verdadeiros constituidores e fundadores da nação brasileira. Em torno do território, opuseram-se a visão cientificista e católica, visto que para a primeira, a modernização e a industrialização cumpriam o papel catalisador de desenvolvimento da nação e, para a segunda, o avanço material era mais um elemento de dispersão. Dessa forma, as duas correntes defendiam a unidade nacional, diferenciando-se pela oposição entre a modernização e a tradição.

Dialeticamente, a reação católica se entrelaçou às transformações de cunho estrutural desenvolvidas no campo econômico, político e social e incorporou praticamente todos os aspectos da vida social em seu discurso. Jackson de Figueiredo, representante do conservadorismo católico, transplantou-o para a realidade nacional, revelando-o a partir de um conjunto de idéias sistematizadas, com lógica interna, ligadas a um determinado grupo

social e intimamente envolvido com o contexto da Primeira República. Apesar de seguir as determinações da Santa Sé, Jackson de Figueiredo organizou e adaptou o princípio moral aos objetivos exclusivos de ascensão do Catolicismo à categoria de religião oficial e fundamento condutor da organização política e material do Brasil.

E já hoje, para quantos possam compreender que uma nação é constituída para viver muitos seculos, a pratica ortodoxa de quase quarenta anos do novo regime, impõe esta inquietadora conclusão: a República, pelo menos como a temos, é impotente para garantir a unidade nacional, honroso legado dos antepassados e da nossa dynastia (CARDOSO, 1926, p.117).

Como dito anteriormente, a transição do séc. XIX para o séc. XX trouxe mudanças importantes para o rumo político, a produção filosófica e o destino social do Brasil, e a Proclamação da República, associada ao fim da escravidão, fez eclodir novas correntes de pensamento, que alteraram profundamente a realidade brasileira e animaram a produção intelectual, especialmente no pós-guerra. Contemporâneo dessas transformações, Jackson de Figueiredo, nascido em 09 de outubro de 1891, em Aracaju, confunde-se com o movimento político da Primeira República. Em suas palavras:

E é por isso, que V. me veio encontrar em pleno domínio político do meio em que Deus me fêz nascer e crescer, e não para ser modelado por êste meio, mas para, reconhecendo-me parte dêle, reconhecendo-me condicionado por êle, atuar, ainda assim, no sentido de sua mais perfeita humanidade (FIGUEIREDO, 1945, p.74).

Sua produção, a temática de sua reflexão e a participação política se assemelhavam às dos intelectuais de seu tempo, que pensavam o Brasil no conjunto das transformações que se operava em todo o mundo.

O processo de conversão dos intelectuais em agentes políticos assumiu, a partir de 1915, o caráter de um movimento global e realizou-se sob diversas formas: vaga nacionalista, modernização cultural, ressurgimento católico e impulso antiliberal (PÉCAULT, 1990, p. 23).

Porém, Jackson de Figueiredo se destacou substancialmente dos demais intelectuais da época pela forma como defendeu a nacionalidade e a organização social, partindo de uma visão autoritária, não de progresso em direção à sociedade democrática e liberal, mas a partir de sua negação, na tentativa de construção da monarquia cristã.

Por ter se destacado como intelectual engajado na causa nacional, tanto pela sistematização das idéias como pela prática política, a trajetória do autor revela elementos essenciais da sua produção. Associada ao caráter agitador e ideologicamente efervescente do período, a sua biografia além de reforçar sua marcante personalidade como fundamento da expressividade intelectual, revela dois posicionamentos contraditórios: o do ceticismo racional e do dogmatismo doutrinário. Mesmo reconhecido pela segunda postura, assumida após a sua conversão ao Catolicismo, o entendimento da primeira fase de sua vida corrobora o caráter profundamente agitado e incerto do período, em que o nacionalismo aparecia como solução insuspeita para todos os anseios da época. Sua obra e sua vida ligam-se profundamente. O entendimento de uma, necessariamente colabora para a compreensão de outra. Sendo a obra o objetivo final deste trabalho, partir-se-á de sua vida.

Como resultado de sua educação, das mais variadas leituras e do grupo social que representava, Jackson de Figueiredo desempenhou um papel conservador. Sua atuação como intelectual representante do pensamento autoritário começou a partir de 1914, quando se mudou para o Rio de Janeiro, demonstrando-o publicamente, com a criação da revista Católica A Ordem (1921) e do Centro Dom Vital (1922), além das publicações em jornais, da vasta produção epistolográfica e do esforço por organizar o movimento católico a partir da formação de uma atuante elite intelectual.

De ascendência européia, sua avó paterna, Joaquina Maria Pinto de Figueiredo, era filha de portugueses e desfrutava de grande poder econômico: possuía engenho numa época em que a produção de açúcar era a base econômica nordestina. Seu avô paterno, Jacintho Martins de Almeida Figueiredo, naturalizado brasileiro, veio da cidade do Porto para o Brasil no início do séc. XIX, fugindo de Portugal, devido à atuação da sua família na agitação política do final do período monárquico. Em Portugal, a sua família pertencia a uma determinada intelectualidade, relacionada às funções culturais da época, como teatro e imprensa, que participava da agitada política do período miguelista. Ao chegar ao Brasil, Jacintho se instalou na cidade de Estância, mas se mudou para a recém-criada capital sergipana, Aracaju, ocupando aí um papel público destacado: prefeito, criador da Associação Comercial de Sergipe e presidente da mesma por cinco vezes, fundador da maçonaria e encarregado do vice-consulado português. O pai de Jackson, Luís Figueiredo Martins, estudou medicina na Bahia, mas, por problemas financeiros da família, formou-se em farmácia. Depois de terminados os estudos, voltou a Aracaju e abriu uma drogaria que manteve até a adolescência de Jackson, quando então, por motivo de saúde, foi obrigado a vender e trocar de profissão.

A mãe de Jackson, Regina Jorge de Figueiredo, era prima em segundo grau de Castro Alves, e seu avô materno, Marcelino José Jorge, era farmacêutico de procedência espanhola, residente na Bahia. A avó materna de Jackson, Cândida Leopoldina Alves de Sampaio, filha de médico baiano, participava de uma intensa vida cultural através da literatura e do teatro, transferindo para a mãe de Jackson, Regina Jorge de Figueiredo, o gosto pela poesia, assimilado e seguido desde os primeiros anos pelo filho. E a influência da mãe foi fundamental na vida do filho, que desde cedo escrevia e declamava poesia. Os tios maternos de Jackson também desempenharam papel importante em sua vida, tanto pela proximidade com o núcleo familiar como pela profissão que exerciam: todos se dedicavam à Armada. Amynthas José Jorge era oficial da Marinha, Marcelino José Jorge fora participante ativo de Canudos e Ascendino José Jorge, militar do exército.

É importante destacar que Jackson de Figueiredo atribuía importância essencial a sua ancestralidade, como reconhecido em carta enviada para Alceu Amoroso Lima:

Aliás, creio que as minhas origens são muito diferentes das suas, mas só tenho delas uma noção confusa. Minha avó paterna era uma açucocrata, filha de um temibilíssimo senhor de engenho que morreu de raiva (positivamente, de raiva). Meu avô paterno, figura de romance, como de romance foram seus irmãos, principalmente o meu tio (avô) Antonio Martins de Almeida – o meu avô paterno emigrou de Portugal aos 14 anos, após ver a família mais ou menos despedaçada pela política miguelista a que estava presa. E uma parte desta família foi para a Áustria. A outra, decaída, foi fundadora ou reformadora do Real Teatro Português, e um dos seus membros aparece num romance de Camilo como homem passional e violento. É o que me dizia meu avô. Mas nunca tirei isto a limpo. Sei que o primeiro membro da mesma família, que se fez notável em Portugal, após aquele desbarato, é o famoso “Dreyfus português” como lhe chamavam os jornais do Rio: Alfredo Djalma Martins de Azevedo, péssima espécie de republicano-fundador, como me parece. Pelo lado materno: tôdas as violências e tôdas as nuanças. Haverá sangue judeu no meu? Creio que não. Mesmo da parte da família de que saiu Castro Alves, não há judeu (como se pensa) e, sim, cigano, zíngaro (uma cigana, uma zíngara formosa) e daí a reserva que sempre guardaram sobre essa origem. [...] Não sei por que, também há na minha família a vaga tradição de que temos ascendência espanhola - os Jorge. O que sei é que a minha gente é pasmosamente inquieta e sentimental, correndo nela, tanto da parte de pai como de mãe, duas linhas paralelas, curiosamente distintas de loucos e sensatíssimos, de fortes caracteres e bagaços humanos (FIGUEIREDO, 1945, p. 175).

A infância de Jackson foi típica das famílias com elevado padrão de vida, o que, além da satisfação material, permitiu contato com a cultura, mesmo em época e lugar limitados pela tecnologia e pela dificuldade de difusão da informação e da produção intelectual, haja vista ser a Aracaju do fim do séc. XIX uma cidade pequena, jovem capital do estado, distante do

centro financeiro e político do país, onde as publicações de livros e jornais dependiam mais da produção europeia do que da brasileira. Mesmo assim, a educação de Jackson e dos irmãos fez-se elevada pela exigência dos progenitores: do pai, que além de farmacêutico formado foi professor, e da mãe, que repassara aos filhos o gosto pela poesia e pela música, oriundo da erudita formação na Bahia.

Quanto à orientação religiosa dos pais, correspondia ao vago catolicismo da época. O pai era católico, mas não apreciava os sacramentos da confissão e nem freqüentava a igreja, além do mais, era maçom atuante e anticlerical. A mãe de Jackson era católica devota. Com suas crenças individuais, acreditava nos sacramentos e nos mistérios católicos, mas se fez praticante dos cultos católicos domésticos, por causa da proibição do marido, de personalidade machista comum ao contexto da época, que não permitia a sua freqüência desacompanhada à Igreja. A contradição entre o ceticismo do pai e a crença da mãe é percebida e vivida por Jackson de Figueiredo.

Eu, saído de tudo isto, tendo tido a educação mais contraditória dêste mundo, que, chocada com o meu temperamento, resultou em deseducação total (pois suponho que muito mais que o Vasco estive perto do desnudo, do primitivo – só eu sei) juro a você que entendo tão pouco de mim, em geral, como sou absolutamente certo do que sou a cada momento. (FIGUEIREDO, 1945, p. 176, grifo do autor).

Os antecedentes familiares fizeram dele um homem de temperamento desarmônico, vario e irrequieto, de ledor infatigável, poeta e escritor. Antes da idade escolar, Jackson freqüentava aulas particulares com o pai ou com outros professores contratados. Em 1904, iniciou seus estudos no Colégio Americano, do pastor protestante W. E. Finley, onde estabeleceu os primeiros contatos diretos com as leituras bíblicas, tornando-se mais refuto que admirador do manual sagrado. Após o fechamento desse colégio, transferiu-se para o Ateneu Sergipense, por volta de 1905, e ali permaneceu até 1908. Já aí se mostrava envolvido com idéias avançadas, proclamando-se materialista, racionalista e ateu.

Uma característica do comportamento de Jackson de Figueiredo desde a infância era sua profunda insatisfação e desarmonia com o mundo que o envolvia. Questionava as formas, as causas e as contradições da existência humana. Nesse momento da vida, adolescente e imaturo, cético e incompreendido, preocupava-se com o sentido do mundo e da vida, sempre em busca da verdade. A luta para encontrar o antídoto de todos os seus questionamentos levou-o a assumir a dor e o sofrimento como caminho indubitável da revelação e das explicações do sentido da vida e do mundo durante todos os seus dias. Lia de tudo, devorava

livros, revistas e jornais em busca de respostas. A parcialidade das explicações convencionais e as perguntas não respondidas, desde a infância, causavam-lhe dor. “Cria que a questão mais abstrata é capaz de me fazer sofrer horas inteiras – causas primárias, religião, uma dúvida sobre o movimento da terra” (FIGUEIREDO, 1945, p.14).

Por algumas vezes pensou em abandonar o mundo das idéias, viver longe dos perigosos questionamentos. Ainda adolescente, dava sinais de que poderia seguir o caminho da Armada, talvez pelo contato com o tio Amynthas José Jorge. Mostrou o interesse e a paixão pela marinha muito cedo, à procura do desbravamento do mundo, como demonstra o poema Lobo do Mar, feito para o referido tio:

#### Lobo do Mar

Quem me dera beber a saudade marinha,  
Que em teus olhos se vê, velho lobo do mar!...  
E um poema talvez fosse uma glória minha,  
Cheio de céus azuis, de estrelas e luar!

Gargalhadas do Sol, horizontes faiscantes,  
Asas brancas lembrando a brancura do bem...  
Saudações de bandeira e adeus de navegantes,  
Velhos marujos bons, de olhos fitos no Além!

Choros de um furacão, ventanias do Norte,  
Um dorso que se vê luzindo aparecer...  
Monstros que se esqueceu de buscá-los a morte,  
E parece os deixou mortos no seu viver!...

Quem me dera beber a saudade marinha,  
Que em teus olhos se vê, sempre, sempre a pairar...  
Conhecer da saudade a mais forte e daninha,  
E a ave que sabe mais do infinito e do mar!...  
(FERNANDES, 1989, p.74, grifo do autor).

Mas, na ebulição de tortuosas idéias e direções de pensamento, mesmo adolescente, já vivia poeticamente e criava escritos. Pensava grande, julgava a profissão de marinheiro menos pela função do que pela atração que lhe causava o mar, como se esse lhe respondesse ao sofrimento que as dúvidas e a inconformação lhe causavam.

#### Ao mar

Vejo em ti, velho mar, um meu irmão!  
Minh'alma como tú também é grande,  
Sujeito ao gôzo ou a dor meu coração,



A's vezes ele ri, canta e suspira  
 Outras vezes, a dor em raiva expande,  
 E como tú, ó velho mar, delira!  
 Ou est'outra poesia, cheia de conflitos interiores:  
 Meu coração é a tristíssima guarida  
 Onde se abriga uma dor dilacerante

Êle tem uma alta crença erguida;  
 O amor, um amor febricitante,  
 Amor sagrado, célico e constante  
 Por uma flor no azul do céu colhida

E a dor, a dor que um peito dilacera,  
 A dor que ruge em mil qual um leão,  
 Sempre terrível, sempre ingrata e fera,

Tem feito dela, a minha crença pura,  
 Profunda, triste, negríssima aflição,  
 Um templo de desgraça, um altar de amargura  
 (FONTES, 1952, p. 25).

Porém, pelo incentivo da família às idéias, à leitura e à intelectualidade, preferiu o mundo do pensamento ao do mar, já que seu pai, desde cedo, o escolheu para realizar o seu projeto de vida. As vitórias e as conquistas do filho também seriam as suas, e por isso, o futuro revelou que nem a distância e a dura realidade os separariam. Por relação a tudo o que esperava do filho, sempre lhe garantiu bons colégios e tranqüilidade para estudar, sacrificando economias e tempo de trabalho. Realmente, Jackson estudava, demonstrando afinidade pelo mundo da poesia, usando-a para transbordar o seu temperamento tempestuoso e a forte personalidade. Era tão áspero em suas relações, envolveu-se em tantas rixas e conflitos com colegas e mestres, que seu pai o transferiu em 1908 para outra escola, o Curso Preparatório de Maceió, no Liceu Alagoano, vislumbrando o curso superior e a redução dos problemas que tão cedo se lhe apresentavam, dada a forte personalidade.

Se Jackson sempre foi um homem de idéias fortes, também o era de ação. Da infância até o fim de sua vida, encontrar-se-á fazendo apaixonadamente o que acreditava. E dentro da coerência entre o pensar e o agir, não foram poucos os conflitos pessoais em que se envolveu, desde os primeiros passos fora de casa. Porém, se os conflitos caracterizaram toda a sua vida, as amizades também integraram a sua história. Fez dos verdadeiros amigos uma contínua profissão de fé, influenciado por eles para a composição da obra de sua vida. Dentre os primeiros, destacam-se Garcia Rosa (famoso poeta), Carlos Campos, Alberto Deodato, Aderbal Cardoso, Evandro Soares, Alcides Freitas, Cícero Sampaio, Nelson Sampaio e José

Magalhães. Mesmo após sua ida a Maceió, as amizades sergipanas continuaram, através de cartas e das visitas que lhes eram constantes.

Em Maceió retomou e aprimorou o seu contato com leituras avançadas, de filósofos e intelectuais europeus, como o naturalista Haeckel, filósofos como Nietzsche e Kant, o geógrafo alemão Ratzel e tantos outros. Em 1908 publicou o seu primeiro livro de versos – “Bater de Azas”. Na capital alagoana firmou o seu pensamento materialista, decidindo-se então pela continuidade dos estudos no curso de direito, na Bahia.

Em 1909, aos 17 anos, ingressou na Faculdade Livre de Direito, em Salvador, então uma cidade caracterizada pelos cursos superiores, onde os universitários ocupavam posição importante tanto no reconhecimento público como na representação política local. As 79 repúblicas revelavam a quantidade de estudantes em 1913, período em que confluíam para Salvador jovens de 11 estados brasileiros, todos sendo ali recebidos com tratamento cordial pela população da cidade (FONTES, 1952). Como Salvador conservou o ar e o incentivo à intelectualidade, mesmo após ter perdido o título de capital federal, já que seu administrador público da época era também o intelectual, Jackson de Figueiredo não demorou a participar da agitada e boêmia vida social.

A providência material era função do pai, que mesmo com sacrifícios permitia os abusos do filho, interessado pela política e promotor de alguns eventos, como o almoço que ofereceu ao presidente de Alagoas, Euclides Malta, e a uma porção de amigos, gastos que já não combinavam com a real situação financeira da família em Sergipe. O pai, que desde 1911 passava por uma difícil situação financeira, precisou vender alguns imóveis para não se aprofundar em crise econômica, principalmente depois da venda da drogaria que possuía, do elevado gasto com despesas familiares e da inabilidade com os negócios. Mesmo assim, não reclamava dos abusos do filho, pois a afinidade com os estudos e os bons resultados do seu esforço, explícito nas notas e nas avançadas discussões, agradavam-lhe. A vida na Bahia, então, tornou-se fácil. O pai pagava todas as despesas, permitindo a Jackson dedicação total à produção intelectual. Foi o momento em que mais se envolveu em leituras e discussões, com tempo, despreocupação material e profundo interesse acadêmico.

Na Bahia, Jackson participou de alguns acontecimentos reveladores da sua consciência e ação política, como em 1912, no teatro Politeama, onde protagonizou um conflito dos estudantes com a polícia. Numa intensa militância, fazia parte inclusive do grupo estudantil “Nova Cruzada”, promovendo eventos culturais e agitações cívicas. Não era um aluno aficionado ao academicismo, mas, mesmo não freqüentando todas as aulas, compensava com a postura autodidata. Gostava do conhecimento proveniente das discussões, do diálogo e dos

conflitos falados e escritos. A prática complementava a teoria. Alcançava boas notas e tinha um ótimo desempenho acadêmico. O episódio mais conhecido em que esteve envolvido na Bahia foi o de comandar o grupo de acadêmicos que impediu o desembarque dos jesuítas que vinham para o Brasil, expulsos de Portugal, evento esse que demonstra o agnosticismo e anticlericalismo dessa fase da sua vida (FERNANDES, 1989). Na Bahia, além dos amigos, manteve muitos contatos com poetas como o já citado Garcia Rosa e o escritor Xavier Marques. Em seus escritos faz referência a tantas outras amizades, como a de Pedro Militão Kilkerry, Leovigilde de Melo Leite, Edgar de Ribeiro Sanches, Durval de Moraes, Carlos Chiacchio, Álvaro Reis, Roberto Correia, Fernando Caldas, Arthur Sales, Presciliano Silva, Otávio Mangabeira, José Magalhães e Damasceno Vieira. Esses amigos são apresentados e lembrados em toda a obra Jacksoniana.

Ao terminar o curso de direito, a dúvida ainda lhe perturbava, não sabia o que fazer da vida, que orientação seguir e que objetivos alcançar. Depois de passar um tempo de retiro em Sergipe, tratando do espírito e de uma alergia de origem nervosa que lhe perturbou por toda a vida, decidiu-se pelo Rio de Janeiro. Em março de 1914, desembarcou na capital federal, totalmente indefinido quanto à ocupação que teria, já que não podia mais depender do pai. Portava uma grande dúvida a respeito do seu projeto de vida, que somente o tempo poderia ajudá-lo a solucionar. Seu primeiro emprego, logo após chegar ao Rio de Janeiro, foi de revisor de debates da Câmara, concedido por Dias de Barros, deputado por Sergipe e amigo familiar. Além de revisor de debates, passou por revistas e jornais, como a Gazeta de Notícias. Importantes acontecimentos políticos, sociais e filosóficos, eclodiam na capital do país àquela época, fazendo da cidade um ponto de convergência de diversas tendências de pensamento, o que motivou Jackson de Figueiredo a se interessar pelas questões nacionais. Formou-se em direito, mas pendia para a imprensa, em que questões e preocupações maiores lhe apareciam. Gostava do debate, mas o direito lhe levaria para questões miúdas do cotidiano - preferiu as grandes, interessavam-lhe as questões nacionais e a imprensa se tornou o instrumento através do qual mais as atacaria.

Sua biblioteca particular, os sebos que freqüentava e os contatos que estabelecia em muito alteraram a visão de mundo que trazia desde o tempo do Liceu. Sua vida, suas angústias e o caminho a adotar começaram a se esclarecer em 1914, quando conheceu o filósofo Farias Brito e passou a freqüentar a sua casa. Farias Brito se lhe apresentava como um filósofo que compreendia o sofrimento, revelando-se puro, justo e honesto em suas relações. Atraído pela filosofia britoniana, Jackson passou a rever o ateísmo, o ceticismo e as bases filosóficas construídas até então. A metafísica e o espiritualismo britoniano renovaram a perspectiva de

Jackson, que passou a admitir a base espiritual como terreno para a construção das respostas para as perguntas e indagações até então insatisfeitas pelas explicações materialistas. A partir de então, Jackson de Figueiredo iniciou um outro caminho, o caminho católico.

A proximidade com Farias Brito foi tão intensa, que não somente os livros, mas a família e a vida deste se tornaram reduto consolador e conciliador de anseios e idéias daquele. Sentia-se atraído pelo intelectual e pelo homem, já que não acreditava na separação dessas duas instâncias:

[...] jamais separo o homem do livro ou o que seja que haja escrito [...]. Prefiro também ver o livro com olhos de simpatia e suponho que a sua regra de imparcialidade é um pouco desumana. Nós todos, mais do que imaginamos, somos presas de paixões mais ou menos definidas. Digo-lhe até: a paixão é a verdadeira, a REAL atmosfera da vida social – e as letras aí se movem (FIGUEIREDO, 1945, p.44).

Dessa relação profunda resultou, em 1916, o lançamento do livro “Algumas Reflexões Sobre a Filosofia de Farias Brito”, e em 1919 “A Questão Social na Filosofia de Farias Brito”. Também do meio familiar de Farias Brito lhe veio a esposa Laura, cunhada do admirado filósofo. Porém, a influência mais importante recebida de Farias Brito foi filosófica, que apontou nova direção para Jackson de Figueiredo e contribuiu para a construção de outra postura, que lhe acompanhou até o fim de sua vida e foi a base sobre a qual edificou seus discursos. Ao resumir a filosofia de Farias Brito, três verdades são destacadas por Jackson, persistentes em toda a sua produção futura e que versavam sobre a estrutura social, revelando a importância da base espiritual na organização da sociedade em detrimento dos interesses particulares, tão comuns na Primeira República e no pensamento de Jackson até então.

1ª: que toda a sociedade desde o séc. XVI sofre muito mais do que sofria antes; 2ª: que este aumento da dor é devido à falta de convicção religiosa; 3ª: que a sociedade deve ser reformada em nome de um grande princípio religioso, proposto pela filosofia e não pelo critério de interesse (FIGUEIREDO, 1919, p. 17).

Nota-se aí uma proposta política estranha para os dias atuais, mas que em meados da década de 1920, devido às aceleradas mudanças sociais e indefinição da política nacional, contraditoriamente, fazia sentido e rompia terminantemente com a visão cética e atéia que o autor trazia até então. Jackson de Figueiredo assumiu a visão católica a partir da obra britoniana, incorporando-a a sua produção e a todas as suas áreas de atuação.

Em 1916, passou a fazer parte da Comissão Examinadora de Escolas Secundárias, profissão que o levava a viajar para outras cidades e estados. Em 1919, foi nomeado Professor

de Pedagogia do Instituto Profissional Wenceslau Braz e também se tornou secretário da Revista Nacional. Em 1919 Jackson de Figueiredo se converteu ao catolicismo, sob nítida influência de Farias Brito, já falecido em 1917, desenvolvendo então a sua intensa atividade intelectual, criando a Revista A Ordem, em 1921, e o Centro Dom Vital, em 1922, ambos como instituições difusoras das idéias católicas. Sua atuação intelectual e a sua linha de pensamento transparecem então em todas as suas atividades escritas, já que, do contato com Farias Brito, culminando com a sua conversão em 1919, surge um intelectual expressivo, líder político e católico, pioneiro da reação católica.

A partir daí desenvolveria uma intensa vida intelectual. O Brasil se tornaria o centro de suas preocupações, mediadas pelos valores universais espiritualistas e pela busca de formação e realização do desejo de ver estruturada a nação católica brasileira. A esperança de um país católico não se acomodou na passividade da espera de atuação da oficialidade da Igreja ou do Estado, mas na sua própria ação, incansável e fundamentada no conhecimento e na objetividade do corpo místico das normas da Igreja. E na busca da realização que traçou como plano de vida, abandonou por completo as preocupações com os problemas miúdos do cotidiano e as causas pessoais; tornou-se um instrumento de defesa da realização daquilo que pensava ser a solução para os problemas brasileiros.

Almejando o perfeito, tornou-se constante revisor de suas idéias e convicções. Após a conversão, mergulhou profundamente em leituras até então ignoradas, principalmente relacionadas às doutrinas católicas e à filosofia da religião, principalmente a thomista. Ainda que não tenha deixado um grande legado filosófico ou produção literária, transformou o pequeno conjunto de idéias em ação, pela qual ficou conhecido.

Assumiu a postura de um polêmico lutador no campo de batalha, de um soldado que não se utilizava somente das mãos, mas também das idéias. Era invulgar estrategista da sua luta, na identificação do inimigo, na tática a ser adotada e na escolha das melhores armas, que se sucediam conforme as mudanças no terreno incerto do confronto. Sua vida foi dividida entre o corpo a corpo de todos os dias; na rua, nos jornais, nos gabinetes e no trabalho, e a organização intelectual; através das leituras, palestras, debates, artigos e livros que escrevia. Seu gabinete era seu quartel general, onde revisava, compreendia e ampliava, pelos livros, cartas, revistas e os recentes acontecimentos, o sentido católico de enxergar e atuar no mundo. Quando cansava da cidade ou adoecia de tanta entrega a sua causa, refugiava-se no mato, geralmente em Petrópolis. Distante do epicentro das tensões observava com mais calma a situação mundial e nacional e, com as leituras profundas, reformulava seu planos, reabastecia o seu ideal, acertando as contas com o próprio projeto de vida, divulgado e reassumido

publicamente todos os dias. Sua vida foi totalmente destinada à defesa das causas em que acreditava. O embasamento teórico permitiu a visão sistêmica e processual, orientada para o tesouro que almejava, sem pular etapas ou “queimar campo”, apesar da vibração e do entusiasmo que não deixava apagar a chama idealista cristã. Assumia-se intelectual, compreendia a importância da sua obra e reconhecia sua responsabilidade prática, reacionária, tradicionalista, espiritual e filosófica. Queria deixar o seu exemplo de vida e sua filosofia como herança. “Se eu não morrer, digo-lhes sem vaidade porque não se trata de literatura, se viver mais dez anos, deixarei ao meu país uma história singular, o que se poderia chamar uma *Suma Sentimental Raciocinada*” (FIGUEIREDO, 1945, p.05).

A rica produção em jornais, livros, discursos e revistas resultava da experiência da literatura e do mundo. Não separava o homem do autor, assumindo, então, a vida do intelectual e a realidade em seu pensamento. Ao ser nomeado, em 1916, para a Comissão Examinadora das Escolas Secundárias, e em 1919, professor titular de pedagogia do Instituto Profissional Wenceslau Braz, trouxe a educação para o centro de sua obra. Sério e criterioso com ele mesmo, intelectualizou a avaliação dos secundaristas e usou da realidade da educação do Brasil, constatada nas viagens a outras cidades, principalmente do interior de Minas Gerais, para compilar uma das maiores estratégias para a revitalização do impulso católico no país – a educação católica. Construiu uma visão ampla e realista da condição de ensino no país. Orientado pelo ideal religioso, não tardou em estabelecer a relação entre as precárias condições morais do país e o baixo nível de educação moral. Em carta ao seu amigo Afrânio Peixoto, em 26 de novembro de 1919, transmitiu a leitura que fazia da realidade educacional brasileira: “Levo-lhe observações dolorosas sobre o ensino do Brasil. Tenho reprovado 50% dos meus examinados e isto tem me aborrecido muito” (FIGUEIREDO, 1945, p.333).

Para Jackson de Figueiredo, a reforma educacional seria o caminho, do ponto de vista prático, para se chegar à única revolução defendida por ele, a revolução das consciências, a qual permitiria paz, tranquilidade e vitória diante dos principais inimigos do país: o liberalismo, o bolchevismo e o maçonismo. Assumiu o desafio de construir no Brasil a educação moral católica, através da luta incansável para que as escolas públicas passassem a ter o ensino religioso, esperança que carregou até o fim de sua vida.

A conjuntura brasileira e mundial fez de Jackson de Figueiredo um oportunista na defesa dos interesses católicos. Enquanto não apareciam formas de se mudar radicalmente a realidade do país, pela reforma moral das consciências, procurou espaço e abriu caminho em uma sociedade que, na sua visão, marchava rapidamente para o colapso. O problema moral e material da humanidade, na concepção jacksoniana, já estavam resolvidos, precisava resolver

o problema político, tarefa para a qual desprende maior tempo. Preocupava-se com as mudanças que se operavam no país, a banalização do homem público e a agitação popular que trazia a intranquilidade e a incerteza para os caminhos da nação. Se a sua atuação política não teve na ocupação dos cargos públicos de confiança a máxima expressão, fez dos jornais em que escrevia, como *O Jornal* e *A Gazeta de Notícias*, a tribuna de onde partia a defesa de suas idéias, o que contribuiu para a formação de um grupo de verdadeiros católicos, com força e entusiasmo político para recatolizar o país, através da recatolização das instituições.

O grupo que pretendia formar não era apenas de fidelidade religiosa, mas de verdadeiros cavaleiros de Cristo, capazes de enfrentar as cruzadas da inércia católica e de submeter as ações do Estado e da nação às eternas leis de Deus, representadas pela Igreja.

Tinha horror ao catolicismo convencional, à religião como simples proteção contra os males da vida. Não se cansava de proclamar que a Fé era o oposto do repouso egoísta. Que o Cristo não viera ao mundo para assegurar aos bem aquinhoados a ruminância tranqüila dos seus haveres ou a posse de suas posições ou de seus privilégios, - mas ao contrário, para consolar os aflitos e inquietar os ruminantes (FIGUEIREDO, 1945, p.215).

Cria piamente na educação e na propaganda jornalística para recriar a ordem em um país pulverizado pelo liberalismo e pelo bolchevismo. Jackson acreditava que era:

[...] Preciso, afinal, e, resumindo tudo quanto se póde dizer nesse sentido, firmar-se, constituir-se no Brazil, o partido da Ordem, o que, não será possível se á ideologia revolucionaria, anarquica ou caudilhesca, não se opuser um sadio idealismo anti-revolucionario, disciplinador, eminentemente autoritario. Que é preciso creá-lo, só o negará quem totalmente descreia do valor da educação, quem não sabe avaliar, por exemplo, a capacidade configuradora da propaganda jornalística (FIGUEIREDO, 1925a, p.24, grifo do autor).

Se, por um lado, idealizou a reação católica, por outro não negava as dificuldades e as resistências que enfrentariam, especialmente naquele momento da história do país. “Nós católicos de verdade somos uma ameaça muito mais séria ao mundo moderno do que os mais convictos bolchevistas” (FIGUEIREDO, 1945, p.136). Mas não se escondia, não desperdiçava as chances abertas nos altos cargos do governo federal, tanto pelo aconselhamento aos representantes máximos da República, como Epiácio Pessoa e Arthur Bernardes, por quem lutou incansavelmente, como pela indicação de pessoas de confiança para ocupar funções políticas ou ainda por cargos que ele mesmo assumiu ou influenciou diretamente. Além de defensor das referidas presidências, esperava ser chamado para

representar Sergipe, terra distante e esquecida no centro do país. Não poupou esforços para defender o seu estado e o seu país da influência revolucionária, das agitações políticas nos estados ou nos centros urbanos e para reaproximar o Estado da Igreja, união seriamente rompida desde a Proclamação da República.

As indicações que fazia para cargos públicos eram baseadas na seriedade política e na necessidade de emprego dos pretendentes. Apresentava característica dupla de personalidade: para o mundo público, era duro e impiedoso pregador de suas idéias; para os amigos, afetuoso e prestativo. Para si mesmo, Jackson não tinha coragem de exigir de representantes políticos, como Arthur Bernardes, por exemplo, nenhum cargo importante, medida que lhe traria benefícios materiais, mesmo que fosse em recompensa aos favores e aos esforços empreendidos na defesa da campanha presidencial e da permanência do mesmo no poder. O despreendimento das causas materiais - não trocava as benesses econômicas pelas morais - associado à inabilidade com os negócios e à ajuda econômica despreendida aos amigos e familiares - fez do endividamento e das necessidades econômicas a tônica das relações que mantiveram sua família, esposa e três filhos, separada das coisas mundanas. A regularidade e a quantidade de sua remuneração se distanciavam-se imensamente do real valor da sua produção e do duro trabalho diário. Não era fácil, na década de 1920, ser um homem das letras, um intelectual dependente unicamente de sua produção, em um país onde a grande maioria da população era analfabeta, sem condições e interesse pelo universo da cultura. A ajuda financeira de amigos e as peripécias para pagar ou diminuir as dívidas foram recorrentes desde sua chegada ao Rio de Janeiro, quando passou a não mais contar com a ajuda regular do pai. Além dos artigos em jornais, como o aceito em 1918 pelo *La República* da Argentina, dependia da Livraria Católica, adquirida com todo o sacrifício de empréstimos e que não resultava em grandes lucros materiais; mantinha-a apenas como forma de propagar as suas idéias. Mesmo em suas publicações, procurava lançar autores novos, valorizando mais os trabalhos dos amigos que os seus.

Defendeu arduamente Arthur Bernardes, mas não hesitou em com ele romper parcialmente por não concordar com uma indicação política para Sergipe. Somente a coragem pôde transformar aquele pequeno homem, odiado pela maioria, num jornalista polêmico, num defensor irredutivelmente contrário às tendências de pensamento e econômicas que se agigantavam como tendências mundiais. Andou armado no momento mais crítico da relação entre o governo e o exército, mas não retrocedeu. As dúvidas quanto à proximidade da vida pública não lhe tiraram o ideal tipicamente universal do catolicismo, como em 1921, quando resistiu ao chamado para a política de Sergipe, insatisfeito com a organização do mundo



político e com o claro propósito de se dedicar mais ao Catolicismo. A decepção política com o governo Bernardes só aumentou com as indicações para Sergipe em 1924 e 1926, com a não aprovação das emendas católicas constitucionais e com a forma superficial com que o presidente acatou as suas sugestões em praticamente todo o governo. Suas ações, no entanto, não ficaram restritas à relação estabelecida com o governo e com os meios de informação predominantes na época. O jornalismo e o amor que portava às palavras como instrumento de revolução espiritual, associados à eterna insatisfação, fê-lo procurar mais independência e autonomia para expor suas idéias, um espaço cristão e católico. E foi rápido e corajoso, mesmo desprovido materialmente, ao demonstrar em 1921 a seguinte intenção a Afrânio Peixoto: “Eu tenho fé em Deus, Afrânio, que ainda hei de ter um jornal, um jornal meu, um que eu mande e ordene” (FIGUEIREDO, 1945, p.365). E acreditou nesse meio de doutrinação: “E eu, sem nada poder fazer nessa vida, sem a grande arma, a única que um católico precisa ter nesse momento do mundo – um jornal” (FIGUEIREDO, 1945, p.366).

Nesse mesmo ano, saiu o primeiro número da revista católica *A Ordem*. Não era um jornal, como ele queria, mas seria um espaço em que poderia expressar as idéias centrais do grupo que em torno dele se formava. Com 32 páginas e publicação trimestral, a revista contava, para vencer as despesas, com a própria venda avulsa, algumas assinaturas, donativos e com o sacrifício dos quatro fundadores: Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Perillo Gomes e Durval de Moraes. Publicada na Tipografia do Anuário do Brasil, a revista *A Ordem* almejava ser a reação leiga, num país onde a maioria dos católicos se omitia da participação política, mas colocava-se a serviço da oficialidade católica, conforme afirmava a primeira publicação:

Esta modestíssima revista, desejando ter um lugar entre as publicações mais radicadas à doutrina da Igreja Cathólica, Aposthólica, Romana, não aspira, entretanto, a ser oficial ou oficiosamente a palavra da autoridade cathólica mais importante das archidioceses brasileiras (FIGUEIREDO, 1921a, p.10).

A revista sobreviveu com dificuldades financeiras, mas tornou-se, pela vivacidade de Jackson de Figueiredo, o principal veículo de transmissão das idéias católicas. Nota-se, em suas páginas, o tom político das produções, textos e poesias. Após a morte de Jackson de Figueiredo, a tônica política arrefeceu e se tornou mais doutrinária e cultural. Porém, Jackson de Figueiredo soube utilizá-la para a propagação católica em busca de espaço numa sociedade que nunca tivera uma reação leiga católica. O tom político e a agitação de todos os aspectos da vida intelectual não desapareceram, mesmo nos momentos de maior exaltação política.

Todos os esforços indicavam, em seus artigos, a superação das produções positivistas que invadiam o cenário intelectual brasileiro, caso raro de autores que alcançavam a metafísica em suas obras.

A situação política do país, como as agitações no Rio Grande do Sul e a política tensa no Maranhão, bem como as revoltas tenentistas colocaram Jackson de Figueiredo numa posição de constante trabalho, na defesa da autoridade e da legalidade, conforme o difícil momento lhe exigia. Através da revista *A Ordem*, combateu o momento de crise moral pelo qual passava o país. Reagiu à Ação Republicana, reforçando o apoio à campanha bernardista em 1921 e 1922, pela concepção de homem que fazia do candidato: católico, conservador e anti-revolucionário, contrastando com o candidato da oposição, Nilo Peçanha, representante da elite maçônica, do espírito revolucionário que tanto abominava. Prevendo os difíceis momentos contra a ordem e a oficialidade que se aproximavam, reforçou o ideal católico através de um centro de maior expressividade intelectual católica, criando, em 1922, o Centro Dom Vital.

A finalidade do Centro D. Vital é a criação de uma grande bibliotheca cathólica com um serviço de informações bibliográficas e a edição de uma collecção de livros de apologética em geral, assim como de todo o genero de literatura que possa servir de interesse da Egreja e da Patria Brasileira (FIGUEIREDO, 1922a, p.145, grifo do autor).

Sua criação não seria possível sem os fiéis correligionários: Dr. Hamilton Nogueira (vice-presidente), Perillo Gomes (secretario geral), José Vicente de Souza (tesoureiro) e Durval de Moraes (bibliotecário) e claro, Jackson de Figueiredo, que ocupou o cargo de presidente até o fim de sua vida.

O Centro Dom Vital recobre-se do ideal católico e nacional, temáticas típicas do pensamento jacksoniano. Não pretendia colocar-se acima da Santa Sé, do universalismo católico, apenas fazia campanha contra a invasão estrangeira e pregava, como única influência positiva européia, a religião católica, trazida pela Companhia de Jesus. Combateu duramente “os metecos”, segundo ele, europeus da pior estirpe que exploravam e ainda contribuíam para o estado caótico em que o país se encontrava. O Centro Dom Vital trabalhou com eficiência para a formação de uma elite intelectual. Dentre as principais ações desenvolvidas estavam as reuniões periódicas (semanais); conferências sobre a doutrina católica, cultura e filosofia; ações assistenciais; além da formação de uma biblioteca católica e apoio à criação das escolas Arcoverde, de nível primário e de orientação católica, e à Escola Normal Católica. Ambas uniram vários e ilustres professores para o ensino da doutrina cristã, vislumbrando a formação superior.

Da ação combinada da Revista A Ordem e do Centro Dom Vital originou-se a força do grupo católico que defendeu as emendas constitucionais em 1926, pautadas no ensino religioso facultativo nas escolas públicas e na união entre o Estado e a Igreja. Desde 1921, Jackson conhecia Alceu Amoroso Lima, amigo epistolar que se aproximara do Centro Dom Vital. Este, utilizando-se do Centro Dom Vital e da Revista A Ordem transformou-se em uma das grandes forças de liderança da Ação Católica, na década de 1930.

Passado o período turbulento do governo Bernardes, morreu Jackson de Figueiredo prematuramente, em 04 de novembro de 1928, aos 37 anos. Alceu Amoroso Lima o substituiu e continuou a sua importante obra. A estabilidade econômica da revista A Ordem, a ampliação dos sócios do Centro Dom Vital e a realização de parte dos sonhos de Jackson de Figueiredo se efetivaram após a sua morte, tanto pela obra escrita como pelo grupo de ativistas intelectuais católicos que se formou. Ao morrer afogado, na Barra da Tijuca, fechava-se o ciclo de criação da reação católica, que no Brasil nunca havia existido e depois de sua morte não mais desapareceu. As maiores conquistas do grupo católico foram sentidas nas décadas seguintes, pela possibilidade política aberta em 1930. Como não poderia deixar de ser, pela consciência antecipada dos acontecimentos, assim registrou:

No Brasil, é preciso fazer-se uma vanguarda capaz de todos os sacrifícios e de tôdas as audácias. Pode ser que eu não chegue a ver nenhuma de suas vitórias. Mas quero morrer certo de que tudo quanto em mim cabia, fiz para que ela se formasse (FIGUEIREDO, 1945, p.251).

E de fato o fez, mudando a história do catolicismo brasileiro. E, dentre o seu trabalho e os instrumentos de divulgação de suas idéias, destacaram-se:

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES:

- Revisor de debates na câmara (1914);
- Professor de pedagogia na escola Wenceslau Braz (1917-1928);
- Redator e/ou articulista de jornais como Gazeta de Notícias (1915-1927),
- Colaborador em artigos avulsos em jornais e revistas como:
  - A Notícia, O Jornal, Jornal do Comércio, A União e A Cruz, todos do Rio de Janeiro;
  - Minas Gerais, de Belo Horizonte;
  - A República, de Natal;
- Participação em revistas como:
  - Brasília, Sociedade Nativista, Boletim de Ariel e Revista Americana, todas do Rio;
  - Revista do Brasil, de São Paulo;

- América Latina e Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, de São Paulo;
- La República de Buenos Aires.
- Fundador, diretor, redator e revisor da Revista A Ordem, de 1921 a 1928, saindo em 1927 da direção, do Rio de Janeiro.
- Fundador do Centro Dom Vital em 1922, no Rio de Janeiro.
- Membro da Comissão de Ensino Superior e Fiscal Federal no Liceu do Sul de Minas;
- Superintendente de Institutos de Ensino subconvencionados pelo Ministério da Agricultura (1926);
- Chefe da Censura da imprensa da Capital Federal de 1925-1926, na Capital Federal;

#### PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES APÓS SUA IDA PARA O RIO DE JANEIRO:

- Xavier Marques (ensaio), 1ª Edição, Tipografia Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1915.
- Garcia Rosa, ensaio, Tip. Rev. Dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1915.
- Algumas Reflexões sobre a filosofia de Farias Brito, ensaio filosófico, Tip. Rev. dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1916.
- Incenso e Oiro, Tip. Rev. dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1917.
- A questão social na filosofia de Farias Brito (assunto filosófico), Tip. Rev. dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1919.
- Humilhados e Luminosos (perfis), Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1921.
- Do Nacionalismo da Hora Presente (política), Edições da Livraria Católica, Rio de Janeiro. Impresso na Tipografia Anuário do Brasil, 1921.
- Pascal e a Inquietação Moderna (ensaio filosófico), COLEÇÃO E. Prado, Tip. Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1922.
- A Reação do Bom Senso (política), Tip. Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1922.
- Afirmações (política), Edições do Centro Dom Vital, Coleção Eduardo Prado. Impresso na Tipografia Anuário do Brasil, 1924.
- Literatura Reacionária (política), coleção Eduardo Prado, Tip. Anuário do Brasil, Rio de Janeiro, 1924.
- Edições da Revista A Ordem, de 1921 a 1928, Rio de Janeiro.

#### APÓS SUA MORTE FORAM PUBLICADOS:

- Aevum (romance), com prefácio de Tristão de Ataíde, Edição do Centro Dom Vital, Rio de Janeiro, 1932.

- Correspondência, com um estudo de Tristão de Ataíde e Introdução de Barreto Filho, Editora Agir, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.

Além dessas publicações, chama a atenção a grande quantidade de correspondências. Por isso, constituiu-se num verdadeiro epistológrafo e grande parte de suas idéias se revela nas cartas. Mas é no dia-a-dia que o encontramos lutando pela sociedade que desejava. A partir de suas produções é possível identificar o pensamento geográfico, que movimentou a sua obra como um todo. Para o autor, Catolicismo e coesão nacional eram indissociáveis e, por esse motivo, seu pensamento geográfico pautou-se na manutenção da unidade nacional, entendida como unidade política, territorial e populacional, destacando-se, para tanto, o resgate do governo autoritário, a efetivação da ocupação territorial, a preponderância do número da população brasileira sobre a estrangeira, a adoção da agricultura como fundamento econômico e a educação católica. Assim, a ordem simbólica contribuiria para a conservação da unidade espacial, tornando-se importante para o pensamento geográfico porque, além de implicar na pregação de um projeto de construção do espaço, contribuiu para a representação e elaboração da imagem do Brasil.

A análise desses temas torna-se importante para a geografia por se ligarem à formação da base do pensamento geográfico tipicamente nacional. Partiremos da concepção de progresso material da década de 1920 e a sua relação com os fundamentos de unidade e coesão nacional na concepção do autor. A razão de tal discussão assume papel relevante pela abrangência do tema, revelados principalmente pela centralidade do território na formulação de políticas nacionais e das transformações materiais que acompanharam o período.

Os capítulos a seguir procuram revelar o componente espacial de seu trabalho, através da análise da sua obra associada ao contexto em que foi produzido. Estabelecem as conexões entre a produção do autor e as transformações que se efetivavam durante a Primeira República. A profundidade do nacionalismo na obra de Jackson de Figueiredo se estruturou de forma a credenciá-lo como intelectual envolvido em temáticas que transbordavam a preocupação meramente religiosa, lançando-o em discussões mais abrangentes relacionadas às transformações do período em questão. Assumindo a flexibilidade temática do pensamento de Jackson de Figueiredo, os próximos capítulos evidenciam a relação estabelecida entre a obra do autor e os eixos estruturadores da questão nacional, que por natureza pertencem ao domínio do pensamento geográfico. Portanto, o próximo capítulo trata da relação estabelecida pelo autor entre as transformações na base econômica e as implicações para os destinos da nação, fundamentando-se nas necessidades religiosas para propor soluções para o problema brasileiro.

### **3. JACKSON FIGUEIREDO E A SOBERANIA NACIONAL: A AMEAÇA VEM DA BASE**

A análise das transformações econômicas na década de 1920 importa decisivamente para a explicação da relação entre o pensamento católico e o avanço material e territorial brasileiro. No centro das decisões políticas do país, na capital federal, Jackson atuou como intelectual do movimento católico e as condições da Primeira República e do pós-guerra serviram de estímulo para a sua produção. Portanto, o momento histórico constituiu o campo fértil para a germinação das idéias sementeas e sistematizadas pelo autor num sistema coerente de visão do mundo, fazendo com que a realidade mundial e brasileira fosse imprescindível para a compreensão de seu pensamento.

[...] o pensamento é apenas um aspecto parcial da vida social, o aspecto que não se pode separar arbitrariamente do resto como também porque, se é verdade que não se pode explicar por seus fundamentos sociais e econômicos um pensamento antes de conhecê-lo em sua totalidade e em sua estrutura própria, também é certo que a pesquisa de fundamentos sociais e econômicos por sua vez, permite melhor enxergar e compreender o próprio conteúdo do pensamento estudado, além de ajudar-nos a encontrar aí certo número e significados e detalhes que antes nos haviam escapado (GOLDMANN, 1967, p.65).

No contexto da Primeira República, a base econômica brasileira manteve-se de forma praticamente inalterada em relação ao período anterior até o final da década de 1910 e início de 1920. O café continuava como centro da organização política, econômica e social. Na produção agrícola para a exportação, concentravam-se os esforços e os rumos dos empreendimentos políticos do país, num prolongamento da economia colonial. É importante ressaltar a articulação da produção agrícola com a Política dos Governadores, que combinava o poder político com a maior representatividade na produção e comercialização cafeeira, dificultando a formação de uma economia tipicamente nacional, pela valorização da exportação desse produto em detrimento da diversificação econômica interna.

A institucionalização da preponderância da produção cafeeira sobre o destino econômico do país, com as garantias do poder público, teve como um dos pontos altos o Convênio de Taubaté, celebrado em 1906. Por esse instrumento, os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais comprometeram-se em desenvolver a ação conjunta para a proteção da cultura do café, transformando o Estado liberal tipicamente republicano em Estado intervencionista. O acordo representou a declaração pública do uso da política federal em prol da oligarquia cafeeira, que lançava mão da máquina administrativa para valorizar o café, regular o comércio, promover o aumento do consumo, criar a caixa de conversão, fixar o valor da moeda (NAGLE, 1974), adquirir empréstimos e desenvolver a infra-estrutura, numa ação representada invariavelmente pela acumulação e concentração de renda em períodos de aumento das vendas, e socialização das perdas em épocas de crise. Desse modo, durante a maior parte da Primeira República, o privilégio do uso do poder público se manteve pelo esforço de uma elite em reproduzir o *status quo*, com atenção demasiada ao setor agrícola e relativo desprezo pelas inovações que já se operavam em outras partes do mundo. Porém, as condições internas, movimentadas pela decepção dos diversos setores com o não-cumprimento do ideal republicano e as mudanças na economia externa levaram ao início de alterações da ordem econômica, marcadas pelas transformações de base no espaço geográfico nacional.

As transformações territoriais, definidas principalmente pelo avanço material e pelo ideal modernizante, permitiram a articulação entre as cidades e o desenvolvimento de um círculo de economia interna. “É então que se estabelece uma rede brasileira de cidades, uma hierarquia nacional e com os primórdios da procedência do urbanismo interior sobre o urbanismo de fachada” (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.37). Mesmo em processo de transição da economia tipicamente feudal para a economia capitalista, já começavam a aparecer os traços do surgimento da classe média e da burguesia industrial, renunciando um novo

momento para a história material e territorial do país. O período iniciado no séc. XX revelou uma tímida integração nacional ainda com base na herança colonial pré-mecânica.

É simultaneamente um começo de integração nacional [...] com o crescimento industrial do país e a formação de um esboço de mercado territorial localizado no Centro-Sul. Paralelamente aumenta de forma acelerada a população global do país, mas de um modo geral permanecem as velhas estruturas sociais (SANTOS; SILVEIRA, 2005, p.37).

Essa nova realidade opôs o setor tipicamente feudal às inovações de cunho capitalista burguês. A economia nacional continuava baseada na agricultura, mas as tentativas malogradas de industrialização, anteriormente sufocadas pela resistência das velhas estruturas sociais e pela ausência de um mercado interno, agora se concretizavam pela concessão de espaço à indústria. Para o capitalismo romper com a herança da antiga estrutura social e fluir livremente pelas veias da sociedade brasileira, exigia-se o rompimento com as velhas barreiras no campo econômico. A formação de um mercado interno se colocava como condição para as pretensões capitalistas.

[...] o que é mercado interior pensado em relação aos países atrasados? Se nesses países o capital ainda não se transformou em potência social, posto que neles a predominância das relações sociais pré-capitalistas, feudais, é grande, supõe-se que a criação do mercado interior significa, fundamentalmente, quebrar as resistências das velhas estruturas para a liberação das forças produtivas, isto é, a intensificação da industrialização sobre a base capitalista. Nesses termos, criado o mercado interior no âmbito da Nação, nada impede que se desenvolvam livremente as forças produtivas-capitalistas, transformando-se assim o capital numa potência social cujo resultado é a industrialização (DECCA, 1984, p. 118, grifo do autor).

A industrialização no início do séc. XX se desenvolveu em decorrência da escassez dos produtos industriais causada pela Primeira Guerra Mundial e pelo acúmulo de capital gerado pelo café, que permitiram a formação de espaços de solidariedades na economia, com especialização produtiva local a partir da constituição do mercado interno. Segundo Moraes (2005b, p.71): “Os circuitos de complementação produtiva gerados nesse processo delineiam círculos de cooperação que relacionam espaços que, de forma cumulativa, tornam-se cada vez mais interdependentes”. A interdependência desses espaços nacionais constituiu a base para o desenvolvimento industrial. Como resultado do início da constituição de um mercado interno, a população que trabalhava na indústria aumentou, nesse período, acentuadamente. Pelo censo



de 1872, não passava de 7% da população, mas em 1920 esse número representava 13,8% (FAUSTO, 1995).

A industrialização, acompanhada da urbanização, não movimentava apenas os setores envolvidos diretamente no prejuízo ou favorecimento de tal empreendimento, mas alterava profundamente as concepções de sociedade e de país, agitando as discussões em torno da produção real e simbólica do território. Segundo Nagle (1974), como exemplo das discussões oriundas do início do movimento de industrialização e urbanização, opuseram-se, as visões ruralista e urbanista de sociedade. O Ruralismo, para Mendonça (1997), não apenas constituiu um conjunto de idéias e representações, como também incidiu sobre ações práticas que influenciavam diretamente as bases concretas, constituindo, então, em eficiente discurso de oposição ao crescimento industrial/urbano. A título de explicitação das resistências à urbanização geradas na década de 1920, deve-se entender o ruralismo como “movimento ideológico/político, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes” (MENDONÇA, 1997, p.26).

O Ruralismo, além de se opor ao processo industrial, pressupunha um conjunto de práticas e representações dos setores dominantes não hegemônicos, com efeitos concretos sobre a estrutura institucional do Estado Republicano, como a defesa de políticas relativas ao povoamento e colonização do interior do Brasil, à educação agrícola, à modernização e à racionalização da produção no campo e à intervenção estatal para o fornecimento de crédito e desenvolvimento do cooperativismo. Porém, a agricultura, concebida como a única atividade produtora de riquezas, não impediu o desenvolvimento da industrialização. A política cafeeira promoveu o fortalecimento do café e a sua expansão permitiu a ampliação do mercado interno e incentivou o seu avanço, acompanhado pelo desenvolvimento e crescimento das cidades.

Para entender a posição jacksoniana, portanto católica, diante do progresso material na década de 1920, é necessário apreender a significação do termo conservador e sua concepção em torno da industrialização brasileira. O termo conservador teve origem no Iluminismo do séc. XVIII, quando seus representantes acusavam terceiros de contraposição injustificada às idéias naturalistas, materialistas e do progresso inevitável (VIEIRA, 1998). O conflito entre as idéias iluministas e o pensamento conservador centrava-se na oposição progresso e tradição.

Defensor do pensamento católico, Jackson de Figueiredo acreditava em verdades eternas e absolutas e no predomínio do poder divino em relação ao temporal. No bojo desse movimento de oposição entre o novo e o tradicional centrou o seu combate. Parte das justificativas do seu pensamento veio das leituras de Joseph De Maistre, expositor do

pensamento autoritário, antiprogressista, antimaterialista e antidemocrático. De Maistre, italiano formado em direito em 1772 e crítico da Revolução Francesa, lutou arduamente pelo retorno à monarquia tradicional. Uma das suas principais obras, “Considerações sobre a França”, de 1797, representou um marco para o pensamento conservador. Suas idéias se resumem à negação das transformações na organização social. Segundo De Maistre (apud VIEIRA, 1998, p.31), “Os homens veneram o que não podem compreender. As sociedades devem ser governadas pelos costumes e pelas instituições, cuja origem se perde nas névoas da história”.

Porém, existe mais complexidade na denominação do termo conservadorismo que a simples oposição entre as mudanças e a continuidade das tradições. Karl Mannheim (1953) diferencia dois tipos de conservadorismo. O primeiro, conservadorismo natural, denominado de tradicionalismo, baseia-se em um processo inconsciente, reagente à inovação devido ao formalismo da mente, não implicando em conservadorismo político ou qualquer outro, como o econômico. A segunda forma é o conservadorismo moderno que, ainda segundo Mannheim (1953), é a conscientização do tradicionalismo. Tal conservadorismo está intimamente relacionado ao momento, ao local e à forma como ocorre, e se traduz pela posição de defesa de um conjunto de idéias contrárias às transformações de uma determinada realidade. Dessa forma, a utilização do termo conservador para Jackson de Figueiredo, se refere:

Às atitudes e doutrinas conservadoras que representam-se em concepções de mundo, em construções ideológicas, em sistema de idéias, cujos significados se enraízam num grupo ou numa classe social, e explicam essas atitudes e essas doutrinas (VIEIRA, 1998, p.30).

Para Jackson de Figueiredo, os processos econômicos deveriam ser comandados diretamente pela Igreja Católica, cabendo ao seu papel diretivo os ditames da produção, distribuição e consumo. A nova realidade econômica do Capitalismo Financeiro reestruturava as classes sociais e criava novas modalidades de obtenção de lucros, mas, para os católicos, a necessidade do poder diretivo da Igreja na determinação do desenvolvimento material da sociedade continuava como fundamento do desenvolvimento. A situação econômica do início do séc. XX não intimidava e/ou excluía os católicos da participação das discussões em torno da política econômica nacional. Pelo contrário, liderados por Jackson de Figueiredo, o grupo católico participava de forma eficaz das discussões e de projetos em torno do encaminhamento econômico do país.

Em oposição às “iniciativas materiais”, de usura e superexploração, a revista A Ordem divulgava entidades financeiras que se colocavam como alternativa à exploração de bancos

estrangeiros. Com destaque para o Banco do Distrito Federal, primeiro banco a aparecer na revista, o Banco Sul Americano, o Banco Popular do Brasil e finalmente em agosto de 1922, aparece na revista uma propaganda e uma nota destacando a criação do Banco Católico do Brasil. Para ilustrar essa discussão, seguem os principais bancos divulgados pela revista A Ordem (figuras I-IV):

**Figura 1: ANÚNCIO DO BANCO DO DISTRITO FEDERAL**

**Banco do Distrito Federal**  
 Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada  
 Caixa Postal N. 900 ♦♦♦♦♦♦♦♦♦♦ Telephone N. 3711 Norte  
*Rua Buenos Ayres n. 21 -- Rio de Janeiro*  
 Instituição de credito popular para combater a usura voraz; com 5 % dos lucros liquidos para as instituições pias e de utilidade social.  
 Centro de propaganda e agencias das Caixas Raiffeisen  
 Abona aos depositos o melhor juro dos bancos, a saber, de 4 a 10 % ao anno, em quotas mensaes, conforme os prazos e condições.  
*Opera em transferencias de dinheiro entre esta praça e as de Nova Friburgo, Petropolis e Quissaiman por meio de cheques.*  
 Cobranças e pagamentos. — Administração de propriedades. — Valores em custodia e para administração. — Recebimentos de juros e compra de titulos de apolices.  
 Solicita-se correspondencia  
**Dr. Placido de Mello**  
 PRESIDENTE

Fonte: A ORDEM, 1921, p.31

**Figura 2: ANÚNCIO DO BANCO POPULAR DO BRASIL**

**Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada**

# Banco Popular do Brasil

---

INSTITUIÇÃO CATHOLICA DE CREDITO. FUNDADA EM 1915  
 End. Telég. «BANSIL» ■ RUA DO OUVIDOR, 73 ■ Teleph. Norte 570

«EMPRESTIMOS POPULARES» — a juro de 1% (um por cento) ao mez. para combater a agiotagem.

**DEPOSITOS.**

«CONTA DE MOVIMENTO» — À vista, 4% — Retirada limitada a 5008000 (quinhentos mil réis) por dia, 6%.

«PRAZO FIXO» — Conforme o tempo, 7, 8, 9, 10%.

**CADERNETA DE DOTAÇÃO**

O Banco Popular do Brasil oferece este plano de economias aos paes em favor de seus filhos, ás moças, aos operarios, aos trabalhadores de qualquer natureza, em fim, a todas as pessoas de poucos recursos, que necessitem fazer um peculio, a juro alto, para proverem a educação dos filhos, enxovaes de casamento, dote, etc.

O juro de 10% (dez por cento) ao anno, só será contado de 3 em 3 annos. Esse plano, de sua exclusiva invenção, tem merecido geral acceptação. Ao depositario da *Caderneta de Dotação* se offerçerá um lindo cofrezinho, que só poderá ser aberto no Banco, mediante o deposito de 35000, que será restituído contra a devolução do mesmo. Esta taxa se concederá ás cadernetas abertas durante o anno corrente, em commemoração do Centenario da nossa Independencia.

A DIRECTORIA:

Felix Marcarenhas, Presidente.	Dr. Bianor de Medeiros, Gerente
-----------------------------------	------------------------------------

Fonte: A ORDEM, 1922, p. 01

**Figura 3: ANÚNCIO DO BANCO SUL AMERICANO**

# Banco Sul Americano

---

End. Telegr.: «BANSULANO» — Teleph. Norte 2973 — Codigo RIBEIRO

Descontos e redescontos de letras e effeitos commerciaes, empréstimos populares, administração de bens de raiz, recebimento de juros e dividendos, etc.

Depositos de dinheiro em conta corrente ou a prazo  
aos melhores juros

Directores: Dr. Theodoro Machado, Presidente; Dr. Martins Castilho, Gerente; Dr. Luiz Simões, Consultor Jurídico.

**54, Rua do Ouvidor, 54**  
 ——— RIO DE JANEIRO ———

Fonte: A ORDEM, 1922, p.02

**Figura 4: ANÚNCIO DO BANCO CATHÓLICO DO BRASIL**



Fonte: A ORDEM, 1922, p.01

Na mesma revista, no 2º número da 2ª série, de setembro de 1922, p. 37, era noticiada a criação do Banco Católico do Brasil:

Mais um estabelecimento bancário se fundou nesta praça, no dia 26 do mez passado, com o intuito de auxiliar a pequena industria e o pequeno commercio, nos moldes dos institutos de credito, congêneres da Europa e especialmente da Itália: o Banco Catholico do Brasil.

Seus directores são pessoas por vários títulos respeitáveis, cabendo a presidência ao Sr. Conde de Pereira Carneiro, a direcção administrativas, entre outros, aos snrs. Drs. Hannibal Porto; deputado Andrade Bezerra, D. Agostinho dos Reis e Márquez Francisco Canella, ficando a cargo do Sr. Adolpho Cuccato, a direcção technica do banco.

Conhecidos os nomes dos responsaveis por esse novo instituto de crédito e dado o excellente plano das suas transacções, tudo faz prever que dentro em breve o Banco Cathólico do Brazil se terá imposto à confiança e marchará à frente das nossas empresas bancárias (BANCO..., 1922, p.37).

O apoio da Revista A Ordem e do Centro Dom Vital à criação do Banco Católico no Rio de Janeiro, que objetivava estimular os pequenos créditos para a indústria, comércio e agricultura, reforça a idéia de que na sociedade brasileira todas as forças, inclusive as materiais, deveriam ser utilizadas para a finalidade católica. Quanto aos projetos de cunho econômico, Jackson de Figueiredo assumia posição extrema: pela convicção católica e nacional se transformava em defensor de qualquer empreendimento e fora desses princípios, qualquer iniciativa era vista como adversária a ser combatida. Pelo momento de avanço econômico acelerado associado à eclosão de outros problemas nacionais, a postura católica se fazia contrária à febre dos lucros e, conseqüentemente, à industrialização. Jackson de Figueiredo aceitava os pequenos ajustes e mudanças econômicas desde que processados lentamente sob o comando da Igreja, de forma a não comprometer a estrutura de classe e a ordem. Porém a industrialização, da forma como acontecia, colocava em risco os valores católicos, principalmente através da mobilidade das classes e pela sobreposição dos interesses materiais aos espirituais.

Devido ao conjunto de mudanças, Jackson de Figueiredo opôs-se às transformações profundas que naquele momento se desenrolavam, principalmente porque se faziam em oposição ao ideal católico de manutenção da ordem. A oposição jacksoniana à industrialização e ao ideal modernizador explica-se pelo risco que representavam para a continuidade dos valores católicos e pelas marcas que carregavam do capital estrangeiro. Jackson de Figueiredo associava as conquistas materiais e a ação da industrialização ao esfacelamento dos costumes e da tradição católica porque não atendiam à vontade divina e desvirtuavam o caminho da valorização moral: “Não creio em soluções sociais - só creio em finalidade moral” (FIGUEIREDO, 1945, p.130). Para o autor, a moralidade católica vinculava-se estreitamente às características do povo; negar os valores morais correspondia à negação da própria nação brasileira. A união nacional e territorial, para Jackson de Figueiredo, dependia diretamente da conservação dos costumes e da tradição católica:

[...] como no Brazil a verdade religiosa informa toda a verdade nacional, ou melhor, como a verdade religiosa é a alma mesma da Patria, a base espiritual da nacionalidade, unica força que, desde os nossos primórdios, fez a cohesão, a unidade entre elementos os mais díspares, harmonizou e canalizou as ambições mais opostas – e todas, tendentes a aproveitar da dispersividade do meio físico (FIGUEIREDO, 1924a, p.173).

Em função do princípio da moralidade católica como condutora da unidade nacional, a viabilidade do progresso material correspondia ao atendimento das necessidades da tradição e

dos costumes e adquiria significação nociva à proporção do afastamento dos ideais católicos. “Ninguém pode ter verdadeira inteligência da vida mortal; nem estimá-la no seu justo valor, se não se eleva à consideração da outra vida, que é imortal” (PAPA LEÃO XIII, 2008, p.07). Durante a Primeira República, para o autor, a industrialização e urbanização se originavam do luxo e da vaidade humana, alterando profundamente a sociedade pela volatilização das relações e dos costumes, além de colocar em cheque o papel diretivo da religião e comprometer a união em torno da pátria brasileira. A busca incessante pela riqueza e o desenvolvimento produtivo constituíam-se em ação individualista, ideal protestante e causador inegável do esfacelamento nacional. “[...] o que primeiro divide os homens são os interesses materiais. Os homens contendem, lutam pela riqueza, pela posse de um cofre, de um campo, de uma casa, de uma moeda; litigam, batem-se, chegam a derramar sangue nesses conflitos” (AFONSO CELSO, 1922, p.98). Decorrente de tal constatação, a postura de Jackson de Figueiredo e do grupo católico se desenvolveu em oposição à modernização do país, pelo menos, enquanto se apresentava com roupagem liberal.

De acordo com Santos (2002, p.228), “os objetos técnicos são susceptíveis de influenciar comportamentos e, desse modo, presidem a uma certa tipologia de relações, a começar pelas relações com o capital e o trabalho”. Pela capacidade de influenciar comportamentos e pela proximidade com os ideais liberais, a industrialização era permeada pelo sentido de rompimento, ao imprimir uma nova dinâmica no mundo político, econômico e dos valores de uma sociedade que viveu quase 400 anos atrelada à produção agrícola e às estruturas reprodutoras das relações de poder. O liberalismo representava:

[...] um sistema de valores e uma visão de mundo fundada sobre a afirmação dos direitos dos Homens e livres de toda autoridade religiosa e humana. Em substituição a uma sociedade estamental, imóvel, fundada sobre corpos e princípios, estabeleceu-se uma em movimento, que pretendia oferecer um campo livre às iniciativas do indivíduo. A monarquia de direito divino, cujo fim era conduzir os homens à santidade, foi substituída por um Estado fundado na soberania popular, indiferente à religião, laico e secularizado. Contra o Estado, liberal, ateu, que pretendia retirar-lhe o domínio do que desde muitos séculos era seu, o estado civil – a assistência, a informação - a Igreja se rebela. O conflito que se abre entre Ela e a Revolução é um dos fios condutores da história do séc. XIX, e que encontraria ressonâncias mesmo no séc. XX (MAYER apud RODRIGUES, 2005, p.17).

Por representar o individualismo, o rompimento com as marcas da tradição e com os laços nacionais, as transformações econômicas e o desvirtuamento moral e nacional precisavam ser combatidos. Segundo Jackson de Figueiredo: “[...] que as mais modernas novidades, que fazem por ahi afóra o espanto e a vaidade de cada geração, no periodo de sua

formação intelectual, nunca são outra coisa além de meras renovações das mais antigas heresias [...]” (FIGUEIREDO, 1924a, p.31). Dessa forma, a industrialização e urbanização foram duramente atacadas: “[...] artificial urbanismo, urbanismo a que devemos talvez, unicamente, as mais graves ameaças que entenebrece os nossos horizontes políticos” (FIGUEIREDO, 1925a, p.153), e “[...] caldo podre do nosso urbanismo de praia [...] de uma vida tão complexa e tão, de si mesma, desmoralisante” (FIGUEIREDO, 1925a, p.155). A industrialização, o crescimento das cidades e a expansão do comércio se atrelavam ao ideal republicano, que, unidos ao princípio pagão, contribuía para a laicização da sociedade:

Foge de toda á acção da Igreja a industria, onde, no meio de suas fabricas innúmeras a Religião deveria exercer a sua missão moralisadora. O commércio de que nos provemos parece timbrar em fazer conhecido que não respeita as leis sagradas do descanso festivo. Hábitos novos, irrazoaveis e até ridículos, vai introduzindo no povo o esnobismo cosmopolita (LEME, 1922, p. 86, grifo do autor).

Além da condição subjetiva de desvirtuamento moral, dos costumes e da tradição católica que constituíam os próprios laços nacionais, o progresso econômico brasileiro também se fazia em função da presença do capital internacional e dos imigrantes nas grandes cidades. Por isso, para Jackson de Figueiredo, o capital estrangeiro na expansão da industrialização associado ao crescimento das cidades contribuía para a perda da soberania nacional.

No contexto da época, o crescimento do setor urbano-industrial vinculava-se ao capital proveniente dos Estados Unidos, cujas inversões no Brasil cresciam na época da Guerra e do pós-guerra com uma rapidez assustadora, numa proporção aproximada de 452% (FAUSTO, 1995). Desde a Primeira Guerra Mundial, as importações dos EUA superavam as da Inglaterra, predominante na relação econômica do Brasil pós-independência. Mas não era apenas a presença dos EUA, outros países também encontravam aqui a possibilidade para aumentar rapidamente os seus lucros, principalmente através do setor bancário, que se aproveitava da constante oscilação cambial. Um exemplo da interferência estrangeira na economia nacional pode ser demonstrado pela presença da Light, empresa canadense que em 1905 já controlava os setores de transporte e energia na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro. Tão forte se fez a influência do capital estrangeiro no Brasil que já controlava importantes setores, como o ferroviário e o marítimo, o comercial exportador e as seguradoras de mercadorias, sem contar os setores estratégicos, como o da distribuição energética nas grandes cidades. Daí a acusação de Jackson de Figueiredo contra a liberdade permitida pelos



governos republicanos à expansão estrangeira no país: “[...] Governo de phariseísmo financeiro, com que a Republica tem enriquecido banqueiros e intermediarios, sem vantagem nenhuma para o paiz” (FIGUEIREDO, 1925a, p.142).

Resultante da dependência brasileira dos empréstimos para a industrialização e para a valorização do café, a Dívida Externa brasileira era a maior da América Latina, correspondendo a 44,2% do total em 1928 (FAUSTO, 1995). O processo de industrialização, representado inicialmente pelo setor têxtil, alimentício e de vestuário dependia de investimentos de base, bem como na infra-estrutura e na geração de energia, para o qual o Brasil não disponibilizava quantias suficientes. Os empréstimos estrangeiros se constituíam como fuga da insuficiência financeira dos governos republicanos.

Sendo assim, o intervencionismo financeiro estrangeiro contrariava a visão nacionalista do autor. O ataque ao avanço econômico deveu-se à ameaça das intenções do capital em negar o nacionalismo. Toda a obra de Jackson de Figueiredo traduz a crítica contundente à intervenção estrangeira no país, calcada na defesa nacional. O caráter nacionalista radical do autor, associado à idéia universalista do catolicismo, revelou-se numa expressão conservadora própria. “Ademais, eu ainda condiciono tudo, em minha vida, ao caso brasileiro” (FIGUEIREDO, 1945, p.140, grifo do autor). Criticava ao mesmo tempo a ingerência econômica e os danos da colonização para o país, atribuindo aos “metecos”, o papel de exploradores. Para Jackson de Figueiredo, a única herança positiva da interferência estrangeira foi a da Companhia de Jesus, inclusive, responsável pela formação da tradição brasileira. Do mais, as outras formas de intervenção representavam o esquecimento de Deus e o incentivo aos processos revolucionários e desordeiros, que se originaram do desejo de acúmulo individualista de riqueza promovido pela Reforma Religiosa e pela Revolução Francesa e que se difundia no Brasil pelo ideal estrangeiro de modernização e pelo governo republicano.

Na vida social, esse período colocou à prova o papel da instituição católica, visto que as mudanças na economia ressignificaram os papéis das instituições atreladas ao poder, principalmente a Igreja, devido à dependência e à necessidade de normalidade para manutenção dos privilégios em que esteve sempre envolvida. O mundo industrial e liberal que despontava, dificultava o desejo de hierarquização e da organização rígida da sociedade. Por defender uma organização política e centralizadora: “TODO O PODER VEM DE DEUS, RESISTIR À AUTORIDADE É RESISTIR A DEUS” (FIGUEIREDO, 1925a, p.194), o autor interpretava a industrialização como legítima representante da luta em favor do homem, do avanço material e político e do distanciamento do poder divino. O progresso industrial e

urbano carregavam o sentido da revolução e o pensamento conservador não admitia revoluções ou transformações bruscas:

Se ha reforma de costumes a tentar, se ha reforma de leis a fazer-se, se ha programma politico a executar, uma cousa é necessario não esquecer, e é que nada disso tem viabilidade se não ha um governo que bem ou mal seja como que um centro de gravitação a todas as aspirações e anseios do nosso povo (FIGUEIREDO, 1925a, p.101).

O ideal católico de governo nacional, centralizado e cristão ou o próprio resgate de uma organização econômica típica da Idade Média européia se tornava difícil à medida que a influência do capital estrangeiro acelerava as transformações econômicas e sociais, reestruturava e promovia a transição para a economia de mercado de base urbano-industrial.

Saibam os brasileiros ainda não garrotados pelo mal revolucionario, que o dinheiro não tem pátria, que ao dinheiro repugnam as organizações politicas sãs e bem caracterisadas, que o dinheiro detesta, portanto, todos os governos fortes e patrioticos. É elle, é, sobretudo elle, que directa e indirectamente escravisa pennas, organisa empresas jornalisticas, e ataca hypocrita, mas impiedosamente toda a força que se levanta contra o imperialismo industrial de uma plutocracia judaica de origem ou por espirito de absoluta conformidade com aquella (FIGUEIREDO, 1925a, p.238).

Contra o avanço do progresso material deveria eclodir a reação católica, em face da desordem das instituições nacionais e da volatilização das rígidas estruturas sociais que configurariam a sociedade perfeita. As trocas e as mudanças de posição na hierarquia social negavam a moral cristã, pois substituíam o poder natural vindo de Deus pelo poder terreno, criado pelo homem. O alerta para a enganação trazida pelo progresso material, concentrado na capital federal e em São Paulo era constante na obra Jacksoniana:

O paiz está pagando uma velha dívida a si mesmo. Dos ultimos decennios da monarchia até o governo Epitacio, o que nos enganava era o progresso material que quasi não dependia de nós, como povo, progresso a que se poderia chamar de fatal em nossa vida, pois que eramos um sólo uberrimo offerecido ás sobras de uma população, como a européa, desvairada pela ambição ou aguilhoada pelas mais terriveis necessidades (FIGUEIREDO, 1925a, p.95).

Como alternativa econômica e moral para o país, Jackson de Figueiredo apresenta a agricultura. É importante diferenciar a defesa da agricultura feita por Jackson de Figueiredo da corrente ruralista. Enquanto a corrente católica defendia a agricultura em nome dos valores morais católicos e da preponderância nacional na economia, a corrente ruralista o fazia

simplesmente em prol dos interesses econômicos. A prevalência da agricultura deveria ser acompanhada dos valores próprios da Idade Média, entendida como alternativa ao crescimento urbano industrial:

E nós não devemos descrever da normalidade de certas épocas, e da anormalidade de outras, por isso mesmo, que o sentimento intenso desta verdade vivemos a exprimi-lo sempre que falamos sobre um fato qualquer de ordem geral. E basta pensar na uniformidade, nas linhas gerais de períodos como o que vai do século IX ao XIV, em que as tangentes ou as linhas díspares, de verdadeiro relêvo, são raríssimas, e a atividade, não só filosófica, mas artística, política e social, é visivelmente dirigida, atenta a uma finalidade. [...] A nós, atualmente falta o sentimento do fim, substituído pelo dos meios, que é o que levanta os monumentos do útil, sempre variável e fugitivo (FIGUEIREDO, 1945, p.113, grifo do autor).

A prosperidade e a reafirmação da nação consistiam em retomar o modelo medieval de produção e a espiritualidade como centro da vida cotidiana, da qual dependia a soberania do Brasil. A defesa do modelo medieval se fazia pela segurança política de suas linhas condutoras e pela preponderância do espírito sobre a matéria.

O progresso material pôde produzir o bem estar, as conveniências da vida animal; mas arrebatava-nos muitíssimas vezes a vida da imaginação, do sentimento e da alma, que constitui a verdadeira felicidade. O homem dos séculos de fé, o camponês da idade média possuía na sua crença uma fonte inexaurível d'esperança, de sonhos, d'agitações morais, que lhe faziam sentir a vida com uma intensidade que nós ignoramos. Era para ele duro o mundo material, mas era dele que menos vivia. Se tinha prisões nos pés, tinha azas a sua alma (MARCHAL, 1922, p.125).

Nas palavras do autor: “Não creio em nenhum melhoramento moderno. Devemos voltar atrás, abandonar a febre e curar-nos dela, desta terrível febre de progressos materiais” (FIGUEIREDO, 1945, p.252).

É importante destacar que para Jackson de Figueiredo, além da proposta de conservação da agricultura como alternativa econômica para evitar o desagregamento nacional promovido por aquele modelo de industrialização, outras propostas de base nacional e territorial se desenvolveram, dentre as quais se destacam a condenação do liberalismo e da democracia pelas permissividades frente às insurreições anarquistas e comunistas da época e a defesa da Monarquia Cristã sob a salvaguarda da Igreja Católica. Ambas as posturas são reveladoras dos flancos da batalha empreendida por Jackson de Figueiredo no front político, o que será mais bem desenvolvido no próximo capítulo.

#### **4. JACKSON DE FIGUEIREDO E O ESTADO LAICO: ENTRE A REAÇÃO E A AÇÃO**

A organização política brasileira na década de 1920, se por um lado não atendia aos partidários republicanos devido à reprodução dos vícios políticos, por outro frustrava os defensores da manutenção da monarquia, pela efetivação de importantes cisões no antigo regime. Para os dois grupos, a política vigente era ineficaz. A ausência de um projeto político nacional resultava da incapacidade de construção de um arsenal ideológico, já que as classes sociais, no contexto do capitalismo tardio, ainda não estavam constituídas e os programas atendiam mais às conveniências do momento que a um conjunto coerente de idéias. A insatisfação generalizada com o poder político central, somada à reestruturação econômica do país, à influência de idéias e movimentos sociais importados, e o aparecimento e ressignificação de novas classes sociais contribuíram, decisivamente, para o clima de agitação política e para a confusão relativa à organização do poder.

Segundo Chauí (1978, p.21), para o entendimento das décadas de 1920 e 1930, o ponto de partida é consideração da ausência de um “sistema de representação de normas particular e dotado de aparente universalidade”, capaz de impor-se à sociedade como um todo. A inexistência de uma ideologia universalizante vinculava-se diretamente à inconsistência das classes fundamentais – proletariado e burguesia – e à indefinição das classes médias, que oscilavam entre os programas das outras duas. Quanto à burguesia, nenhuma de suas frações

portava uma ideologia capaz de impor-se como projeto nacional; o proletariado ainda não havia amadurecido politicamente a ponto de impor-se contra a exploração a que era submetido e as classes médias ocupavam um papel de “[...] ponte possível entre as classes dominantes e as classes populares excluídas – durante toda a Primeira República – de qualquer aliança política efetiva [...]” (PINHEIRO, 1990, p.26), carente, portanto, de identidade sócio-histórica e com posturas heterônomas e ambíguas. A inconsistência das classes sociais do período encontrava a principal explicação no caráter extemporâneo do capitalismo brasileiro; atrasado, com desenvolvimento desigual e combinado em relação ao capitalismo internacional. “Assim sendo, torna-se inevitável que o ideário liberal, o ideário autoritário e o ideário revolucionário sejam importados e adaptados às condições locais, resultando disso, que no Brasil, as idéias estejam fora de lugar” (CHAUÍ, 1978, p.21). Ainda segundo a autora:

O Estado surge, pois, como único sujeito político e como único agente histórico real, antecipando-se às classes sociais para constituí-las como classes do sistema capitalista (explicitando, portanto, a contradição capital-trabalho). O Estado cumpre essa tarefa transformando as classes sociais regionalizadas em classes nacionais, exigindo que todas as questões econômicas, sociais e políticas sejam encaradas como questões da nação. Nascido do vazio político, o Estado é o sujeito histórico do Brasil. (CHAUÍ, 1978, p.20).

Por esse viés, o Estado como depositário de todos os anseios nacionais era conseqüência do vazio político e ocupava o espaço cedido pela ausência de uma ideologia organizada, decorrente da fragilidade da estrutura de classes. Entretanto, para Lamounier (1990), em importante estudo do pensamento autoritário da década de 1920, a própria constituição do Estado como “princípio tutelar” da sociedade constituía-se em uma ideologia, ou seja, “uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas [...]” (LAMOUNIER, 1990, p.357). Nota-se que a relativa diferença de interpretação entre os dois autores origina-se, sobretudo, das diferentes concepções de ideologia. Para este estudo as duas análises se complementam: a primeira porque permite captar os traços do desenvolvimento de classes do capitalismo brasileiro e a conseqüente relação com o clima do pensamento do país; a segunda porque oferece a fundamentação teórica para a caracterização do pensamento católico de Jackson de Figueiredo como autoritário. Lamounier (1990, p.359) afirma que o pensamento autoritário no fim do século XIX e início do XX apresentava como características principais:

- 1- Predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”;
- 2- Visão orgânico-corporativa da sociedade;
- 3- Objetivismo tecnocrático;
- 4- Visão autoritária do conflito social;
- 5- Não organização da “sociedade civil”;
- 6- Não mobilização política;
- 7- Elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudanças políticas;
- 8- O Leviatã benevolente.

Como os elementos apontados por Lamounier (1990) para a definição do pensamento autoritário se sobrepõem e os contornos que os separam não são bem definidos, o desenvolvimento da análise a seguir visa associar as características do pensamento político de Jackson de Figueiredo às apontadas pelo autor, sem a preocupação de seguir uma organização que trate delas separadamente, mas as reforce como um todo.

Jackson de Figueiredo se enquadrava no movimento de intelectuais do início do séc. XX por assumir a política como centralidade de suas elaborações: “Não há no mundo moderno problema moral e econômico a resolver, mas sim, penso eu, um problema político. A política é, de fato, a arte de criar e defender a estrutura social” (FIGUEIREDO, 1945, p.83).

A transformação dos intelectuais em agentes políticos pode ser relacionada à necessidade de criação de um conjunto consistente de idéias de legitimação de um determinado poder, nascidas da incerteza do momento. As agitações políticas dessa década, como as revoltas tenentistas de 1922 e 1924, a eclosão dos movimentos grevistas operários desde 1917, a criação do Partido Comunista em 1922 e a Campanha Civilista que marcou a eleição de Arthur Bernardes ocuparam papel central na produção Jacksoniana. A variedade de acontecimentos políticos, de naturezas diversas, associadas à postura oportunista e panfletária do autor, conduziu-o a duas posições aparentemente ambíguas, mas, quando analisadas profundamente, explicam-se e complementam-se: a primeira posição política do autor se explica pela reação<sup>2</sup> aos diversos movimentos sociais que eclodiram na década de 1920 e a

---

<sup>2</sup> Em função dos diversos sentidos do termo reacionário e mesmo de uma definição clara para o seu uso, a sua utilização aqui é feita no sentido de oposição à revolução e/ou qualquer mudança política. Concorde-se, desse modo, com Abbagnano (2000, p.830), que define a reação em política, como “[...] movimento que tende a anular ou a neutralizar os efeitos de uma revolução ou de uma mudança qualquer, ou mesmo impossibilitar a ocorrência de mudanças”.

segunda, pela postura ativista<sup>3</sup>, em busca da transformação da República Liberal em Monarquia Cristã.

#### 4. 1 O reacionário

A postura reacionária do autor vinculava-se diretamente à preocupação com o futuro político e se desenvolveu na luta contra a democracia que se efetivava na Europa e que despontava no Brasil pelo caminho das agitações sociais: “[...] a verdade é que a democracia, maximé na forma com que a adoptamos, é uma anarchia pratica, pela insegurança e incoherencia dos principios directores da actividade, é desconfiança em relação ao poder e discussão em relação a tudo e a todos” (FIGUEIREDO, 1925a, p.115).

Jackson de Figueiredo atacou os processos revolucionários, encontrando no liberalismo e no seu quartel general, a maçonaria, o inimigo principal a ser combatido, pois ao liberalismo creditava a abertura às agitações de cunho anarquista e comunista, já que ele ressurgiu na década de 1920, num processo de “Republicanização da República” (NAGLE, 1990). Para Jackson de Figueiredo e o grupo católico, o desafio da garantia do futuro político do Brasil ancorava-se no fechamento das portas para os avanços revolucionários, definidos como todo movimento de contestação da ordem, desde revoltas como as tenentistas, até greves ou agitações de menor expressão. A luta pela independência do homem em relação à ordem espiritual e à quebra da hierarquia e dos preceitos religiosos representava, na visão católica, o esforço satânico para construir o mundo sem Deus. “[...] combato o Liberalismo porque estou convicto que é a maior fonte de injustiça social, a origem principal de todas as tyrannias politicas, que deshonram o mundo moderno e contemporaneo. [...] Não creio no exame, na vontade do povo, no suffragio popular, as escancaradas ou secreto, no laicismo [...]” (FIGUEIREDO, 1925a, p.258).

Nessa visão, os próprios movimentos ligados ao comunismo e ao anarquismo resultavam do afrouxamento e permissividade do poder instituído e da sua contaminação pelos ideais liberais. Ao liberalismo atribuía uma gama de significações que, associadas à filosofia, à arte, à prática protestante, ao espírito mercantilista e ao comportamento humano, transformavam-se na maior fonte do ódio político de Jackson de Figueiredo. O autor ligava diretamente à Revolução Francesa às origens do liberalismo, o qual, transferido para o

---

<sup>3</sup>Quanto ao termo ativista, a sua utilização neste trabalho está vinculada diretamente a quem “[...] assume como princípio a subordinação de todos os valores, inclusive a verdade, às exigências da ação, isto é, ao êxito ou o

território nacional pela imigração, difundia-se rapidamente devido à permissividade política local. Mais do que qualquer outro país, o Brasil exigia uma postura firme do governo, visto que o meio brasileiro exercia importante função política fragmentária, pela diversidade étnica, ocupação irregular, desunião política e extensão territorial.

[...] Immensa extensão de territorio, grande variedade de climas, população escassa e desigualmente distribuida, heterogeneidade ethnica da imigração estrangeira que repercutirá necessariamente numa heterogeneidade fisiológica e psychológica de nosso povo, larga autonomia dos Estados – todos esses fatores são ou podem ser principio de divisão, elementos de discordia, germen de desagregamento (FIGUEIREDO, 1924a, p.37).

De acordo com o pensamento jacksoniano, a mentalidade revolucionária era uma realidade histórica inextricável que exigia uma vigilância permanente por parte dos defensores da ordem. A alternância histórica entre momentos estáveis e agitados politicamente relacionava-se ao maior ou menor grau da eficácia repressora dos governos instituídos. Segundo ele, somente o governo enérgico e doutrinador poderia manter a ordem, enquanto que dos democráticos e licenciosos nasceria a insegurança e a barbárie. “É uma verdade histórica que só ha revoluções vencedoras onde os governos estão mais ou menos em relação de cumplicidade com ellas, ou porque lhes falte fé nos principios que representam ou porque o temor lhes tire toda a possibilidade de vencer” (FIGUEIREDO, 1925a, p.52).

Para o autor, os movimentos sociais não se justificavam pela luta de classes e pela oposição capital-trabalho, mas desqualificavam-se por representar características negativas, resultantes do mau caráter, espírito malévolo ou outra deficiência do comportamento humano. Nesse sentido, o pensamento católico sustentava uma concepção autoritária do conflito social:

Eis ahi talvez o segredo dos nossos ultimos desastres: são dez, vinte maniacos, possessos, obcecados de ideaes os mais incertos- vacilando entre a dictadura militar e a democracia mais romantica – são dez, vinte doentes animados, porém por um ambiente absolutamente favoravel á conversação lunatica, ao nosso psychastenismo social, ás intimidades perigosas com toda e qualquer especie de loucura (FIGUEIREDO, 1925a, p. 117).

À aviltação dos diversos movimentos sociais juntavam-se outras características, como a crença na ineficácia da mobilização popular para resolver os conflitos sociais e a conseqüente visão corporativa da transformação ou superação dos problemas humanos. De acordo com Lenharo (1986, p.140), a imagem do corpo humano bem atende a esse tipo de



justificação do poder, visto que “a unidade e o equilíbrio que a imagem de corpo humano oferece é o que mais seduz os pensadores, preocupados em justificar a fonte do poder desejado”. A própria visão organicista da sociedade, assentada na filosofia thomista (base da explicação da realidade para a Igreja ao longo do século XIX), é uma das matrizes do pensamento jacksoniano, implicando na pregação da colaboração de classes para solução dos problemas sociais, como os movimentos operários, que ocupavam nessa visão papel secundário.

Pobres homens! Nunca deixaram os operários, de soffrer a penuria de sua mesquinha condição. Algumas vezes foram mesmo explorados por patrões ambiciosos, sem religião. Mas sempre tiveram a alegria da resignação, o estímulo saudavel da melhoria da situação pelo seu esforço paciente, e, ainda mais que tudo, as noções consoladoras e santas que o catholicismo lhes ensinou e que suas mães lhes repetiram desde os primeiros clarões de sua intelligencia (FORTUNA, 1925, p.18).

Os movimentos sociais dessa natureza eram encarados como engano ou resultado da má interpretação da história e dos espíritos sem educação moral. A partir dessa constatação, duas explicações eram possíveis para a origem e disseminação desses movimentos no Brasil: a má influência que as classes ignorantes sofriam de idéias importadas e a falta de autoridade do governo temporal.

Mãos elementos vêm, porém, para nosso paiz. Perseguidos, quiçá, pelas policias do velho Continente, refugiam-se aqui, e, á sombra da criminosa condescendencia dos agentes de repressão, dão larga a sua sanha de disseminação das funestas doutrinas anarchistas, comunistas, cuja unica consequencia é installar no coração do operario o ódio, a raiva, a inveja (FORTUNA, 1925, p.18).

A sociedade ideal para Jackson de Figueiredo era aquela constituída na Idade Média, pois a segurança política de suas linhas gerais revelava a presença benéfica da Igreja Católica no controle das consciências e do poder temporal. Para converter o Brasil da década de 1920 em um campo de tranqüilidade, segundo ele, fazia-se necessário o emprego de todos os esforços repressivos por parte dos governos. Do mesmo modo, pela admissão da contradição social e do jogo de forças existente, o liberalismo representava a origem de todos os males sociais, principalmente o revolucionário. O futuro político do país exigia, naquele momento, a reação contra o avanço liberal. Por isso, Jackson de Figueiredo se colocou como reacionário, apontando como solução para o país “[...] um espirito doutrinario, um espirito de reacção naturalmente systematico, ordenado e methodico [...]” (FIGUEIREDO, 1925a, p.233, grifo

nosso), insistindo em ações ortodoxas por parte do Estado, como forma de controle dos espíritos rebeldes. Dentre essas ações, destacava-se a repressão à imprensa, o combate à anistia, a pena de morte para crimes políticos e o apoio à criação de um tribunal eclesiástico para punir o “mau proceder”.

O domínio da imprensa pelo Estado justificava-se pela oposição da imprensa livre aos ideais católicos e pela ausência de comprovação histórica da veracidade da opinião popular. A experiência histórica comprovava que o respeito à ordem e à hierarquia constituía o caminho incontestável para se chegar à felicidade e à segurança do governo temporal. Ao iniciar a atividade de jornalista, Jackson de Figueiredo pretendia prestar um serviço fundamental ao Brasil – reconstruir pela imprensa escrita a moral das classes dirigentes - finalidade para a qual lançou mão de tom ameaçador e agressivo. Acreditava que a opinião pública, orientada corretamente pela elite, frearia o avanço revolucionário. Recuperar a imprensa constituía um dos primeiros passos para formar uma elite católica, dado que essa era controlada completamente pelos meios agnósticos. “Ora, no mundo contemporaneo, nada se pôde fazer sem a imprensa e essa, pelo menos no Brasil, está completamente nas mãos dos adversarios da Igreja” (NOGUEIRA, 1926, p.304). Por considerar a população inapta para entender a realidade por conta própria e presa fácil do agnosticismo é que a imprensa merecia a ação integral do Estado. Caso contrário, nas mãos dos inimigos da ordem serviria para a proliferação dos ideais anarquizadores, aumentando ainda mais a confusão política do momento. A cogitação do controle da imprensa pelo governo de Arthur Bernardes suscitou a seguinte reação do grupo católico:

Partidarios que somos de toda e qualquer medida de real utilidade publica, maximé quando se trata de pôr um freio aos desmandos ocasionados pelo mercantilismo de opinião escripta, não podemos negar nossos applausos ás boas iniciativas nesse sentido e não vemos razão alguma que justifique o temor de alguns escrupulosos, que acham o momento menos opportuno para discutir o assumpto (MORAES, W., 1923, p. 43).

Por meio da imprensa escrita, Jackson de Figueiredo ficou reconhecido como doutrinador e líder inabalável do movimento católico. Em artigo publicado em 13 de agosto de 1924, assim tratava os tenentes envolvidos na Revolta do Forte de Copacabana em 1922 e na Revolução de 1924: “A primeira verdade a defender actualmente é a de que o crime politico é o mais sério, o mais grave de todos os crimes, e, por conseguinte, o que acarreta maiores responsabilidades” (FIGUEIREDO, 1925a, p.75, grifo do autor). Ao surgir o boato de anistia dos revolucionários envolvidos nos dois movimentos, por parte do governo federal,

afirmava: “Risque-se de uma vez por todas a palavra amnistia do nosso vocabulário político” (FIGUEIREDO, 1925a, p. 76). No entendimento de Jackson Figueiredo (1925a, p. 76),

[...] o criminoso político é o mais temível que se tem de combater, pois que o é muito mais quem se arma de um canhão, de uma metralhadora para impor uma vaidade, uma paixão partidária, ao meio social a que pertence, do que o indivíduo que, armado de revólver ou de punhal, assalta quem lhe parece mais bem quinhado pela fortuna.

Desse modo, a prática de crimes tão graves exigia punição proporcional: “Se a pena de morte concorrer para diminuir um pouco os assassinatos decorrentes de revoluções, motins, etc., creia não me repugna absolutamente dar o meu voto ao seu estabelecimento entre nós” (FIGUEIREDO, 1925a, p.261). Para matar as idéias antes de se transformarem em acontecimentos políticos, o grupo católico defendia o resgate de práticas medievais, como o tribunal eclesiástico:

De tudo quanto precede, havemos de concluir, que a existência de um tribunal ecclesiastico é perfeitamente legal, que a Igreja Catholica teve e tem o direito de tomar providencias severas, de castigar aquelles que por mau proceder ou crimes, atrapalham a sua instituição e progresso (VROOMAN, 1924, p. 235).

O próprio título do livro “A Columna de Fogo”, que é uma coletânea de artigos publicados por Jackson de Figueiredo, é referência direta ao espírito reacionário do autor:

O ideal novo, a columna de fogo é a contra-revolução, mais do que isto: é o opposto da revolução, é a fé na idealidade constructora, na força do espírito, da actividade disciplinada e ordeira, na paciencia, no trabalho methodico, o horror aos processos violentos, que são de si mesmos uma negação arbitraria das leis que regem o mundo social (FIGUEIREDO, 1925a, p. 51).

Enquanto a postura **reacionária** correspondia à tentativa de desaceleração histórica, contrária às agitações e ao avanço do liberalismo que ameaçavam o futuro político do país, Jackson de Figueiredo também se revestiu do espírito de **ativista católico**, pois a simples interrupção dos movimentos revolucionários não garantia a situação política ideal; no entender Jacksoniano, além de barrar o liberalismo, era preciso retornar à monarquia. Por esse motivo, encontra respaldo a segunda posição assumida pelo autor, a ação católica para conversão da condição política republicana.

## 4.2 O ativista

Na visão do autor, a República representava o segundo problema a ser equacionado, sob pena de comprometer o ordenamento da sociedade. Essa postura nasceu da oposição entre a concepção de Estado construída pelo ideário católico e a situação política nacional, caracterizada pela República. “O que é preciso é saber o que quer o catholicismo em materia de governo temporal das sociedades para saber o que eu quero, o que eu sou” (FIGUEIREDO, 1925a, p.257, grifo do autor).

Para o ideário Católico existem duas esferas de poder: a espiritual e a temporal. Da mesma forma que o corpo e a alma estão unidos, também essas duas esferas devem permanecer ligadas, sob risco de comprometer o desenvolvimento “sadio” da sociedade. A Igreja Católica, nessa concepção, era a legítima controladora do poder espiritual, pois recebera de Deus tal incumbência, não podendo outra religião ou seita reclamar esse direito. Contra o avanço de outras religiões, como o Espiritismo, o Judaísmo e o Protestantismo, o grupo católico empreendeu os mais elevados esforços, já que associava a permissividade política do contexto brasileiro aos estímulos das paixões violentas e ao “apreço pelo nada”, pregados pelas religiões e seitas liberalizantes, além de combatê-las devido a arregimentação e o crescimento de adeptos. “[...] o protestantismo tem sido a cloaca sem agua para onde se escoam as fézes do catholicismo – os apostatas” (AMARAL, 1922, p.190).

Para Jackson de Figueiredo, a Igreja, como legítima responsável pelo poder espiritual, deveria se sobrepor ao Estado, que sob sua direção funcionaria como meio para a organização do mundo terreno, assumindo como principal desafio o controle dos espíritos rebeldes que se revelavam pela tentativa de laicização de todas as instituições. O Estado deveria executar no mundo temporal os preceitos religiosos da ordem e da hierarquia, possibilitando ritmo e unidade à marcha humana. Nesse contexto, a vida temporal era o ponto de partida para um mundo mais elevado, o mundo do espírito, em função do qual toda a sociedade, das instituições aos indivíduos, deveria existir. Justificava-se assim o poder da Igreja sobre a organização social, tanto na forma como no conteúdo, perpassando pelo controle do Estado. A crença, o medo e o pecado contribuía, dessa forma, para o controle dos fiéis, cumprindo o papel fundamental de condenar através da esfera espiritual o procedimento terreno – pelo conceito de pecado, a esfera espiritual poderia salvar a profana: “[...] a existencia do inferno é uma das grandes necessidades que se impõe para o governo moral do mundo” (NOGUEIRA, 1923, p.186). É importante destacar que o pensamento católico da década de 1920 não defendia a indistinção do Estado e da Igreja, mas a sua aproximação, de forma que, como um

filho no colo de sua mãe, o Estado deitasse no colo da Igreja Católica. É importante destacar que a defesa autoritária do Estado – “Que o Estado tudo possa, seja onipotente, mas sob a direção espiritual da Igreja” (FIGUEIREDO, 1945, p.109) – diferenciava-se da defesa de um Estado Totalitário – nem cesarismo, nem populachismo. A Igreja Católica unida, mas distinta do Estado, ocupava, nessa concepção, o papel de fiscalizadora do governo temporal, além de não se sujeitar a sua opressão. Para tanto, em uma situação ideal, as cláusulas que deveriam reger a relação entre Estado e Igreja assim se resumem: “1ª - DISTINCCÃO dos dois poderes, soberanos, cada um na sua esfera propria; 2ª - CONCURSO, alliam-se para se ajudarem mutuamente e: 3ª - SUBORDINAÇÃO do Estado á Egreja nas questões mixtas” (A EGREJA..., 1925, p.82).

A justificativa para a aproximação entre o Estado e Igreja derivava da crença católica na incapacidade do Estado em manter a ordem social, visto que somente a tradição e os costumes poderiam garantir a permanência dos governos temporais. Em Carta Pastoral, os bispos do Equador resumiam bem o risco que representava o Estado Liberal.

O Estado não tem o poder de ligar a consciencia individual; logo, ao separar-se da Egreja tem que outorgar a liberdade absoluta de pensamento, da imprensa, da consciencia etc. Após estas liberdades vem a liberdade de associação e com ella a liberdade permanente de poder conspirar quando lhes approuver (CARTA..., 1923, p.192).

Mesmo defendendo o respeito às leis civis e a dura repressão aos espíritos agitadores contrários a ela, a concepção católica de poder e organização social não creditava a nenhuma invenção laica a capacidade de controle real da sociedade: “Ora, o que é dever constitucional, em qualquer governo, não é o que está escripto no papel, mas o que está na consciencia universal” (CORRÊA, 1921, p.68). E ainda: “Mesmo os legisladores extraordinarios que informam o povo não fazem mais que reunir elementos preexistentes no costume e no caracter popular; mas esta reunião, essa formação rapida que participam da criação, não se executam senão em nome da divindade” (CORRÊA, 1921, p. 70, grifo do autor).

Dessa feita, admitia-se que o respeito à ordem e à hierarquia só era possível devido à moral originada dos dogmas católicos. Caberia, então, ao Estado autoritário garantir a continuidade da tradição e da moral através do reconhecimento do papel diretivo da Igreja, de onde partiam os dogmas, de forma que as suas próprias ações e seu mecanismo de funcionamento incorporariam os preceitos religiosos. Daí decorre a crença no ultramontanismo. Para o ideário católico, a certeza da necessidade da Igreja pelo Estado, fórmula infalível e indispensável para a sociedade, pautava-se no único elemento capaz de

garantir a eficácia das concepções políticas, ou seja, a “experiência” comprovada pela história:

A historia é a política experimental, isto é, a unica que presta, e, como na physica, cem volumes de theorias especulativas desapareceram em face de uma unica experiencia. Do mesmo modo, na sciencia política, systema algum pode ser admittido se não como corollario, mais ou menos provavel de factos bem verificados (A ESTA ..., 1926, p.51).

Essa experiência política torna irrefutável a idéia de que “[...] a duração dos impérios foi sempre proporcional ao grau de influência que o princípio religioso adquiriu na constituição política (CORRÊA, 1921, p.70, grifo do autor). Enquanto no mundo, a normalidade e a ordem política começaram a ser rompidas com a Reforma e a Revolução Francesa, no Brasil, a República encarnou o espírito de desordem e de insegurança. Decorre daí o ódio, pode-se dizer, para com o Protestantismo, a Democracia e o Liberalismo, que, segundo o pensamento católico, afastavam Deus da Constituição e substituíam o princípio estatal pelo princípio de mercado.

A situação política da década de 1920 se opunha diametralmente à concepção católica de governo temporal, já que se viviam os primeiros anos da República no Brasil. Naquela década, “tratava-se de republicanizar-se de novo o paiz, isto é, de fazel-o voltar aos dias sinistros que se seguiram ao esphacelamento da Monarchia” (PORQUE..., 1922, p.114, grifo do autor). Proclamada pelo ideal liberal, após uma certa calma, a República ressurgira com maior ímpeto, ameaçando a ordem política e exigindo uma ação organizada e eficaz de Jackson de Figueiredo, posto que comandava o grupo católico, numa tentativa de conversão da república liberal em monarquia assentada nos princípios católicos.

A Igreja, diminuida, esfrangalhada pelo maçonismo de alguns dos mais notaveis gabinetes do Imperio, e o proprio positivismo, tão influente entre os chefes do motim victorioso, se conseguiram, até certo ponto, enfreiar as paixões do momento, nada puderam fazer, nos primeiros annos da Republica, de verdadeiramente notavel, contra a desordem, a indisciplina dos espiritos, contra o vivo exército da morte, contra a paixão do nada que nos dominava justamente de cima para baixo, isto é, era do escol politico, que se derramava sobre o povo ignorante e a cada vez mais bestificado [...] (FIGUEIREDO, 1925a, p.69, grifo do autor).

Para Jackson de Figueiredo, os principais erros decorrentes da Proclamação da República foram o afastamento do Estado da Igreja e a substituição da Monarquia. Ambos contradiziam a concepção católica de organização política temporal. Para a Igreja, o

afastamento do Estado implicou na sua submissão ao mesmo tratamento dispensado às demais religiões e seitas e na obrigação do ensino leigo para as escolas públicas. Na visão católica, o seu “rebaixamento” ao nível das demais religiões e seitas decretava o absurdo político do Estado leigo, pois a Igreja constituía-se na única portadora e reveladora da verdadeira ordem social. Residia aí uma extrema injustiça e/ou engano, pois tal ação por parte do Estado negava o papel político fundamental da Igreja Católica como formadora da nação e mantenedora da unidade nacional por meio das tradições e dos costumes.

O Brasil não seria digno de si mesmo, se não reconhecesse que a maravilha de sua coesão política, perdurando através de todos os embates, é devida em grande parte á prodigiosa força moral do catholicismo e ao alto papel de disciplina e de educação, que a religião tem sempre desempenhado entre nós, nestes quatrocentos e tantos annos já decorridos da vida de nossa terra (O BANQUETE..., 1924, p. 163).

Já que a imensa maioria do povo brasileiro era católica, julgava Jackson de Figueiredo que a Proclamação e o ideal republicano eram ações de um pequeno grupo de positivóidicos, loucos e apaixonados, abjuradores dos mais significativos serviços prestados pela Igreja ao Brasil, cuja ação resultou no laicismo. O laicismo do Estado era uma declaração explícita do desprestígio da Igreja e da animosidade estatal em relação a sua participação no poder. Jackson de Figueiredo não admitia “meias posições”; ou o Estado se autoproclamava católico ou então seria encarado como anticatólico. Fazia suas as seguintes palavras: “[...] o laicismo é justamente isto: um partido, ou, si preferirmos, uma contra-Igreja [...]” (GOMES, 1926, p.229, grifo do autor). Um questionamento movia profundamente Jackson de Figueiredo: como poderia um Estado leigo em um meio católico? Essa situação, no entanto, era vista por ele como passageira, já que se considerava a República desprovida de qualquer possibilidade de efetivação. Julgava também tratar-se de um engano, pois consistia na confusão geral dos espíritos e na indistinção de princípios equivocados e contraditórios. Assim, a proclamação e a permanência da República por mais de 30 anos resultava do regalismo dos últimos anos do império: “[...] Pedro II jámais soubera esquivar-se, como homem de governo, desse plano inclinado em que o regalismo deixa-se arrastar pela Revolução, isto é, pela negação mesma da autoridade na sua expressão legítima e sagrada” (FIGUEIREDO, 1922b, p.18); e da indiferença dos católicos – “[...] somos uma maioria que não cumpre os seus deveres sociaes” (LEME, 1921a, p.11).

À inadmissão do Estado leigo em um país predominantemente católico somava-se o sentimento de injustiça, nascido da desconsideração do Estado pela vontade da maioria

católica, mesmo na condição republicana. A principal reclamação girava em torno do direito dos católicos decidirem sobre a forma ideal de ensino praticado nas escolas públicas. O ensino religioso, na concepção jacksoniana, foi o instrumento fundamental nas mãos dos jesuítas para a criação do Brasil e nas mãos da Igreja para a manutenção da sua unidade moral e territorial. Da educação católica nasceu a nação, a cultura e a tradição brasileira. “Nascido no seio da Igreja Catholica, foi á sua sombra benéfica que o nosso paiz cresceu, civilisou-se e desenvolveu-se [...]” (LEME, 1921b, p.17). A laicização do ensino era um mal, pois permitia a expansão do individualismo, o avanço de outras seitas, a revolta dos espíritos e levaria inegavelmente ao fim da nação brasileira:

Ora, neste momento, o ensino leigo ameaça de tão funestas consequencias as novas gerações brasileiras, que mais do que nunca é preciso ter sempre em vista que o catholicos, o verdadeiro catholico é um soldado, tem por dever combater o mal, apresente-se elle velado ou desassombradamente. E o mal que vae causando o ensino leigo é desses que não deixam mais duvida: elle matará o Brazil, se não o Brazil - usufructo, pasto ubérrimo de alguns ambiciosos politicos, pelo menos, o Brazil - nação, o Brazil – povo livre, com uma historia, com tradição sagradas a zelar, a exaltar (O CLERO..., 1921, p.19).

Da perda do posto de religião oficial e da privação do controle do ensino partiram as reivindicações das emendas católicas na constituição em 1926. As duas exigências católicas resumiam-se no reconhecimento constitucional do Catolicismo como religião oficial e no ensino católico facultativo nas escolas públicas em horário extracurricular. Analisando os livros, artigos de jornais e de revistas do período, principalmente da revista *A Ordem*, constata-se que essas reivindicações marcaram profundamente a ação de Jackson de Figueiredo. A análise de “*A Ordem*” permite entender o nascimento do projeto das emendas católicas e os meandros percorridos pelo pensamento e pela ação do autor; as crenças, os medos e a decepção final.

A defesa política de Jackson de Figueiredo nesse momento revelava a incompatibilidade entre a sua posição política e a católica oficial (Santa Sé). Para entender essa aparente divergência, é preciso reconhecer que para a Igreja Católica, os governos republicanos não deveriam ser apoiados e que às leis escritas deveria sobrepor-se a força da tradição e dos costumes. Portanto, contradição entre o autor e a oficialidade católica se revela principalmente de duas formas. A primeira se expressa pela posição oficial do Catolicismo que colocava as tradições e costumes católicos acima da constituição escrita. Contrariamente, Jackson de Figueiredo apresentou um esforço deliberado para a inclusão do Catolicismo como



religião oficial. Já na segunda oposição, Jackson contraria o pensamento católico ao apoiar os governos republicanos de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes. Tal situação explica-se pelo oportunismo político do intelectual e pela necessidade do movimento católico dominar todos os espaços possíveis, já que renascia da inércia proveniente de tempos imemoriais.

Jackson incorporou todo o ódio possível diante dos movimentos revolucionários e o último fio de autoridade que restava ao governo brasileiro dependia, exclusivamente, das características pessoais dos governos republicanos de Epitácio Pessoa, firme e incisivo para o controle dos motins, e posteriormente de Arthur Bernardes, católico virtuoso e que enfrentava corajosamente a reação civilista do “ateu” e liberal Nilo Peçanha. Sobre as virtudes autoritárias dos dois presidentes afirmava:

Principiou-se a ver que mesmo nos seus erros, o Sr. Epitácio actuava como chefe de Estado, que tem nitida consciencia do que é ser chefe de Estado. Deante disto, era claro que não ficaria aquietada a meia duzia de trampolineiros revolucionarios e negativistas sociaes que, em todos os tempos se achou sempre com direito de proclamar-se consciência nacional, deste pobre paiz [...] (A LIÇÃO..., 1922, p. 82, grifo do autor).

O Sr. Arthur Bernardes, a quem mais alta e serenamente coube a gloria de encarnar a parte do que se deve chamar propriamente a sociedade na defesa do Estado, já, a esta hora, não mais simples cidadão, que representava esta mesma sociedade em perigo, mas o chefe do Estado, o Presidente da Republica, e nunca, em homem nenhum, desde 89, em nosso paiz, o character da suprema magistratura pode mostrar-se victoriosamente, á luz do sol, tão isento de compromisso com a paranoia revolucionaria (A LIÇÃO..., 1922, p. 83).

Para a ação católica, o apoio aos governos republicanos constituídos representava uma saída emergencial para o problema do avanço revolucionário. Como forma de esclarecimento deve-se considerar a justificativa oferecida pelo próprio autor:

Se os governos constituídos por todo o Occidente, desde a implantação do regimen revolucionario merecem o apoio do homem christão, é porque os movimentos de revolta nada mais promettem que um maior arbitrio das massas ignaras. Alem disto, mesmo esses governos de contradicção e sophisma têm uma funcção policia, que, se não contribue para a felicidade positiva de paiz algum, é, pelo menos garantia de menos infelicidade. E como é na triste paz social, que se vae refazendo, pouco a pouco o senso politico christão dos povos repaganisados pelos Direitos do Homem, é essa paz, e a esperança que ella acalenta, o que, de facto, defende o homem christão, quando parece defender a contradictória e inhumana (o que é muito peor que a deshumana) ordem legal dos governos democraticos, republicanos, etc. (FIGUEIREDO, 1925a, p.15, grifo do autor).

O apoio aos governos e à constituição republicana e a luta pelo reconhecimento do Catolicismo pelo Estado Leigo visavam frear o avanço revolucionário, no sentido de “congelar o país” (BERDIAEFF, 1936), até se desenvolverem as condições para a constituição de nova situação política. Se por um lado era incômoda a realidade política de 1920, devido ao Estado leigo republicano, por outro, o grupo católico manifestava declaradamente a preferência pela sua temporária manutenção, diante do avanço revolucionário que ameaçava asselvajar o futuro político da nação. Construía-se, assim, a justificativa para o apoio aos governos de Epitácio Pessoa e Arthur Bernardes, além da insidiosa luta pelo reconhecimento do ensino e da oficialidade católica. Porém, retornar à Monarquia e erigir um Estado assentado na Igreja era necessário, apesar de demandar tempo e precaução política, já que se tratava de um campo de ação reconhecidamente pervertido. A República resultou da sublevação das consciências doentias e liberais e o plano para a reconstrução da monarquia deveria seguir o caminho inverso. “A desordem das ruas é um reflexo da desordem dos espiritos e a desordem dos espiritos nasceu do afrouxamento dos laços moraes que, arrebatados pela demagogia das mãos da Igreja, não encontram mais quem os soubesse apertar” (UM ARTIGO..., 1925, p.110).

Nessa linha de pensamento, via-se um único programa capaz de salvar a ordem do porvir político brasileiro: a educação. Para Jackson de Figueiredo, a educação católica representava a saída para todos os males do Brasil. Evidentemente, sua proposta de ensino emergia da visão social autoritária e organicista. Para Lamounier (1990, p.370),

O ideólogo do autoritarismo anseia pelo fortalecimento do Estado a fim de organizar e dar direção harmônica à sociedade, e entende que esse projeto, necessariamente altruísta e racional, requer somente a persuasão das elites e um emprego limitado e temporário da força, até criar as condições objetivas para o esclarecimento dos menos esclarecidos, entre os quais se contam, naturalmente, os adversários do momento.

Sobre a educação recaía a tarefa de conversão da difícil realidade política nacional. Porém, o projeto educacional desprezava a autonomia popular e elegia como público condutor a elite intelectual:

Ora, é isto (o contrário da Revolução) o que não se póde fazer sem uma élite um escól de caracteres, que amanhã terá continuação não em outra élite, mas na massa geral do paíz. Porque a realidade é que as idéas, ou melhor, os ideaes vivem de dois modos: conscientes num pequeno numero

de homens e como sentimento e expressão dogmática na maioria absoluta dos indivíduos (FIGUEIREDO, 1925a, p. 50).

Já que o povo era excluído de toda a capacidade de organização, desprovido de conhecimento e alheio à “revelação” da verdadeira ordem, a postura autoritária representava a única forma eficiente de organização temporal e o ensino moral católico atendia à necessidade de ordenamento e persuasão política. A autoridade, porém, não poderia ser limitada pelos súditos e nem controlada pelo Estado leigo – autoridade absoluta, porém não desenfreada.

[...] acima das formas de governo, das instituições propriamente políticas está a sociedade, de que um governo, seja elle qual fôr, é praticamente, condição necessária. É isto o que é preciso defender a todo o custo, se ha reforma de costumes a tentar, se ha reformas de leis a fazer-se, se ha programma politico a executar, uma cousa é necessário não esquecer, e é que nada disso tem validade se não ha um governo que bem ou mal seja como que um centro de gravitação a todas as aspirações e anseios do nosso povo (FIGUEIREDO, 1925a, p. 101).

A concepção católica da incapacidade de inteligência do povo, uma massa a modelar conforme os interesses da elite, justificava a importância da educação católica, que não pretendia elevá-lo ao nível do conhecimento, mas mantê-lo distante do espírito agitador e democrático.

Extremamente elitista, o programa católico partia da firme convicção de que a lastimável situação política do momento resultava da perda de contato entre o catolicismo e as letras brasileiras, que naturalmente possuem o direito e o dever de conduzir a população. Cabia, então, à formação de uma elite intelectual católica, as transformações no Estado e na consciência popular, em função de que a responsabilidade pelo poder é sempre da intelectualidade, tanto os méritos como a sua condenação: “governo tem sido no Brazil o equivalente da desmoralisação das nossas classes dirigentes” (A LIÇÃO..., 1922, p.82).

O entendimento de que as idéias de transformação política partiam da elite e chegavam ao povo pela educação justifica a elaboração do programa e da escolha da elite como público alvo e a educação como meio eficaz de “fazer” e “transmitir” política.

O que, no Brasil, se notava e era cada vez mais deprimente e opressivo dos nossos corações de filhos de Jesus Christo, era a quasi absoluta separação entre as forças da Igreja Cathólica, e os chamados meios intellectuaes. Não é demais repetir: fomos durante muito tempo o ridiculo do Brasil intellectual, pelo menos, no que dizia respeito á arte, á poesia, á obra de ficção, enfim e não é sem razão que ainda hoje os nossos criticos litterarios de mais renome, recebem com desconfiança os fructos do nosso incipiente movimento esthetico, de caracter propriamente catholico. Mas essa desconfiança tende a desaparecer e desaparecerá fatalmente, dentro

em breve, porque o Centro D. Vital existe, ou melhor, já existe o espírito que o formou, e queiram ou não queiram os inimigos da fé catholica, Deus ha de nos ajudar [...] (CENTRO..., 1924, p.130).

Segundo a postura da elite católica, somente através do domínio espiritual é que os ânimos revolucionários e liberais podiam ser acalmados. Somente a transformação do espírito e a luta contra a paixão violenta e revolucionária é que podiam devolver a paz e a ordem política para o Brasil. A educação encerra o segundo sentido da atuação de Jackson de Figueiredo, o revolucionário e ativista católico, entregando a esse termo o sentido da transformação que na década de 1920 o pensamento conservador católico assumiu. Nesse sentido, a ação e o ativismo eram justificados pela necessidade de transformação e construção da situação política ideal para os católicos, sempre dentro da ordem. Para tanto, somente a revolução das idéias corresponderia à ação necessária.

[...] sou capaz de applaudir tambem esta ou aquella Revolução. Esta, é preciso dizer, é como o jogo, o que os theologos chamam em si indifferente. O sentido em que se faz, os principios que a orientam é que lhe dão physionomia moral. E os principios moraes catholicos, não só immensamente a restringem, como o fazem quase desnecessária, em qualquer manifestação violenta, pois a verdade é que a actividade espiritual do catholico pode ser considerada uma permanente revolução contra o dominio tyrannico da natureza decahida, isto é, da preponderancia do instincto e da paixão (FIGUEIREDO, 1925a, p.14).

Nas exigências de um meio pervertido – em que o exército se transformava em agente da morte, os partidos e os homens públicos representavam a imoralidade política, o governo se distanciava dos princípios católicos, a intelectualidade era convertida ao materialismo e aos valores estéticos e literários profanos, a filosofia se abria ao positivismo e ao evolucionismo e o povo se tornava campo fértil para a disseminação da desgraça liberal e protestante – Jackson declarava o seu programa:

É preciso, afinal, e resumindo tudo quanto se póde dizer neste sentido, formar-se, constituir-se no Brasil, o partido da ordem, o que, não será possível se á ideologia revolucionária, anárchica ou caudilhesca, não se oppuzer um sadio idealismo anti-revolucionario, disciplinador, eminentemente autoritario (FIGUEIREDO, 1925a, p.74).

Em meio ao progresso político, principalmente nas questões que tangem ao avanço democrático, a vida de Jackson de Figueiredo pautou-se na convicção política de construir “a autoridade acima de tudo!” (FIGUEIREDO, 1925a, p. 32). Além do projeto educacional, que oportunamente será tratado no último capítulo, outro passo importante a ser dado na direção

da construção da autoridade católica é o empreendimento de um nacionalismo definido pela defesa nacional e pela ocupação territorial, tema de que tratará o capítulo que segue e que deixa clara a pertinência da valorização do espaço no pensamento geográfico de Jackson de Figueiredo.

## **5. JACKSON FIGUEIREDO E O NACIONALISMO: DEFESA DA NAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO**

O nacionalismo ressurgiu com maior intensidade após a I Guerra Mundial, orbitando em torno da nova realidade política e econômica mundial. As condições como a Revolução Russa, a derrota alemã e as crises econômicas dos anos 1920-30 conduziram a diferentes usos da “idéia nacional”, culminando com o movimento nazi-fascista. Hobsbawn (1997) denominou a expressão do nacionalismo desse período como “Questão Nacional”, fundada na percepção e no uso do poder persuasivo da idéia nacional como importante arma política tanto pela esquerda como pela direita em todo o mundo.

No caso do Brasil, a questão nacional fez convergir cursos históricos e localizados de diferentes visões de mundo, perpassados principalmente por projetos de ocupação do território, composição da população, reestruturação política, desenvolvimento econômico, proteção das fronteiras e segurança nacional. Unida ao problema histórico do país real, caracterizado pela ausência de um projeto nacional, o pós-guerra reclamava um sistema coerente de idéias, que atendessem aos anseios de uma população historicamente desagregada e desacreditada no futuro do país. Dessa forma, “o vazio nacional” se converteu em campo promissor para a execução de programas políticos distintos, amparados no discurso nacional.

A obra de Jackson de Figueiredo revela a questão nacional, ou seja, o potencial do seu uso político para atender ao programa católico, unindo, em um mesmo discurso, o

universalismo típico dessa religião e a sua efetiva aplicação através das propostas de resolução dos problemas nacionais específicos. Para o autor, era necessário reafirmar os laços nacionais destruídos pela República e parcialmente enterrados pelos movimentos liberais e comunistas da década de 1920. O nacionalismo católico constituiu-se em reação ao avanço do liberalismo.

Assim, ao colocar-se conscientemente contra a tradição e a favor das inovações radicais, a ideologia liberal da transformação social, no século passado, deixou de fornecer os vínculos sociais hierárquicos aceitos nas sociedades precedentes, gerando vácuos que puderam ser preenchidos com as tradições inventadas (HOBSBAWN, 1997, p.16).

O modelo de estrutura social do passado monárquico brasileiro representava, dessa forma, uma saída viável para o problema de unidade nacional, possibilitando a transformação de um discurso restrito, à primeira vista, à fé, em importante instrumento de ação política. O nacionalismo católico passou a desempenhar através do arsenal simbólico dessa religião a resistência às transformações liberais, constituindo-se em “tradição inventada” (HOBSBAWN, 1997) para substituir a antiga organização social eliminada aos poucos pelas inovações. A tarefa fundamental para a compreensão do nacionalismo jacksoniano e católico é investigar mais detalhadamente as linhas gerais de seu pensamento, principalmente pela abrangência do tema, diversidade de discussões e tenuidade dos traços que separavam as diversas concepções de nacionalismo do período.

### **5. 1 Defesa da Nação**

Atravessada pelo pensamento conservador, a defesa da tradição e do passado constituíam o leito por onde escoava a questão nacional. Nessa concepção, a origem do Brasil e da nacionalidade encontravam explicação pelas ações dos colonizadores na chegada da religião católica na Terra de Santa Cruz: “em solemne missa consistio a primeira cerimonia publica celebrada em nossas plagas: num sermão, o primeiro discurso proferido” (MORAES, 1923, p.171). O Brasil resultou, dessa forma, da ação da religião: a constituição do território, a unificação da população, o desenvolvimento da cultura brasileira, a coesão política e a tradição enraizavam-se na Igreja, que nutria e unia o país. Sem o Catolicismo, o Brasil não existiria.

Nas palavras de Hobsbawn (1997, p.15), “naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores tornaram

necessária a invenção de uma continuidade histórica [...]”. A tentativa de ligar a origem do Brasil e a manutenção da nacionalidade às práticas e costumes católicos correspondia à necessidade de resgatar um passado histórico e de promover sua continuidade e sobrevivência, ao menos parcial, nos novos tempos. A história dessa religião no país, principalmente no período colonial, vinculava-se diretamente às práticas agora tidas por Jackson de Figueiredo como antinacionais, destacando-se principalmente o fato da Igreja ter permitido e mantido a exploração portuguesa e o desenvolvimento da colonização. A aparente contradição entre a realidade e o discurso encontra explicação na perspectiva histórica e na necessidade de adaptação aos novos tempos. Jackson de Figueiredo usa como referência ao passado apenas os pontos suficientemente consistentes e capazes de sustentar a tradição nacional católica, dando-lhe coerência e argumentos para a continuidade. “Houve adaptação quando foi necessário conservar velhos costumes em condições novas ou usar velhos modelos para novos fins. Instituições antigas, com funções estabelecidas, referências ao passado e linguagens e práticas rituais podem sentir necessidade de fazer tal adaptação” (HOBBSAWN, 1997, p.15). Dessa forma, a postura extrema de Jackson de Figueiredo, entre a ação e a reação, como destacado no capítulo anterior, cedia espaço para as conveniências e adaptações políticas, desde que a Igreja continuasse imprescindível para o Brasil, adotando como justificativa a responsabilidade católica pela criação da nação brasileira e a inerência de sua presença para a existência futura, abandonando por exemplo o papel da Igreja para a manutenção da colonização:

À Igreja deve o Brazil tudo, - mais do que os colonizadores, mais do que ás iniciativas, aos empreendimentos e aos capitais adventicios. À Igreja deve a nossa Patria tudo, porque deve a sua unidade territorial, a sua unidade politica, a sua unidade de lingua, a sua unidade de costumes. À Igreja deve a nossa terra a guarda de nossas tradições, o zelo da defesa do nosso patrimonio moral, literario e artistico. À ella devemos o nosso espirito de obediencia à lei, de respeito à autoridade constituída, de acatamento aos poderes constitucionaes – espirito bemdicto que nos tem guardado, – nesta phase convulsionada de conquistas sociaes extremadas e de derrocadas imprevistas dos velhos princípios conservadores, - da invasão destruidora dos germens revolucionarios, que estão subvertendo, e desagregando, e arruinando os paizes organizados do Velho Mundo (O BRAZIL..., 1924, p.183).

Adotando como análise a indissolubilidade do catolicismo e da brasilidade, a presença estrangeira no Brasil para Jackson de Figueiredo foi positiva apenas à medida que difundiu o catolicismo em terras completamente selvagens. “No Brazil, patriota e catholico devem ser sinonimos. Todo catholico deve ser patriota, todo patriota deve ser catholico” (AFONSO



CELSO, 1922, p. 98). A partir do momento que o Catolicismo formou o Brasil, o elemento estrangeiro adquiriu sentido negativo, tornando-se nocivo ao país à medida que se afastava do finalismo católico, necessário a toda ação. O brasileiro era produto do encontro do catolicismo com o elemento nativo. Dessa forma, tanto os nativos como os estrangeiros deveriam se transformar em brasileiros, pela conversão ao catolicismo e pela defesa dos interesses nacionais.

Necessária ao progresso da nação, a expansão do Catolicismo em confins ainda desconhecidos do vasto território cumpria a função de unir os silvícolas, convertê-los ao Catolicismo e ensinar-lhes a língua portuguesa. Coube aos jesuítas o desenvolvimento nacional que encontrava o ponto de união na hóstia e na santa cruz, acompanhados de todo o arsenal simbólico representativo da Igreja Católica.

Cheios de uma atividade e um ardor combativo inexcedível e nem a calúnia e a perseguição poderia jámais abalar os jesuítas guiados para o Brasil pela altíssima visão política e organizadora de El-rei D. João III. Em breve espalharam o imenso território de colegios, que simultaneamente difundiram a religião e a língua. A captação de índios e a sua educação é uma obra fundamental que aos jesuitas ficamos devendo (MURIAS, 1925, p.44).

O discurso em torno da civilização e conversão indígena não enaltecia apenas os jesuítas no passado colonial, mas, em pleno início do séc. XX animava os religiosos e católicos leigos a expandir o território e o povo brasileiro através do batismo dos desprovidos de fé e de sentimento nacional no interior do país. A revista “A Ordem” propagandeava a ação nacionalista empreendida por sacerdotes católicos:

[...] uma clara visão da única e verdadeira catequese, que é a religiosa, e dos resultados magníficos que esta traz não só à Igreja, mas a nossa pátria integrando à comunhão nacional um novo contingente civilizado constituído pelos índios do Rio Mirim e de outras missões (A CATECHESE..., 1925, p.52).

A convicção da necessidade de expansão do catolicismo em terras inóspitas e acatólicas como condição para a manutenção da ordem e da soberania nacional evidenciava o papel preponderante do território e da conquista territorial para o pensamento católico. A influência de Ratzel, por quem Jackson de Figueiredo nutria grande admiração, aparecia como pano de fundo de sua análise na relação sociedade e espaço. Apesar das leituras e dos elogios ao geógrafo alemão, não existia uma similaridade ou transposição integral do determinismo geográfico à obra jacksoniana. Segundo Miyamoto (1995), na década de 1920 e 1930,

apareceram as primeiras sistematizações da geopolítica no Brasil, sob as mesmas bases teóricas. Nesses primeiros estudos é visível a influência do determinismo geográfico, mas,

[...] nem sempre as concepções de espaço, posição e poder daquele autor são interpretadas à mesma luz pelos estudiosos nacionais. A utilização desses elementos, porém, é fato perfeitamente compreensível, porque o país, situando-se entre os maiores possuidores de massas terrestres, necessariamente teria que ver seu espaço e sua posição geográfica considerados por quem quer que se dispusesse a estudá-lo, independentemente de ter ou não lido Ratzel ou Mackinder (MIYAMOTO, 1995, p.46).

Alguns traços do determinismo geográfico aparecem de forma contundente no pensamento de Jackson de Figueiredo, porém, limitados e/ou adaptados à abrangência do pensamento conservador. Dentre eles, podem ser destacados a supervalorização da influência do meio e a admissão da diferenciação do grau de civilização entre os povos. Nesse sentido, o vazio territorial cumpria o papel de dispensor nacional, visto que a extensão, as diversidades climáticas, psicológicas e étnicas do povo dificultavam a hegemonia do pensamento católico. É visível no pensamento de Jackson de Figueiredo a crítica às tendências federalistas, mal que não existiria com o predomínio da monarquia.

[...] é bem possível que, se Pedro II, ao invés de ler Renan e alisar a testa de mestre Benjamim, tivesse sido simplesmente um verdadeiro chefe da monarquia, consciente da obrigação que tinha de a defender a todo transe, é bem possível, repito, que, se a federação hoje tivessemos, ella não fosse esta de dois sobre dezoito, nem o seu espirito constitucional um simples fantasma de quartos e jornaes esfomeados (FIGUEIREDO, 1925a, p.22).

Para o autor existia uma estreita relação entre as condições naturais e a rebeldia dos espíritos revolucionários e autonomistas das diversas regiões e facções populacionais do vasto território. A distância do centro administrativo determinava a liberdade e a facilidade de circulação das idéias profanas e anticatólicas, ponto de partida para a desagregação nacional. Quanto à população, Jackson de Figueiredo diferenciava o grau de civilização pela adequação ao catolicismo. “[...] entre o católico e mesmo o melhor homem do mundo que o não seja, há sempre um abismo de opinião, de sentimentos absolutamente opostos” (FIGUEIREDO, 1945, p.234). Pela consideração dessas diferenças, defendia que “[...] entre um católico, reconhecidamente católico, e um sectário da maçonaria ou de qualquer outra liga de inimigos da Igreja, o povo brasileiro, que é católico, não tem que vacilar” (O CLERO..., 1921, p.13,

grifo do autor). Uma pessoa ou um grupo fora do catolicismo representava um grau inferior de civilização, vítima indefesa tanto do meio quanto das idéias laicas.

No seu aspecto social, de modo muito particular vale esta conclusão para o nosso Brazil. Não há talvez nação no mundo que mais precise estreitar os vinculos da unidade espiritual que a nossa. Immensa estensão de territorio, grande variedade de climas, população escassa e desigualmente distribuída, heterogeneidade ethnica da immigração estrangeira e psicológica do nosso povo, larga autonomia dos Estados – todos esses fatores são ou podem ser principios de divisão, elementos de discordia, germe de desagregamento. Para conservar a unidade nacional cumpre apertar os laços espirituaes da familia brasileira. A Providencia, que tão generosamente prodigalizou ao Brazil os dons da sua bondade, assegurou-nos nas vicissitudes da nossa evolução historica, a formação dos dois fatores da unidade patrícia: a lingua e a religião. Os poderes publicos podem introduzir os lianes exteriores que facilitam a livre comunhão da nacionalidade soberana: unidade de codigos e de tribunaes, unidade de moedas, de pesos e de medidas. Mas as duas grandes forças cohesivas do idioma e da religião – uma reafirmando a solidariedade da alma nacional na visão dos grandes ideaes da vida, outra, vehiculando na harmonia dos mesmos sons todas as suas manifestações intellectuaes e affectivas – essas, os legisladores, que as devem conservar e promover, não podem criar a força de decretos e armas (FRANCA apud FIGUEIREDO, 1923, p.54).

Apesar da influência negativa do meio brasileiro, os benefícios da extensão territorial se sobressairiam, desde que os brasileiros o submetessem à força unificadora e civilizadora da religião. Há semelhanças entre o pensamento jacksoniano e a importância das idéias de “espaço” e “posição” desenvolvidas por Ratzel, adotadas como modelo para as políticas de ocupação e controle territorial. Para Jackson de Figueiredo o modelo de ocupação colonial empreendida a partir do litoral e o abandono completo do seu interior, relegavam ao Brasil a dificuldade de submeter o espaço aos anseios da nação. O Brasil selvagem, com espaço e população profana, representava o risco material e político do país. Decorrente da exploração e da ocupação de fachada, depois de transcorrido mais de três séculos de ocupação, o Brasil ainda apresentava:

[...] a condição de um imenso corpo aleijão, em que houvesse vida só na epiderme, vida haurida do exterior, regulada pelo exterior, e sendo pela mesma epiderme interceptada a expansão da vitalidade do interior em incubação. Obra do artifício, a natureza faria por corrigi-la provindo a função defeituosa da vida, assim circumscripta, com a formação e órgãos de capacidade e estensão superficiaes. Fora o corretivo espontaneo em um corpo hipertrophiado e o aleijão subsistiria com os órgãos essenciaes apertados na peripheria. Entende-se qual fôra o equilibrio na economia de tamanho corpo, em que o coração e o cerebro tivessem de presidir á

circulação e á sensação, postos ambos fora da mechanica natural (O CENTENÁRIO..., 1922, p.30.).

Para os católicos, a descontinuidade de ocupação do país e a dificuldade de administração do extenso território a partir do litoral permaneciam mesmo após um século de independência. O ano de 1922, comemoração do centenário da independência, estimulou o debate em torno das mudanças necessárias para a ocupação e fortalecimento da centralização do poder, problema que, para Jackson de Figueiredo, ameaçava a unidade territorial.

É o simile do Brasil povoado na estreita faixa periférica, com a immensidade inexplorada ou selvagem das terras interiores. Um seculo decorrido não modificou a sua condição de paiz aleijado. Bastará mais um século?- A acção natural tem de ser lenta e pode ser contrariada ou vencida por causas estranhas, entre outras, a que não me esquece, o desmembramento do paiz. (O CENTENARIO..., 1922, p.30).

O ponto de partida para a solução da ocupação predominantemente litorânea e a necessária centralização do poder era a transferência da capital para o interior do país, mais especificamente para o planalto goiano. Além de incentivar o desenvolvimento do interior, colaboraria para a proteção da soberania nacional diante de possíveis ataques externos. Assim, é possível considerar que a interiorização da capital poderia resolver os problemas externos, relacionados à proteção do poder nacional e, interno, como ponto de partida para a ocupação e desenvolvimento do interior. Nas palavras de Miyamoto (1995, p.156):

A capital federal sempre foi uma das grandes preocupações da geopolítica, pois constitui um elemento vital para a sobrevivência do próprio Estado. A sua má localização pode refletir-se na própria insegurança nacional, em caso de conflito. O fato de ser considerado quase sempre o centro urbano onde se aglutinaram as funções políticas e administrativas - vitais para a manutenção da vida política nacional - faz com que a capital seja um local visado em qualquer tipo de conflito.

A respeito da interiorização da capital para a defesa da soberania nacional, pairavam as questões políticas externas, envolvidas diretamente na compreensão jacksoniana do conflito internacional. Para o autor o conflito entre os países era necessário, desde que a motivação se originasse do princípio de indissolubilidade do catolicismo e a constituição das nações. A diversidade religiosa – “poderá haver em taes paizes, protestantes, mahometanos, budhistas a que não falte o mais ardente e sincero patriotismo, que é sentimento natural” (FIGUEIREDO, 1921b, p.13) - sustentava a idéia da necessidade de expansão do catolicismo, baseado na crença de impossibilidade de paz mundial enquanto o controle dos governos e da cultura não estivesse concentrado integralmente nas mãos dos católicos. “Os povos da

civilização christã combateram, combatem e combaterão sempre os povos da civilização não christã. Esta é que é a verdade, por mais sophismas que inventem o fraternismo commercial de nossos dias” (FIGUEIREDO, 1921b, p.13, grifo do autor). A expansão geopolítica e a atuação do Estado católico permitiriam a organização do mundo conforme as leis naturais.

Assim: particularismo nacionalista, porque a Igreja Catholica sempre animou e sustentou o espirito, o caracter das nacionalidades, reconhecendo como obra de Deus essa variedade. Assim: universalismo cultural, porque acima das nacionalidades está o espirito da Igreja, que é a Unidade Suprema, a que todos os povos devem tender, unidade de fé, finalidade extra-terrena, afirmação, sempre viva, de deveres para com Deus, para o Deus vivo, o Christo Vivo, redemptor de todos os homens (FIGUEIREDO, 1927a, p.90).

Ao assumir o Estado como protagonista geopolítico da construção de uma ordem católica mundial, Jackson de Figueiredo incorporava o tema das relações internacionais do Brasil ao seu discurso. “E o que deve ficar bem claro é que, na orientação do Centro D. Vital, os princípios vitais do Nacionalismo, têm a primazia, em tudo quanto se relacionar com a política interna e externa do país” (FIGUEIREDO, 1927, p.90). Para explicitar o envolvimento católico com a política externa brasileira na década de 1920, dois episódios discutidos na revista *A Ordem* são ilustrativos. O primeiro refere-se à posição assumida em relação à saída do Brasil da Liga das Nações em 1926. Após a negação do assento permanente ao Brasil no Conselho e a admissão da Alemanha para o correspondente cargo, devido principalmente à ação da Inglaterra, Arthur Bernardes determinou a retirada do Brasil da Liga.

Na hora presente os estadistas europeus, um pouco arrependidos talvez da displicencia com que costumam tratar os direitos alheios, devem estar pesando na balança dos seus interesses as consequencias que necessariamente resultam do dilemma que lhes oferecemos pela voz autorizada do nosso embaixador, Sr. Mello Franco, pela ação percuciente do Sr. Feliz Pacheco e, sobretudo, pela attitude intransigente do benemerito Sr. Presidente da Republica, cuja capacidade de resistencia fica agora definitivamente reconhecida aquém e além mares (MORAES, 1926, p. 162).

Tanto pela estreita relação com o ministro das relações exteriores Félix Pacheco, católico e partidário da reaproximação do Estado e da Igreja no Brasil, como pela convicção de que a nação brasileira deveria ser uma grande potência, Jackson de Figueiredo liderou o apoio incondicional à retirada brasileira da representação internacional, evidenciando que,

associado ao nacionalismo, o universalismo católico era colocado como objetivo final da geopolítica internacional.

O segundo episódio refere-se à “ilusão americana” e revela a forte reação católica à doutrina Monroe, para quem representava o interesse em transformar o Brasil em mais um protetorado americano. “Essa doutrina resume-se nessa frase: A América para os americanos. Ora, eu proporia com prazer um additamento: Para americanos, sim senhor, mas, entendamos, para os americanos do Norte [...]” (OS NOSSOS..., 1926, p. 161).

Como efeito maléfico da expansão americana, a ação sobre o México servia de exemplo: “depois de haver retalhado o territorio mexicano em 1848, e, sobretudo, depois da victoria definitiva da republica no Mexico, os Estados Unidos constituiram sobre aquelle paiz um verdadeiro protectorado” (OS NOSSOS..., 1926, p. 159).

Associada à noção expansionista da nação católica, o imperialismo norte-americano e o imperialismo europeu justificavam a necessidade de proteção e fortalecimento da capital, revelando a importância de resguardar o centro político do país, uma vez que a perda de seu controle implicaria na perda da soberania nacional.

As capitais periféricas, por sua vez, situadas ao longo das costas marítimas, têm tido mais função comercial do que política ou administrativa. É justamente através de seus portos que se efetua o intercâmbio com outros países. Estado em contato mais direto com o exterior, sofrem conseqüentemente, suas influências mais rapidamente, contribuindo dessa forma para a deterioração constante do caráter nacional (MIYAMOTO, 1995, p.158, grifo do autor).

O distanciamento do litoral, área fragilizada pela vulnerabilidade aos ataques externos, garantiria a defesa da nacionalidade, principalmente pelas facilidades de defesa militar em relação aos países que apresentavam outras orientações religiosas. A Inglaterra e os Estados Unidos da América eram vistos como grandes potências capazes de comprometer a soberania brasileira, tanto pelo poder que assumiram após a I Guerra Mundial como por representarem o protestantismo, principal religião combatida por Jackson de Figueiredo. Nesse sentido, as idéias de Jackson de Figueiredo se aproximam de Ratzel ao assumir o centro do país como melhor lugar para a construção da capital e ao adotar como critério de centralidade o distanciamento das fronteiras. Os católicos exigiam o cumprimento da constituição republicana de 1891, que havia determinado uma área de 14400 quilômetros quadrados no Planalto Central para a construção da capital federal. Dessa maneira, a transferência da capital para o interior atendia primeiramente ao jogo geopolítico e posteriormente à questão do controle interno e desenvolvimento do interior do país. A ocupação do território encontrava

respaldo na argumentação jacksoniana por concorrer para o seu controle, gerando uma série de discussão, pois trazia em seu bojo a oposição às políticas de imigratórias.

### **5.1 Ocupação do território**

A imagem de corpo sustentava a idéia de ordem e de hierarquização do poder; aplicada ao território, atendia à necessidade de ocupação e fornecia o modelo geoestratégico de controle do espaço interno. Em outras palavras, a capital no centro do país permitiria a centralização e a irradiação do poder de forma igualitária para todos os extremos. Assim, da mesma forma que, no corpo, os órgãos principais como o coração e o cérebro ocupam posição privilegiada, também uma cidade com função de capital deveria ocupar um lugar estratégico no espaço físico do país. Após a transferência da capital para o Planalto Central,

[...] o organismo funcionará sem anomalias; o sangue e o pensamento irradiarão do centro, fazendo a sua revolução tacil e proveitosa até a periphéria, percorrendo todas as partes intermediarias, creando e renovando perennemente. E não é hyperbolico afirmar que seria a antecipação de um seculo de progresso. É intuitiva a consecuencia daquella mudança, sob o ponto de vista economico moral e político. Tudo no Brazil soffreria um impulso novo e teria nova feição. O mesmo problema de defesa militar se transformaria, e fôra facil a solução. Servida hoje por um porto, a capital fôra no planalto o centro a que convergiram os raios de comunicação e todos os portos, marítimos e fluviaes. O pulmão do Brazil não se oxygenaria por uma só bocca, mas por dezenas dellas. E abertas ao conhecimento e á exploração ás terras incultas, não precisaria o paiz de pedir ou alugar braços, que estes viriam espontaneamente, e já ininterrompidamente, buscar o solo novo e grande (O CENTENÁRIO..., 1922, p.31, grifo do autor).

É evidente a preocupação de Jackson de Figueiredo com os “vazios demográficos” do país. A ocupação do interior correspondia à expansão espacial da civilização católica. Tal discussão assume escala global entre a intelectualidade brasileira por basear-se principalmente na política imigratória de 1920, importante tanto para o momento de transformação nas relações de mão-de-obra como para interferência no princípio nacionalista do grupo católico. Enquanto importantes parcelas da intelectualidade defendiam a imigração européia para suprir a falta de mão-obra e complementar a política de branqueamento da população, Jackson de Figueiredo se opôs à importação de mão-de-obra, entendendo-a como fator de desagregação nacional.

A concentração da mão-de-obra no Brasil justificava a presença das maiores fábricas no início do séc. XX, no Rio de Janeiro e São Paulo. A industrialização balbuciante (SANTOS;

SILVEIRA, 2005), associada ao fim da escravidão, às péssimas condições do campo e à imigração, acelerou o processo de crescimento das cidades. A imigração apresentava, então, uma dualidade: incentivada para substituir a mão-de-obra escrava no campo, parte da população que chegava ao Brasil permanecia nas cidades. Entre 1887 e 1930, entraram aproximadamente 3,8 milhões de imigrantes no Brasil e, somente entre 1887 e 1914, cerca de 2,74 milhões, todos motivados principalmente pela oferta de trabalho. Os portugueses foram maioria entre os anos de 1906 e 1930 (FAUSTO, 1996). Contra os imigrantes portugueses, Jackson travou uma luta forte na imprensa, por acreditar que além da interferência do capital estrangeiro, a vinda dos imigrantes e a sua atuação no Brasil colaboravam para a perda e o enfraquecimento da nacionalidade brasileira.

Será muito preferível um Brasil de trinta milhões de habitantes, mesmo pobres, mas honestos e capazes de resistencia, do ponto de vista nacional, que esse Brasil de um delirante prophetismo, com cem ou duzentos milhões de homens de tendências contrarias, de oppostas tradições, e que fatalmente provocarão o nosso fraccionamento (FIGUEIREDO, 1925a, p. 249).

A imigração portuguesa concentrou-se nitidamente no Rio de Janeiro e São Paulo. A capital da República continha o maior contingente de portugueses, mesmo quando a comparação é feita com estados inteiros. O censo de 1920, por exemplo, contou 172.338 portugueses residentes no Distrito Federal e 167.198, no estado de São Paulo (FAUSTO, 1995). Esses dados não negam a participação dos imigrantes portugueses no campo, mas reafirmam a sua preferência pelas cidades, principalmente em funções como o comércio, a indústria e a imprensa, sobretudo, no Rio de Janeiro. Em relação à imigração portuguesa, o debate acercou-se de tom caloroso que se tornou tema central do livro de Jackson de Figueiredo - "Do nacionalismo na hora presente" - publicado em 1921. Nessa obra, o autor destacava o malefício da chegada dos portugueses, tendo como argumento central a fragilidade do urbanismo, denominada por ele de artificial urbanismo, representante do risco político e causador do desvirtuamento da agricultura. "O portuguez é, no Brasil, desde a época da nossa independência, o factor mais importante na formação do nosso artificial urbanismo, urbanismo a que devemos talvez, unicamente, as mais graves ameaças que entenebrecem os nossos horizontes politicos" (FIGUEIREDO, 1925a, p.153).

É importante destacar que Jackson de Figueiredo não nutria uma visão puramente discriminatória em relação ao estrangeiro, relacionada ao cientificismo vulgar predominante na época. Destacou-se por defender os negros e os mestiços em um período em que esse tipo



de discriminação era corrente. A defesa dos mestiços como símbolo do brasileiro aparece em 1922, no primeiro número da revista *A Ordem*, no qual opinava sobre Euclides da Cunha e sua obra:

[...] na obra de Euclides da Cunha, não ha sómente o effeito do seu assombramento ante a patria immensa – ha também desta patria, da sua vida intima, da sua força latente, tão poderosa que é triste, uma bravia representação caracteristicamente mystica, porque toma, aos olhos de todos nós, contemporâneos e menos scepticos, o vulto de uma formidável onda espiritual, que nos leva para o desconhecido – esmagando com o peso da justiça os preconceitos com que temos deprimido e combatido o nosso homem do sertão, o endurecido mestiço, verdadeiro guarda do caracter brasileiro (FIGUEIREDO, 1921a, p. 10).

Jackson de Figueiredo acreditava que o problema brasileiro não estava vinculado à formação racial histórica. Para ele, a solução do mal moral brasileiro tinha solução interna, e a interferência estrangeira, no caso português, dificultava o desenvolvimento nacional. Segundo Pécault (1990, p.38), os intelectuais do início do séc. XX:

Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação escrita na realidade, mesmo que ainda, desprovida de Expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito.

Sua crítica à imigração portuguesa se desenrolava pelo prejuízo social relacionado ao comportamento agitador, amoral e revolucionário que encontrava na cidade o solo ubérrimo para o desenvolvimento. Para Jackson de Figueiredo, o desenvolvimento material não era a principal necessidade do país e a sociedade medieval era o exemplo a ser seguido. À produção material cabia unicamente sustentar as necessidades básicas da sociedade, o progresso material era um problema já resolvido e o que precisava solucionar era o problema político. É clara a sua preocupação com o aumento das cidades e do número de estrangeiros. Dizia o autor que para viver nas cidades era necessária a educação moral, atributo que o português não possuía.

[...] a salvação dos portuguezes no Brasil está no rumo á terra, unica forma de manter uma influencia real e não puramente artificial sobre a economia social do paiz, pois a verdade é que, ao passo que o immigrante italiano, por exemplo, vae se tornando um elemento de civilização no interior do Brasil, o pobre trabalhador rural portuguez, preso ás malhas do capitalismo luso que o explora de chegada, que lhe explora a rudeza e a ingenuidade, vae perdendo até mesmo as suas superiores qualidades raciaes, no caldo podre do nosso urbanismo de praia, de que elle constitue infelizmente o contingente mais

numeroso e o mais facilmente desmoralizável, dada a sua inferioridade de educação para as agruras de uma vida tão complexa e tão, de si mesma, desmoralizante (FIGUEIREDO, 1925a, p.155, grifo do autor).

Com Antonio Sardinha, representante do integralismo português, Jackson de Figueiredo travou importante debate, tendo como argumento central a intromissão dos portugueses no controle da imprensa, meio impreterivelmente nacional e de uso exclusivo dos católicos e do povo brasileiro:

[...] se o autor [...] surpreendesse, em certo momento, que a imprensa política de Portugal estava na mão de hespanhoes [...] pergunto: se tal se verificasse qual a attitude que tomaria? Seria de combate a essa intromissão, ou de applauso a tudo quanto a favorecesse, directa ou indirectamente? Eis o que nunca respondeu com sinceridade um portuguez digno deste nome, que não viesse a sua resposta animar o meu anti-lusitanismo, se assim se póde designar uma attitude exclusivamente pró-brasilidade (FIGUEIREDO, 1925a, p.153).

A **pró-brasilidade** torna-se então o critério utilizado por Jackson de Figueiredo para atacar o elemento externo, a industrialização nascente e o crescimento das cidades. A agricultura, mais por representar as tradições e o passado que pela importância para a produção, aparecia como alternativa ao desenvolvimento urbano-industrial e a ocupação do interior do Brasil deveria se fazer de acordo com o predomínio da população católica e brasileira sobre as demais.

Não ha a menor duvida que temos absoluta necessidade da ajuda e da iniciativa de outras nacionalidades. Devemos receber com carinho todos quantos desejarem concorrer para o progresso do nosso paiz, mas é necessario, é indispensavel que o numero de brasileiros domine sempre o dos estrangeiros aqui domiciliados. Sómente dominando pelo numero, e forçosamente fazendo prevalecer em todas as nossas instituições o espirito nacional, poderemos manter a integridade da nação de que nos honramos de ser filhos. Imaginemos agora, que o elemento extranho sobrepujasse o elemento indigena. Que seria do Brazil? Nada. Ou melhor, pequenos Estados, pertencendo, respectivamente, a cada uma das nacionalidades cujos factores predominaram na conquista desta tão cobiçada terra (NOGUEIRA, 1924, p.37).

A recusa do elemento estrangeiro, mesmo disfarçada pelas condições católicas de aceitação, pretendia evitar o esfacelamento nacional. “Não ha mais quem ignore o grave problema da immigração de elementos inassimilaveis ou inferiores para paizes novos. [...] o Brasil não pode receber, sem perigo real milhares de japonezes ou de negros americanos” (FIGUEIREDO, 1925a, p.56). Dessa forma, associada à ocupação territorial, a idéia de

“Crescei e Multiplicai-vos” no contexto da década de 1920 correspondia a uma necessidade prática de ordem política que sustentava a política católica de preponderância do número de católicos na ocupação do território.

A imigração já havia causado transtornos para a religião católica. Explicitamente motivada pela imigração alemã, que professava a fé protestante, a constituição de 1824 admitiu em seu quinto parágrafo a existência e o respeito pelo poder público de todas as religiões (CAMARGO, 1973). Em maior ou menor grau rompia-se com a intransigência religiosa decorrente da mentalidade inquisitorial que dominou todo o período da colônia. A religião faz parte do contexto de adaptação e de transformação das relações dos migrantes em relação ao lugar de chegada. Dessa forma, a manutenção da religião de origem indica maiores possibilidades de sobrevivência dos grupos e da reprodução de pelo menos parte da terra de origem. “Como parte do processo, a religião também é transformada: migrações ajudam a formar e a re-formatar religiões e levam credos religiosos para outros lugares” (DECCOL, 2001, p.01).

Eminentemente político, o argumento central da Reação Católica pautava-se na preponderância do número da população católica sobre as demais religiões: “Somos a maioria absoluta da nação. Direitos inconcussos nos assistem com relação à sociedade civil e política, de que somos a maioria. Defendê-los, reclamá-los, fazê-los acatá-los é dever inalienável” (LEME, 1921, p.11). Com esse pensamento, Dom Sebastião Leme inaugurou a Reação Católica. Transcrita pela revista *A Ordem*, a idéia de maioria católica se transformou na principal bandeira do movimento leigo liderado por Jackson de Figueiredo. O elevado número de católicos, usado num primeiro momento como argumento para exigir a constituição católica, em médio prazo pretendia a formação do governo católico e, finalmente, o predomínio dos princípios católicos em todas as esferas da sociedade.

Na verdade, nós católicos, somos a maioria do Brasil, e, no entanto, católicos não são os princípios e órgãos da nossa vida política. Não é católica a lei que nos rege. Da nossa fé prescindem os depositários da autoridade. Leigas são as nossas escolas, leigo o ensino. Na força armada da República, não se cuida de Religião. Enfim, na engrenagem do Brasil oficial não vemos uma só manifestação de vida católica (LEME, 1921, p.11).

No entanto, a nova realidade trazida pela imigração preocupava a Reação Católica porque incidia na diminuição proporcional do número de católicos em relação ao crescimento absoluto da população. Observa-se nas tabelas abaixo, a proporcionalidade entre a população brasileira e o número de adeptos ao catolicismo, nos anos de 1872 e 1920 e 1872 a 1980, respectivamente.

**Tabela 01 – Evolução da população total brasileira (1872-1920)\***

1872	9.930.478
1890	14.333.915
1900	17.438.434
1920	30.635.605
1940	41.236.315

Fonte: IBGE, 1996.

\*No ano de 1872, os resultados não incluem 181.583 habitantes, estimados para 32 paróquias, nas quais não foi feito o recenseamento na data determinada.

**Tabela 02 – População Brasileira segundo a Religião (em %)**

Período/ Religião	1872	1890	1940	1950	1960	1970	1980
<b>Católica</b>	99,72	98,92	95,00	93,48	93,07	91,77	88,96
<b>Evangélica</b>	--	1,00	2,61	3,35	4,03	5,17	6,62
<b>Espírita (Kardecista )</b>	--	--	1,13	1,59	1,39	1,27	1,29
<b>Outras</b>	0,28	0,03	0,80	0,79	0,96	1,02	1,24
<b>Sem religião</b>	--	0,05	0,46	0,79	0,55	0,77	1,89
<b>Total</b>	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Deccol, 2001.

Conforme as tabelas, a redução do número de católicos entre 1872 e 1940 indicava a tendência geral da religião em todo o período considerado. Entre os períodos de 1872 e 1940, a redução na participação total da população foi de 4,72%, enquanto que o incremento populacional superou 30 milhões de habitantes. O número de não católicos em 1872 era inferior a 28.000 e em 1940 ultrapassava o número de 2.061.000 e enquanto a população total mais do que quadruplicou, o crescimento do número de não-católicos foi superior a 74 vezes. Essa constatação exigia uma posição mais cuidadosa em relação à ocupação do território. Não bastava ocupá-lo, era necessário que a população ocupante se encaixasse nos critérios estabelecidos pela Igreja, de forma a não comprometer o predomínio católico. A imigração não interessava a Jackson de Figueiredo porque destruía os laços com o catolicismo e conseqüentemente enfraquecia a nacionalidade, concretizando-se pelo crescimento de outras religiões, principalmente a dos protestantes.

Dessa forma, a luta católica pertinente à temática populacional se desenrolou num terreno mais amplo, representado, principalmente pela oposição direta à imigração e a favor da natalidade. Para Jackson de Figueiredo e o grupo católico, a implantação de políticas malthusianas, neomalthusianas ou de qualquer outra forma de controle de natalidade da população brasileira relacionava-se diretamente à política migratória, numa relação inversamente proporcional. O controle da natalidade exigiria, inevitavelmente maior imigração. Apesar de distante da realidade nacional, o malthusianismo europeu começava a ganhar espaço no Brasil, principalmente no meio intelectual. Sua origem no final do século XVIII decorreu da redução da taxa de mortalidade promovida pelo advento da industrialização e urbanização na Europa. Em função das mudanças estruturais da população, os estudos em torno do crescimento populacional foram sistematizados e teorizados. O aumento da produção de alimentos e a melhoria das condições sanitárias dos camponeses que chegavam à cidade permitiam a redução da mortalidade e o conseqüente crescimento da população.

Nesse contexto, em 1798, com a publicação do “Primeiro Ensaio”, Malthus defendeu os obstáculos preventivos à natalidade, ligados à restrição moral, pois a baixa produção de alimentos e o rápido crescimento populacional tendiam, segundo ele, a empobrecer a população inglesa e mundial. Para aliviar a pobreza, o reverendo Malthus recomendava o controle da natalidade através da abstinência sexual, ou seja, o homem e a mulher não deviam ter filhos antes de possuírem condições econômicas para sustentar a família. Além da visão malthusiana, desenvolveram-se outras teorias, como a neomalthusiana e da transição demográfica.

No Brasil, a questão populacional ocupou importante papel no cenário político desde 1530, devido ao caráter de ocupação externa que a colonização efetivamente assumiu, mas passou a ser estudada mais especificamente no início do séc. XX. Em todo período da colonização o povoamento se colocou como importante estratégia para a ocupação e domínio do território brasileiro. Enquanto a cultura da cana-de-açúcar garantia o desenvolvimento econômico da colônia, os jesuítas cumpriam o papel de converter a população indígena ao catolicismo e ensinar-lhes a cultura e a língua portuguesa. Durante os 450 primeiros anos de colonização, ocorreu a diminuição brusca da população indígena, principalmente pela difusão de doenças e epidemias, além da vitimação pelo extermínio e expulsão compulsória de suas terras. A população de origem africana, os escravos, teve o maior aumento proporcional nesse período. Nota-se que a população branca européia (principalmente portugueses) representavam um terço da população brasileira de pouco mais de 3 milhões de habitantes,

porém a população negra superava três quintos do total e os escravos representavam quase a metade de todos os brasileiros no fim do século XVIII, enquanto a população indígena apenas 7,8% (ALVES, 2006). No final do século XIX, mais especificamente em 1872, aumenta a participação européia com a vinda dos imigrantes, diminuindo proporcionalmente a participação de negros no total da população, mas ampliando o número de escravos livres.

**Tabela 03 - População brasileira por etnia: 1798-1872 (em 1000)**

Origem étnica	1798	1872	Taxa de crescimento %	Distribuição em porcentagem	
				1798	1872
<b>Europeus</b>	1.010	3.787	1,79	31,1	38,1
<b>Africanos (mista)</b>	1.988	5.756	1,44	61,2	58,0
<b>Livres</b>	406	4.245	3,17	12,5	42,7
<b>Escravos</b>	1.582	1.511	-0,06	48,7	15,2
<b>Índios</b>	252	387	0,58	7,8	3,9
<b>total</b>	3250	9.930	1,51	100,0	100,0

Fonte: Merrick e Graham, 1981.

Destacam-se as considerações de Merrick e Graham (1981, p.340):

Os brasileiros foram, de há muito, atraídos pela idéia da grandeza, seja ela territorial, econômica, política ou demográfica; encontram-se referências freqüentes ao conceito, nas expressões oficiais e populares de consciência nacional (por exemplo, 'Brasil maior, você melhor'). Povoar as regiões escassamente colonizadas é uma aspiração desde os tempos coloniais, e o rápido crescimento da população é visto, em geral, como um fator positivo na realização desse objetivo (MEIRICK, T; GRAHAM, D., 1981, p.340).

Nas primeiras décadas do século XX, o forte tom nacionalista que imperava no Brasil, tinha como uma de suas maiores preocupações a temática populacional. O crescimento do número e diversidade de habitantes adquiria uma importância estratégica tanto no que se refere à garantia da soberania, através do poder militar, quanto na implantação da atividade industrial e do mercado em larga escala. A discussão em torno da quantidade e também da "qualidade" do povo que compunha a nação atraía maiores interesses.

No início do séc. XX, a temática populacional tornava-se ainda mais importante para os meios intelectuais brasileiros devido às questões relacionadas ao melhoramento das raças (freqüente nas discussões médicas), à aceleração da ocupação territorial, ao sentimento

nacional e à defesa da soberania. As idéias malthusianas se manifestaram de diversas formas, principalmente nos meios intelectuais que passaram a discutir, a partir de Malthus, idéias como o controle de natalidade e o melhoramento das raças. Considerando a gama de discussões em torno do tema, Jackson de Figueiredo e o grupo católico, fiéis à concepção religiosa de natalidade, assim se manifestavam:

No Brasil, seria verdadeiramente ridículo e mesmo um grande crime defender-se a pratica das doutrinas malthusianas, quando, dada a sua imensa extensão territorial, ocupada por uma população relativamente insignificante, o que se precisa é, ao contrario, intensificar a natalidades dos brasileiros; se não quizermos assistir ou concorrer para o esphacelamento da nacionalidade (NOGUEIRA, 1924, p.241, grifo do autor).

A política de incentivo à natalidade aparentemente solucionava a tríade de condições que envolviam a questão nacional e que despertava o interesse político de Jackson de Figueiredo:

- a) Necessidade de povoar o interior do país;
- b) Rejeição e/ou restrição à presença estrangeira e
- c) Manutenção do predomínio da população católica.

Em uma situação de diversificação populacional, com povos de origem e religião diferentes, a nacionalidade brasileira seria sobreposta por interesses díspares e antagônicos, concorrendo para a desarmonia interna, desordem e desmantelamento do caráter brasileiro. À medida que se admite a presença brasileira como necessidade para o predomínio do catolicismo, é possível compreender a desqualificação e o tratamento dispensado aos povos que chegavam ao Brasil e não professavam a mesma fé, como os protestantes europeus, ou os japoneses.

As duas formas possíveis para a dominação da população se apresentavam pelo incentivo à natalidade ou pela transformação da população que professava outros credos. A nova realidade e a diversificação religiosa da década de 1920 já não permitiam a mesma política de conversão aplicada durante a colonização. A tarefa de difusão do catolicismo havia se tornado complexa, tanto pela força e organização das demais religiões como pelo afastamento do Estado que subsidiava e sustentava a Igreja. A saída mais viável para o problema da redução proporcional dos católicos encontrava resultado prático no incentivo à natalidade. Nesse sentido, os costumes católicos passados de pai para filho garantiriam a permanência e a consolidação da fé. Segundo Hobsbawn (1997, p.10):

O costume nas sociedades tradicionais tem a dupla função de motor e volante. Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o exposto na história.

A necessidade de crescimento da população católica explica a oposição a qualquer forma de controle do número de nascimentos, transformando a passagem bíblica “Crescei e multiplicai-vos” (Gênesis 1:28), em importante justificativa para as pretensões políticas do movimento de Reação Católica nos anos de 1920. Aparentemente, a reação aos métodos antinatalistas freariam a tendência apontada pelos levantamentos populacionais brasileiros que indicavam o aumento da participação de outras religiões e se apresentaria como saída mais viável do que a conversão de fiéis de outros credos.

Contudo, não era através de políticas isoladas que Jackson de Figueiredo sustentava a reação católica, já que um outro problema, ainda maior, se apresentava na questão do domínio da fé - a apostasia católica, resultado tanto da conversão a outros credos como pela indiferença da maior parte dos católicos, que assistiam ao avanço do desmantelamento nacional de forma paciente e permissiva.

A partir desse problema, a educação católica aparecia como saída viável para preparar o povo católico para a resistência a outros credos e o enaltecimento do caráter nacional. A proposta educacional de Jackson de Figueiredo figurou como uma das políticas mais importantes para blindar a população das influências decorrentes da imigração e da livre circulação de idéias naquela década. Por sua relevância, examinaremos a proposta educacional católica no próximo capítulo, mas preservando como pano de fundo o caráter nacional.



## **6. JACKSON DE FIGUEIREDO E A PROPOSTA EDUCACIONAL**

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 foi acompanhada de reformas culturais importantes, como a criação da Imprensa Régia, da Biblioteca Nacional pública, do Museu Real, da Academia Real da Marinha, de cursos médicos cirúrgicos, jurídicos, de economia, química e agricultura. Somada a essas transformações, o avanço do positivismo e do cientificismo contribuiu lentamente para a construção de uma nova concepção de mundo. Apesar desses relativos avanços na área do conhecimento, nas últimas décadas do império prevalecia um quadro de desagregação que denunciava a ausência de projeto nacional de educação. Essa situação ficou evidenciada pelo ato adicional de 1834 que descentralizou a educação formal, atribuindo ao poder central a responsabilidade pelo Ensino Superior e às províncias a organização e manutenção do Ensino Elementar e Secundário. Dessa forma, constatava-se a seguinte realidade do sistema de educação pública nas últimas décadas do império: fracionamento da educação, pequeno número de vagas, ausência de um currículo nacional, atenção demasiada ao Ensino Superior em detrimento dos demais, exclusão da mulher, falta de professores qualificados e matrícula de apenas 10% da população em idade escolar nas escolas primárias (ARANHA, 1993, p.193).

No fim do séc. XIX, com o advento da República, uma profunda discussão em torno da educação se consolida, dentro da diversidade de opiniões que nesse período emergia no cenário nacional. A influência do positivismo, liberalismo e a corrente católico-conservadora

se ramificavam em diversos movimentos e estruturavam profundos debates em torno da educação. Porém, segundo Nagle (1990, p.262), “o fervor ideológico que se desenvolveu no final do império só em parte continua depois da instalação do regime republicano”. Apesar de alguns planos nacionais como a Reforma Benjamim Constant (1890) e outros localizados, como a Caetano de Campos (1892) em São Paulo, há nas primeiras décadas do novo regime um arrefecimento da calorosa discussão que movimentou as últimas décadas do séc. XIX.

Porém, após 1915, mais especificamente na década de 1920, o interesse educacional retorna, em função do fortalecimento do ideal liberal e das diversas manifestações de contestação da “falsa república”. “Trata-se de um movimento de republicanização da República, pela difusão do processo educacional [...]” (NAGLE, 1990, p.262). A partir de 1920, o ideal republicano ressurgia e retomava a luta pela representatividade política e garantia dos direitos de igualdade e justiça. Novos partidos e organizações civis, a religião católica e o próprio Estado não passaram à margem do reavivamento liberal e republicano. Diversos setores, classes sociais e fragmentos de classe se envolveram no clima de mudança e a educação passou a ser encarada, se não como o mais importante instrumento para a execução dos diversos programas, pelo menos, tornava-se o setor mais discutido e depositário por excelência da salvação dos rumos nacionais. Segundo Nagle (1974) as décadas de 1910 e 1920 foram marcadas pelo “entusiasmo pela educação”, transformando a difusão das escolas na principal bandeira de combate ao atraso do país. Em meados da década de 1920, ainda segundo Nagle (1974), “o entusiasmo pela educação” converteu-se em “otimismo pedagógico”, trazendo à tona a discussão qualitativa da aprendizagem e as novas exigências estritamente educacionais para combater o atraso nessa área, marcada pelo elevado índice de analfabetos do país e pelos métodos arcaicos de ensino.

Diferentes perspectivas marcaram a passagem da educação residual do império, altamente elitista e declaradamente legitimadora do *status quo* para outras propostas. As outras propostas, quando progressistas, revelaram a insatisfação com a manutenção da ordem e, quando conservadoras, atacaram profundamente o desmantelamento do tradicional sistema social e educativo presente em todo o período colonial.

A relevância educacional pode ser ilustrada pelas propostas de grupos como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista de São Paulo, o Movimento da Escola Nova, o Partido Democrático Nacional e finalmente, o movimento católico. Diferentes nos fins, mas convergentes nos meios; assim as décadas de 1910, 1920 e 1930 assistiram ao bombardeio da educação como a principal responsável pela aceleração, refreamento ou retorno da história.

Para entender a proposta de Jackson de Figueiredo para a educação, faz-se necessário a compreensão do contexto político da Igreja Católica nas primeiras décadas da República. Politicamente, a constituição de 1891 a obrigou “[...] a resignar-se: casamento civil, ensino leigo, secularização dos cemitérios, recusa dos direitos eleitorais aos religiosos ligados por voto de obediência [...]” (ALMEIDA; MOURA, 1990, p.328). Quebrava-se, desse modo, com o monopólio católico sobre o incipiente sistema de ensino de todo o período colonial, imprescindível para a colonização por ter fixado os padrões de dominação portuguesa sobre a população indígena. Em termos objetivos, o prejuízo da educação católica com a Proclamação da República decorreu tanto do avanço das idéias liberais e cientificistas (positivismo), opositoras ao espírito conservador, como pela reforma curricular, que excluiu disciplinas como História Sagrada ou História da Doutrina Cristã. Somada às questões estritamente pedagógicas, a realidade da década de 1920, marcada profundamente por transformações na economia, política e sociedade, reforçavam a necessidade de reação católica, que, dentre outros setores, formulou e sistematizou as propostas para a educação no Brasil.

Decorrente desse contexto, o projeto de educação defendido por Jackson de Figueiredo e, conseqüentemente, pelo grupo de intelectuais formado em seu entorno, fez-se em consonância com a visão de mundo católica. Logo, a proposta de educação sintetizava a visão abrangente em torno do universo católico e de temas essenciais como homem, sociedade, mundo e espírito. Para Jackson de Figueiredo a proposta educacional extrapolava as questões puramente pedagógicas. Sobre ela recaía a responsabilidade pela resolução dos problemas vinculados às transformações mais amplas do campo social, através da criação e defesa do sentimento nacional. O componente nacional, da mesma forma que orientava outros temas de sua obra, também determinava as propostas para a educação, à medida que diferenciava patriotismo de nacionalismo e confiava à educação a responsabilidade de transformação do sentimento patriótico em sentimento nacional.

O patriotismo, segundo o autor, correspondia ao sentimento natural, comum a todos os povos, sem maior esforço de definição e orientação, livre, portanto, de qualquer uso político. “O patriotismo é ai o sentimento que a todos liga entre si, os factores minimos da multidão, e esta a terra a que se assentou. A multidão tem hoje em dia o patriotismo, isto é, um sentimento natural, espontaneo [...]” (FIGUEIREDO, 1921c, p.21). A fragilidade dos laços desenvolvidos pelo sentimento patriótico revelava-se pela liberdade política individual, maléfica e permissiva de desagregação. Dessa forma, a ausência de definição e a desorientação política do sentimento patriótico não garantiam coesão suficiente para uma determinada população resistir aos impulsos e iniciativas individuais, concorrendo para o

desmantelamento da nação. Decorre dessa constatação a necessidade de transformação do patriotismo em sentimento nacional, já que o nacionalismo consistia no direcionamento e uso político do sentimento patriótico, cabendo à Igreja o comando desse processo e à educação, os meios de desenvolvê-lo para cimentação dos laços sociais a ponto de blindar a população para resistir à gama de transformações que acometia o Brasil naquele momento.

E, dêste modo, o nacionalismo nada mais é que o mesmo patriotismo na sua mais alta expressão, que é a filophofica, racional, logica, sistemática. Mas não uma filosofia, um racionalismo, uma logica, uma sistematização de ideas puras, de puras idealidades, mas de fato reaes, de sentimentos reaes, de ideas de ordem practica (FIGUEIREDO, 1921c, p.23).

A ação da Igreja Católica na criação do Brasil e na manutenção da coesão interna da população conferia a ela o direito natural de condução do nacionalismo. Por esse motivo, o ensino público deveria servir à Igreja, haja vista que a manutenção dos princípios religiosos era condição *sine qua non* para o desenvolvimento do projeto nacional. Assim, nascia a proposta jacksoniana: da convicção da impossibilidade de separação entre a instrução pública e educação religiosa, e como reação ao avanço da laicização do ensino público proclamado pelo ideal republicano.

Como destacado no início, a proposta educacional correspondia à visão de mundo do autor, nesse caso, extremamente hierarquizada e partidária da conservação das diferenças sociais, tanto classista como cultural. Acrescida do nacionalismo, tal proposta se dividia em duas: educação para a elite e educação para o povo. Segundo ele, a educação para a elite correspondia à construção do nacionalismo e aos ditames dos rumos da nação, e para o povo, a repetição do modelo católico e a blindagem contra as influências anticatólicas. Baseado nesse princípio, Jackson de Figueiredo entendia que o conhecimento era privilégio de um grupo reduzido, constituinte da elite intelectual católica. Em outro extremo, ao povo, a proposta educacional ligava-se à idéia de inferioridade intelectual, incapacidade de compreensão e vulnerabilidade diante do avanço de “pensamentos perigosos”.

Nascida da reação ao movimento republicano, a proposta educacional jacksoniano estruturava-se em torno do seguinte direcionamento: construção e condução do nacionalismo pela elite e defesa do nacionalismo pelo povo. A análise a seguir está organizada a partir dessa dupla constatação e tem como propósito atrelar a proposta educacional de Jackson de Figueiredo à luta pelo nacionalismo. A proposta de educação do autor assumiu a maior relevância da Reação Católica por ter permitido o prolongamento dos princípios dessa religião para as gerações futuras, motivo pelo qual ocupa lugar de destaque neste trabalho.

## 6. 1 Educação para a elite

Para Jackson de Figueiredo, que atrelava o desenvolvimento do sentimento nacional às tradições e costumes católicos, a República havia colocado em risco a união e a coesão nacional. Os movimentos revolucionários, como o federalismo e as revoltas tenentistas, bem como a dependência financeira e a expansão das diversas seitas e do ideal laico nas instituições públicas eram o preço que o país pagava por ter aderido à República e permitido o livre trânsito do ideal liberal. Para reverter esse quadro de desmantelamento nacional e reestruturar a previsão pessimista de futuro, a solução única e viável perpassava pelo resgate do nacionalismo.

À reaproximação da Igreja e do Estado, medida essencialmente institucional, somava-se a necessidade de unir a população. Dessa forma, a proposta de educação jacksoniana havia se transformado em instrumento político, tanto por projetar a educação da elite que coordenaria o resgate dos privilégios institucionais da Igreja, servindo de modelo para o povo, como por preservar o catolicismo nas classes populares, indispensável para a manutenção da ordem nacional. Para a elite, o foco do movimento católico estruturou-se no desenvolvimento da proposta de ensino superior, em uma trajetória iniciada com Jackson de Figueiredo e o Centro Dom Vital na década de 1920 e concretizado em 1941 com a criação dos primeiros cursos superiores de orientação católica no Rio de Janeiro. Portanto, a realidade da época e a finalidade prática desse nível de ensino atribuída por Jackson de Figueiredo se complementam de forma a estabelecer uma relação inextricável com o próprio espírito da Reação Católica.

O projeto centrava-se na crença de que somente a elite intelectual católica permitiria a retomada do controle dos rumos da nação, através da reaproximação com as instituições superiores oficiais e pelo monopólio do poder de persuasão, exercido por meio da transmissão de valores e da construção de modelos para a população em geral. A condução do nacionalismo era a principal tarefa dessa elite intelectual.

Nacionalismo é a acção de uma élite que, accertada ou erroneamente, repito, mas de boa fé, quer dar a uma dada patria o sentimento e a idéa de que ja constitue uma raça historica, tão legítima quanto as que mais legítimas se julguem (FIGUEIREDO, 1921c, 1922).

A raça histórica, a qual se refere o autor havia se formado pela ação da Igreja Católica e a transmissão dessa verdade para o povo era responsabilidade da intelectualidade. Sendo assim, religião católica, educação superior, nacionalismo e reação católica formavam um

círculo virtuoso. A supressão de um desses elementos tornaria impossível a obra de reconstrução do país.

No entanto, a elite intelectual católica precisava ser construída, já que a inteligência brasileira na década de 1920 encontrava-se, segundo o autor, distante da sua verdadeira função. O distanciamento entre as letras e o catolicismo e a expansão do positivismo e do liberalismo a haviam contaminado e, conseqüentemente, o resultado desse processo era percebido na desagregação da população. Para o autor, as manifestações culturais como a filosofia, a arte e a literatura, contrastavam com a finalidade católica e se encontravam na origem da crise espiritual. Como resposta a esse quadro, urgia uma reação aos setores de produção cultural.

Quanto à filosofia, todas as manifestações de pensamento do séc. XVIII, derivadas principalmente da Revolução Francesa, eram tratadas pelo autor como falso filosofismo: “Pascal repetiu esse grito e parece que ainda hoje o repetem os que sofrem as terríveis conseqüências do filosofismo do séc. XVIII, sementeira de orgulhos e ódios como jamais foram vistos na face da terra” (FIGUEIREDO, 1958, p.19). Apesar da admiração por alguns aspectos do positivismo, como a definição de suas linhas gerais e firmeza de pensamento, Jackson criticava a sua manifestação republicana no Brasil e o unia ao cientificismo como responsável pela desoladora situação da inteligência brasileira. Sobre a manifestação do positivismo no Brasil, o autor destacava os efeitos negativos causados à Igreja, culpando-o, por exemplo, pela Proclamação da República: “Não é preciso recordar quanto se haviam esforçado os proceres da republicanisação positivoidica do paiz por furtar á Igreja o poder, que lhe deram os seculos e as circunstancias sobre esta vasta extensão do mundo [...]” (FIGUEIREDO, 1924a, p.209).

Em torno da relação entre ciência e religião, destacava que a manifestação da ciência no Brasil não passava de cientificismo. “O que é bom é não confundir a ciência experimental ou os fatos científicos, como tais verificados, controlados, com as teorias científicas sôbre êsses fatos, isto é, com o cientificismo, o philosophismo sem origem nem fim” (FIGUEIREDO, 1945, p.174). Para ele, a verdadeira ciência e os princípios da fé complementavam-se. No embate entre as duas, a demonstração da veracidade científica ocorreria pela reafirmação dos princípios católicos, caso contrário, a ciência deveria reformular as suas teorias:

Si os dogmas catholicos, normas de fé, não intervem directamente em questões scientificas elles intervém, no emtanto, indirectamente, como normas negativas, isto é, mostrando aos pesquisadores que, todas as vezes que as suas conclusões scientificas contrariam algum dogma catholico, elles

estão em falso caminho e devem naturalmente reiniciar suas pesquisas (NETTO, 1926, p.344).

Em relação à manifestação artística e literária da década de 1920, a discussão se ateve à finalidade estética. Para o autor, essas formas de expressão deveriam converter-se diretamente aos princípios religiosos, por representar, naquele momento, simplesmente a vaidade humana ou a ausência de definição, hierarquia e ordem. “Em genero de instrucção e educação, laicismo, neutralidade, irreligião e atheismo são termos que na prática se equivalem” (A ACÇÃO..., 1923, p.2, grifo do autor).

Dessa forma, Jackson de Figueiredo revelava uma posição radical quanto à estética literária e artística: ao evidenciar em suas linhas ordem e equilíbrio, tornavam-se merecedora do apoio e da consideração nacional, se os omitisse ou os contradissesse deveria ser combatida, como franca ameaça ao interesses da nação. Sobre a literatura e a arte, assim tratava o autor (respectivamente):

Se ella reflecte ordem, equilibrio interior, applaudo-a, animo-a como posso. Se, pelo contrario, traduz desordem, instabilidade de consciencia, insinúa morbidos desalentos ou enthusiasmos artificiaes, confesso que, por defeitos de temperamento e falhas de educação intellectual, posso ser momentaneamente empolgado por ella, mas acabo sempre reagindo e combato-a como deleteria e prejudicial. Acho mesmo mais útil que ella não exista (FIGUEIREDO, 1924a, p.58).

[...] em arte, como em tudo o mais, o que é necessario é não esquecer que o homem não é um ser livre, no sentido de poder ser o que quer ser. Todas as vezes que attenta contra o que chamarei a sua fôrma espirital, é tambem um revoltado, não só, por conseguinte, um prejudicial á ordem humana, mas, por isso mesmo, um incapaz de apprehender a verdadeira belleza (FIGUEIREDO, 1924a, p.65).

A partir dessa concepção estética, Jackson de Figueiredo combateu o movimento modernista, que pretendia a renovação de linguagem, a busca de experimentação, a liberdade criadora e a ruptura com o passado – todos os princípios abominados por Jackson de Figueiredo. A Semana da Arte Moderna de 1922 representava para o autor a centralização e a manifestação do que havia de pior no espírito humano. Em contraposição à liberdade modernista, pregava a definição e a precisão dos princípios:

O maior inconveniente é a dificuldade de conhecer o homem que não tem marca, porque elle se amolda a todas as idéas, aceita todas as theorias, defende todos os principios. Como conhecê-los, se elle não tem marca? [...] Oh! Viva o homem marcado, ainda que a marca seja do diabo (FIGUEIREDO, 1924a, p.155, grifo do autor).

[...] a questão é sempre a mesma: não ha, de facto, comprehender a ordem literária se não se comprehende que a arte é acima de tudo liberdade, mas liberdade na dependencia, na correspondencia á graça. [...] o que também é necessario é que o homem possua o verdadeiro sentido dessa necessaria resignação, e é o que não é possível, pelo menos de modo definitivo, se a sua consciencia não adheriu de modo absoluto aos principios que informam a fé catholica (FIGUEIREDO, 1924a, p.86, grifo do autor).

A péssima situação da inteligência brasileira explicava-se pelo estado de desordem resultante da diversidade de correntes de pensamento, do mau uso da ciência e da liberdade de expressão.

No Brasil, a historia da intelligencia segue o mesmo traçado geometrico, cheios de maximas e minimas, de elevações e depressões, de avanços e recuos. Desde o principio até o meiado do seculo XIX, pode-se dizer que foi noite na intelligencia brasileira. Uma cultura falsa, exclusivista e agnóstica, pedantemente ousada, feita de retalhos de doutrinas, já em outras partes desmoralizadas e serodias, infeccionou por meio seculo a alma da nação, envolvendo-a no immenso mal estar das crises pathologicas (A INTELLIGENCIA..., 1924, p.195).

Essa realidade justificava a necessidade de um movimento de educação católica voltada para a conversão da intelectualidade. O ensino superior representava a forma mais viável de conversão da inteligência brasileira em elite intelectual católica. Enquanto para a escola elementar o autor defendia a educação como reação, para a superior, o projeto objetivava atingir um grupo de pensadores, autores, professores, jornalistas, políticos e artistas capazes de assumir a vanguarda do movimento católico, constituindo-se em verdadeiros ativistas da causa nacional. Além da conversão, a formação de intelectuais era a ordem do dia das políticas empreendidas por Jackson de Figueiredo.

Devemos organizar um systema educacional catholico. 90% dos catholicos brasileiros sabem tudo, menos o que é a Igreja Catholica. No interior, o nosso povo, cheio de boa fé e boa vontade, não sabe distinguir entre uma superficie grosseira e a doutrina nobile e elevada da nossa divina religião. Nas cidades, o povo entrega-se, e só e só por uma crassa ignorancia, aos histerismos do espiritismo explorador e deprimente. Os que se julgam mais de elite entram em congraçamento com o protestantismo, a maçonaria, o theosofismo, etc. [...] Deviamos crear o nosso ensino universitario. Em todo o Brasil catholico, ha apenas a Faculdade de Philosophia (de São Paulo) mantida a custo por um intuito religioso! É desolador! (FIGUEIREDO, 1927b, p.197).

Para entender a dificuldade de recatolização da intelectualidade na década de 1920, é preciso compreender a consequência da supressão do ensino religioso em estabelecimentos públicos pela constituição republicana e o pequeno número de cursos superiores no Brasil nas



primeiras décadas do séc. XX. Pela impossibilidade, pelo menos momentânea, de uso da instituição pública para atingir o objetivo católico, a iniciativa jacksoniana foi no sentido de desenvolver formas próprias para a formação dessa elite intelectual, enquanto paralelamente lutava pela transformação do ensino público em religioso e pela criação da universidade católica. É importante entender os percalços dessa missão, já que a construção dessa elite intelectual ao mesmo tempo em que se fazia necessária também se transformava em difícil tarefa.

[...] uma massa humana não se distingue e não se torna independente “por si”, sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas “especializadas” na elaboração conceitual e filosófica. Mas este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e de recuos, de cisões e de agrupamentos [...] (GRAMSCI, 1995, p. 21, grifo do autor).

A solução de Jackson de Figueiredo para o desamparo público foi a criação da revista *A Ordem* e do Centro Dom Vital. Os programas desses dois órgãos evidenciavam o papel fundamental dos intelectuais para a execução do programa católico. Sobre os objetivos da revista, assim escreveu Hamilton Nogueira em 1925: [...] Temos muitas revistas catholicas, mas até hoje nenhuma dellas se apresentára com o programma da A Ordem. [...] o fim a que se propuzéra A Ordem era rechristianizar a intelligencia brasileira, mergulhada nestes ultimos cincoentas annos no mais nefando agnosticismo (NOGUEIRA, 1924, p.98, grifo do autor). Quanto ao Centro Dom Vital, a notícia de sua inauguração publicada em maio de 1922, na revista *A Ordem*, contribui para a explicação da sua finalidade:

#### CENTRO DOM VITAL

Já podemos communicar aos nossos leitores que está installado na sua séde provisoria o Centro Dom Vital, e em via de publicação os seus Estatutos que, por unanime deliberação dos socios fundadores, na assembléa em que se formou a sua primeira Directoria, foram submettidos à apreciação da Autoridade Archidiocesana e por esta approvados.

Também por unanime deliberação dos socios fundadores foi o nosso Director, Dr. Jackson de Figueiredo, não só eleito, mas proclamado a título perpetuo Presidente do Centro.

Os demais membros da Directoria são os srs: Dr. Hamilton Nogueira, Vice-presidente, Perillo Gomes, Secretário Geral, José Vicente de Souza, Thezoureiro e Durval de Moraes, Bibliothecario.

A finalidade do Centro D. Vital é a criação de uma grande bibliotheca catholica com um serviço de informações bibliográficas e a educação de uma collecção de livros de apologetica em geral assim como de todo genero de literatura que possa servir aos interesses da Egreja e da Patria Brasileira.

Esta collecção é por isto, dividida em trez series, e traz o titulo de Collecção Eduardo Prado.

Da primeira série já está a venda no mercado de livrarias o primeiro volume – Pascal e a inquietação moderna, da lavra do nosso Director e Presidente do Centro.

Sendo o Centro D. Vital uma sociedade que se propõe unica e exclusivamente, ajudar o Episcopado Brasileiro na obra de recatholisação da nossa intellectualidade, facilitando o conhecimento das doutrinas da Igreja, e dos seus idéas na pratica social deste momento, procurou facilitar tanto quanto possível a reunião de todas as forças e elementos catholicos, sob esta bandeira, que tem por maior garantia da pureza dos fins daquelles que a sustentam a benção do grande Bispo que hoje governa a Archidiocese do Rio de Janeiro.

Assim são considerados socios cooperadores do Centro D. Vital todos os assinantes d'A Ordem, não só os que já o são como aquelles que se fizerem de agora em diante.

A Ordem passará por uma grande reforma material ao iniciar o seu segundo anno de luta e esperamos em Deus que ao seu apello não falte, pelo menos, a correspondencia de sympathia que tem encontrado até hoje.

Pedimos aos nossos leitores que ajudem o Centro Dom Vital, na medida do que fôr possível, a cada um, á criação da grande bibliotheca catholica, que deverá servir á capital da Republica, isto é, ao meio intellectual mais desenvolvido de todo o paiz, e, infelizmente, o mais corrompido pelas idéas anti-christãs e anti-patrioticas.

Só apóz a realisação desta obra e da sua utilização em tal meio, se poderão apreciar os enormes beneficios que resultarão della para todo o Brazil.

Esta, podemos affirmar, é a opinião de D. Sebastião Leme, o nosso eminente Arcebispo, e por isto mesmo, não só lhe devemos a justiça da approvação dos nossos Estatutos, mas tambem o carinho todo particular com que se tem dedicado á execução das nossas idéas que, dados os seus conselhos, sempre ouvidos e acatados, têm hoje muito do brilho do seu alto e generoso espirito (CENTRO..., 1922, p.145, grifo do autor).

É possível afirmar que a criação do Centro Dom Vital em 1922 e as pretensões de formar uma elite católica nacional, através de ações simples como a formação da biblioteca católica, cursos e palestras, encontravam-se na raiz do abrangente programa que levou à formação dos primeiros cursos superiores católicos em 1941. Jackson de Figueiredo não participou diretamente da criação da Universidade Católica e do momento de maior prosperidade do Centro Dom Vital, que viria sob a direção de Alceu Amoroso Lima. Porém, a concretização de um núcleo de ensino superior no Brasil encontrava suas bases no projeto jacksoniano. Pela importância da universidade como cérebro da sociedade, os ideais católicos deveriam aí se fazer presente. Para o autor, o ensino superior garantiria a difusão do catolicismo e a reaproximação da Igreja com o Estado. A trajetória da luta católica pelo ensino superior salientava a sua relevância.

Após a morte prematura de Jackson de Figueiredo (1928) a relação entre o movimento católico e o governo de Getúlio Vargas revezou momentos de maior ou menor aproximação. Diferentemente dos governos da Primeira República, Getúlio Vargas soube aproveitar o potencial católico para o combate ao comunismo, concedendo, como demonstração de

proximidade, alguns benefícios oficiais. Na relação entre educação católica e Estado laico, a primeira aproximação se deu pelo decreto de 11 de abril de 1931. Com esse decreto o governo tornava facultativo o ensino católico nas escolas públicas. Porém, a relação aproximada entre Estado e Igreja não suprimia a insatisfação dos católicos em relação a importantes aspectos do ensino superior, principalmente no que diz respeito à permissão ao avanço das tendências científicas, composição do currículo e continuidade do princípio pedagógico laico em todos os níveis de ensino.

Como forma de superação desse relativo distanciamento, algumas ações do Centro Dom Vital durante a década de 1930 foram importantes para a construção da intelectualidade, enquanto aguardavam o momento em que o Estado se tornasse católico ou então que permitisse a criação da universidade católica. Dentre as principais ações, destacou-se a criação da Associação dos Universitários Católicos em 1929 e o Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932. Ambos subordinados às autoridades eclesiásticas visavam complementar a instrução superior laica, preparar os militantes católicos e barrar a penetração comunista nesse estratégico setor de pulverização intelectual. O Instituto Católico de Estudos Superiores pode ser entendido como a ponte entre o Centro Dom Vital, criado em 1922, e a Universidade Católica, criada em 1941, haja vista que já no primeiro ano de existência oferecia cursos de dois anos, com três disciplinas obrigatórias: sociologia, filosofia e teologia e três disciplinas facultativas: introdução ao direito, matemática e biologia. A atuação de Alceu Amoroso Lima nesse sentido foi importante porque permitiu a profissionalização e sistematização dos cursos que o Centro Dom Vital oferecia pontualmente sob direção de Jackson de Figueiredo.

Em 1938, o Papa Pio XI, atendendo a um pedido da militância católica brasileira, revestiu o bispo coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme de autoridade suficiente para empreender a construção de uma universidade católica no Brasil. Já que o Estado não oficializava a religião católica e nem demonstrava claramente o interesse na construção da universidade católica, a saída encontrada foi projetá-la como universidade particular, caminho encontrado em meio à forte burocratização estatal, que admitia cursos particulares desde que aprovados pelo Conselho Nacional de Educação.

Em 1940, a proposta dos cursos superiores católicos é aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Educação, com as faculdades de direito e de filosofia, sendo essa última composta por sete cursos: filosofia, letras clássicas, letras neolatinas, letras neogermânicas, geografia e história, pedagogia e sociologia. Porém, essa importante vitória católica na área do ensino superior não aconteceu sem maiores dificuldades. Mesmo com a aparente liberdade para ministrar os cursos superiores, o Estado laico concentrava a decisão de oficialização dos diplomas expedidos pelas universidades. Somente em 1942, o curso superior da faculdade católica foi equiparado às públicas e passou a oferecer diplomas com igual valia. Em 1946, ao se juntar à Escola de Serviço Social do Instituto Social do Rio de Janeiro, as faculdades católicas obtiveram o número suficiente de cursos para transformar-se em Universidade. Surge assim, a primeira faculdade privada do Brasil. Em 1947, recebeu da Santa Sé as prerrogativas de Pontifícia Universidade Católica (PUC) e transformou-se em importante mecanismo de divulgação do ideário católico.

Esse longo trajeto, que partiu da criação do Centro Dom Vital, passou pela criação do Instituto Católico de Estudos Superiores e se concretizou com a PUC, revelava a importância de Jackson de Figueiredo como primeiro intelectual leigo católico a encorajar obra de tamanho porte. É possível identificar, dessa forma, duas situações bem claras dentro do movimento católico brasileiro em toda a história nacional: o catolicismo antes e depois de Jackson de Figueiredo. Os elementos que o qualificam como divisor de águas da atuação da religião concentram-se, principalmente, na sistematização de idéias até então dispersas e confusas e pelo Centro Dom Vital, que garantiu a continuidade do movimento leigo católico após a sua morte.

A perpetuação do ideal religioso católico deve-se à insistência e à crença no ensino superior. Interrompida prematuramente, suas concepções podem ser compreendidas pelas diretrizes do Centro Dom Vital e pela concepção de outros intelectuais católicos, que partilharam do mesmo movimento. Nessa perspectiva, o programa católico para a intelectualidade, retiradas da produção de Jackson de Figueiredo e dos números da revista “A Ordem”, mesmo publicadas após 1928 (ano de sua morte). A mudança de postura do Centro Dom Vital após a direção de Alceu Amoroso Lima, que substituiu o tom político pelo cultural, não apagou o programa de educação para elite iniciado por Jackson de Figueiredo, ao contrário, exaltou ainda mais o ideal católico associando-o, agora, à realidade das universidades.

Para os católicos, o modelo das primeiras universidades brasileiras na década de 1920 revelava o rompimento da verdadeira tradição universitária. O ideal de universidade deveria pautar-se no modelo de universidade católica medieval. Nessa visão, cabia à Igreja o mérito

da invenção desses centros culturais, justificando a sua necessária manutenção nos ditames do ensino superior. A reprodução do modelo medieval garantiria à Igreja no domínio da inteligência, já que na Idade Média, a universidade “[...] não foi senão uma extensão da instrução especial que recebiam os padres, e que se reduzia, sobretudo, ao estudo de sua língua sagrada e da cultura dialética necessária à defesa de seus dogmas” (Barros, 1959, p.324).

É importante lembrar a trajetória da universidade no Brasil para entender o contexto cultural do nível superior na década de 1920. No período colonial, a corte portuguesa, estrategicamente impediu as iniciativas de construção de universidades. A política de Portugal para a educação obrigava as elites nativas a se submeterem ao monopólio da educação superior ministrada por Coimbra. Das restrições impostas por Portugal decorria a ausência de cursos superiores em todo território nacional no período anterior à Vinda da Família Real para o Brasil. Somente em 1808 são criadas as primeiras instituições de ensino superior. A concepção dos primeiros cursos superiores ainda distanciava-se da idéia de universidade, já que os cursos tinham orientação estritamente profissionalizante, como demonstradas pelo surgimento das escolas de medicina na Bahia (fevereiro de 1808) e de medicina e engenharia no Rio de Janeiro (1808 e 1810, respectivamente).

Somente com o arrefecimento da política dos governadores foi possível concretizar a discussão da universidade no Brasil. Via de regra, o ideal de universidade nas décadas de 1920 foi acompanhada pelas condições políticas originadas pelo movimento de “republicanização” da República. A primeira instituição a assumir a condição de universidade foi a Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, pelo governo federal (embora desde 1915 essa criação já estivesse autorizada), através da agregação de algumas escolas profissionais preexistentes: a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e a Faculdade de Direito. A reunião dessas instituições, entretanto, não teve um maior significado, pois continuaram a funcionar isoladamente, como um mero conglomerado de escolas, sem articulação entre si, com o mesmo currículo e com a metodologia de ensino semelhante.

Permeadas por idéias retrógradas e ainda não envolvidas completamente pelo ideal liberal, o avanço da discussão da universidade na década de 1920 e 1930 representava ao mesmo tempo uma ameaça e uma possibilidade ao projeto católico para a formação da elite intelectual: ameaça porque havia uma clara indicação de que as novas universidades seguiriam as tendências de organização do mundo moderno, e possibilidade porque poderiam significar a concretização do ideal jacksoniano.

Para o grupo católico, o movimento em torno da universidade acompanhava a tendência geral do ensino, marcada pela incompetência e irresponsabilidade de alguns

personagens da República. Dessa forma, a adoção do ensino superior e universitário desvinculado das doutrinas católicas resultava da incompetência política de algumas personalidades positivólicas da República:

Dessa incompetencia foi que se originaram todas as reformas salvadoras que, em curto espaço de tempo, teem agravado cada vez mais os problemas da nossa educação, já agora merecedor de um tratamento ditatorial, que seja como um ferro em braza na raiz mesma da sua íntima fraquesa: o scepticismo official, o horror a toda systematisação, que não seja a do pedantismo scientificista, ainda assim falho em relação aos seus próprios recursos ( ENSINO..., 1921, p.51, grifo do autor).

As primeiras universidades brasileiras na década de 1920 representavam, para Jackson de Figueiredo, os avanços liberais resultantes da Revolução Francesa. Esse tipo de universidade não deveria proliferar no Brasil. Contra o avanço das teorias científicas, do direito à liberdade de pensamento e da independência do conhecimento em relação a Deus, típico do modelo liberal e moderno, Jackson defendia outro sistema de ensino e educação.

É o sistema dos jesuítas. É o classicismo. A prova está feita. Prova experimental. Prova de factos. Quatro seculos de educação com grego e latim fizeram da França o que todos sabem o que ela é. Vinte anos de ensino chamado moderno atiraram-na para a beira do abismo da mediocridade (A QUESTÃO..., 1923, p.67).

Nascida sob o ideal da ciência, a universidade moderna representava o afastamento entre a sociedade civil e o ideal católico. Em oposição, o modelo ideal de universidade deveria estreitar a relação entre sociedade civil e a religião, a ponto de garantir a formação da elite condutora do nacionalismo. “Não ha duvida que a sociedade civil e a sociedade religiosa tem cada um fim proprio e inconfundivel, mas as relações que entre estas existem são da mais alta importancia para a vida dos povos” (NOGUEIRA, 1926, p. 307).

A aproximação entre a sociedade e a religião está na base do próprio conceito de intelectual elaborado por Jackson de Figueiredo, que o caracterizava por apresentar uma dimensão do conhecimento (dimensão social) e uma dimensão da fé (dimensão religiosa), com a submissão da primeira à segunda. A fé, no contexto do conhecimento, desempenhava o papel de lente, pela qual o intelectual deveria realizar o julgamento do mundo material.

Por homem culto e intellectual [...] entendemos um estudioso, um philosopho imparcial, um cultor profundo e serio do estudo da religião, e não um homem que seja culto n’este ou n’aquelle ramo de conhecimentos humanos sem nunca se ter dedicado a estudos serios de religião, conhecida apenas pelo que vulgarmente d’ella se diz ou se escreve (MADUREIRA, 1926, p. 98, grifo do autor).

A finalidade prática desse conceito de intelectual para a Igreja, que encontrava na relação entre fé e razão um dos princípios religiosos nos cursos superiores, traduzia-se pela necessidade de compreensão e legitimação do papel preponderante da Igreja na condução do conhecimento por parte dos intelectuais. Para Jackson de Figueiredo, quem não reconhecesse a Igreja como fonte de sabedoria não poderia ser considerado intelectual, ou pelo menos seria um falso intelectual. Declaradamente, a vinculação necessária entre inteligência e fé cumpriria a função asseguradora da subordinação e cooptação dos intelectuais formados no curso superior à tutela da Igreja. Tal formação não permitiria a emancipação dessa categoria que, afastada da Igreja, poderia manifestar em suas obras e produções o perigoso espírito materialista.

Todas as loucuras individuais, como as colectivas, tiveram uma origem litteraria; existem livros que fizeram mais estragos na especie humana do que a peste negra ou a cholera. Para estas, na verdade costuma-se estabelecer cordões sanitarios, descobrem-se vaccinas, a própria natureza opera uma espécie de mithridatisação contra os flagellos do corpo e não existe preservação de maneira alguma contra o pensamento que mata! (TORREND, 1927, p.208).

Pela impossibilidade de prender a intelectualidade pela força física (já que os tempos agora se diferenciavam da Idade Média), ou pela força do modelo e da repetição (visto que são favorecidos pela superioridade de inteligência), vinculá-los e subordiná-los à Igreja tornava-se tarefa do ensino superior.

Pretendemos, pois, declarar apenas, e, sem a presunção de dar um tractado, analysar por qual via o homem culto que estudo e raciocina rectamente sobre a historia dos factos e acontecimentos possa e deva chegar a se persuadir – que Deus fallou e nos revelou a sua palavra – que a Igreja Catholica é a única religião verdadeira e vinda de Deus - que, finalmente, elle, homem culto e intellectual póde e deve ser um crente sincero e sujeitar-se a mesma Igreja (MADUREIRA, 1926, p.99).

Porém, isoladamente, a fé tornava-se insuficiente, precisava somar-se ao conhecimento. Diferentemente da educação para o povo, a ignorância não fazia parte desse nível de ensino. A intelectualidade católica, a vanguarda do movimento empreendido por Jackson de Figueiredo, deveria responder à altura aos problemas que ameaçavam o seu controle sobre a sociedade. Nesse sentido, a educação superior católica vestia-se com a roupagem da ação. Tal constatação pode ser feita pela própria crítica jacksoniana à formação do clero. Para ele, o clero possuía a fé, mas não o conhecimento necessário para enfrentar a expansão de outras crenças e do ideal laico, nem de servir de modelo ao povo.

[...] sem uma instituição que estimule e recompense os estudiosos, a verdade é que, se temos sacerdotes à altura dos mais difíceis problemas da inteligência contemporânea, a médio cultural do nosso clero é realmente inferior ao que deveria ser, num grande centro intelectual como já é a Capital da República (SOBRE..., 1921, p.66).

Da complexa relação entre fé e razão, uma pergunta torna-se inevitável: como garantir o conhecimento sem perder de vista a religião? O modelo de universidade medieval oferecia a resposta: a verdade só era possível pela subordinação de todas as disciplinas à teologia, que ocupava o topo da hierarquia curricular nessa concepção. As demais disciplinas em torno dela deveriam organizar-se. Nasce daí uma crítica contundente aos cursos superiores originados da universidade moderna, modelo que passava a ser copiado no Brasil. As universidades brasileiras, movidas pelos anseios da “ilustração” adotaram como modelo a independência das disciplinas e a supressão da educação religiosa. Colaborativa do esquecimento da religião e da teologia nos cursos superiores, a atenção demasiada à formação profissional revelava a perda de prestígio da teologia como guia do processo pedagógico moderno.

O homem é, por construção, um ser religioso; a educação será religiosa ou não será educação humana. É acaso possível conceber um religioso neutro, fabricado sem idéia alguma de tempo, hora, etc... Pode alguém imaginar uma lâmpada neutra, sem relação alguma com a idéia de iluminação? Assim também não se pode conceber uma educação neutra, sem idéia de educar a religiosidade que entra na construção do homem (GRIVET apud O HOMEM..., 1921, p. 68).

Além da hierarquia das disciplinas, o modelo medieval de ensino fornecia outra contribuição para a investigação da realidade: a filosofia thomista. Como método comum a todas as disciplinas permitia a diferenciação entre as disciplinas, apenas pela variedade *do quê* estudar, subordinadas ao thomismo como resposta ao *como* e *para quê* estudar. A orientação do thomismo partia da Santa Sé: “Desde a encyclica A Eterni Patris, formulou Leão XIII a receita para o morbo filosófico do presente. Voltemos a Santo Thomas de Aquino! Foi o brado do supremo Pastor. A elle fizeram echo, sucessivamente, as palavras solemnes de Pio X, Bento XV e Pio XI” (BARATA, 1926, p.128, grifo do autor). Conclusivamente, a orientação thomista significava o uso da tradição católica para uma nova realidade, numa



adaptação dos preceitos religiosos aos avanços científicos: “Desde 1880, Leão XIII manifestára seu ardente desejo de ver as escolas catholicas inspirar-se na doutrina thomista, pondo-a em harmonia com o progresso e com as descobertas modernas solidamente firmadas” (SERRANO, 1924, p.174).

A preocupação de Jackson de Figueiredo com a função primordial do ensino superior revelava-se pelos cursos ministrados no Centro Dom Vital. “O Centro D. Vital está realizando as suas sessões no Collegio Paula Freitas e lá ultimamente foram duas conferencias, uma sobre São Thomas de Aquino, pelo Doutor Jonathas Serrano, e outra sobre S. Ignácio de Loyola pelo Dr. Nelson Romero” (IMPrensa..., , 1924, p.201). Dessa forma, o Centro Dom Vital contribuía para a educação cumprir o seu papel: “[...] a aproximação da creatura de seu creador” (O ENSINO..., 1925, p.118).

Resumidamente, as propostas Jacksonianas para a formação de intelectuais católicos apresentavam um conjunto de elementos que fundamentava seus propósitos:

- A intelectualidade católica era imprescindível para o desenvolvimento nacional e recatolização do país por possuir o controle dos instrumentos de persuasão popular (produção filosófica, artística e literária) e permitir a reaproximação com o poder oficial, visto que a elite intelectual e a política eram as mesmas;
- A formação da intelectualidade era tarefa do ensino superior;
- Fé e conhecimento são os qualificadores da intelectualidade;
- A universidade moderna ameaçava o projeto católico porque nascia do ideal democrático;
- O modelo de universidade católica acompanhava o ideal católico de sociedade:
  - a) Hierarquia de disciplinas, com teologia no topo;
  - b) Filosofia thomista como orientadora da ciência;
  - c) Formação religiosa acima da formação profissional;
  - d) Dogmas católicos como verdades incontestáveis;

Partindo do pressuposto do sucesso, pelo menos parcial, da proposta católica para o ensino superior, é prudente também destacar que as pretensões iniciais de Jackson de Figueiredo com a construção da elite católica não se reduziam a simples criação de centros de ensino católico, ele pretendia a recatolização de todos os aspectos da vida social e política. Evidentemente a elite católica não concretizou o ideal de reaproximação do Estado, nem o domínio católico integral no pensamento e nos costumes brasileiros. Porém, transcorridos 80 anos desde a morte do autor permanece a influência da religião católica na educação. Em cada manifestação católica nos costumes, na política, na educação e nos valores da sociedade atual, encontram-se marcas da ação de Jackson de Figueiredo. O trajeto de luta pela educação

superior católica, iniciada em 1922 e sacramentada em 1947, também foi cheio de disputas, intensos conflitos e contradições, que sem a presença dos primeiros intelectuais reunidos por Jackson de Figueiredo não teria alcançado êxito.

Vale salientar que, pela complexidade do tema educação superior durante a década de 1920 e a sua correspondência com o pensamento católico, o cenário completa-se somente com o entendimento da análise da proposta educacional para o povo. A interdependência entre esse dois níveis correspondia a uma exigência da nova realidade do séc. XX que havia concretizado uma ruptura na comunidade dos fiéis, conforme assinalou Gramsci (1995, p.19):

A relação entre filosofia superior e senso comum é assegurada pela política, bem como é assegurada pela política a relação entre o catolicismo dos intelectuais e dos simplórios. O fato de que a Igreja deva enfrentar os problemas dos simplórios significa, justamente, que existiu uma ruptura na comunidade dos fiéis, ruptura que não pode ser eliminada pela elevação dos simplórios ao nível dos intelectuais (a Igreja nem sequer se propõe a esta tarefa, ideal e economicamente desproporcionada em relação às suas forças atuais), mas sim, com uma disciplina de ferro sobre os intelectuais, impedindo que eles ultrapassem certos limites nessa separação, tornando-a catastrófica e irreparável.

A diferença entre as propostas educacionais desses dois níveis nascia da crença da impossibilidade de elevação do povo (simplórios) ao nível dos intelectuais, atendendo, dessa forma, a exigência de corrigir a ruptura na comunidade dos fiéis pela perpetuação da religião, mesmo sem alterar a condição de povo.

Atualmente, a idéia de educação remete à concepção de transformação e dificilmente é vista como uma iniciativa negativa. A simples expressão “educação”, por mais atrelada que esteja à escola, tornou-se uma iniciativa insuspeita. Portanto, a segunda parte desse capítulo procura revelar os principais objetivos da proposta educacional católica para o povo, visto que por detrás da aparente virtude inerente ao título de “proposta educacional”, escondiam-se objetivos menos declarados. Em relação ao projeto católico na década de 1920, o fator tempo contribui para uma demarcação mais acentuada das linhas gerais, uma vez que, sob a ótica de uma realidade mais distante, alguns traços se tornam mais visíveis e por isso recebem um tratamento preferencial. No entanto, a motivação para o seu desenvolvimento não é a simples descrição, corresponde à expectativa de reavaliar até que ponto a educação atual imita a proposta inicial de Jackson de Figueiredo: manter o povo, na condição de povo.

## 6.2 Educação para o povo

A proposta educacional de Jackson de Figueiredo para o povo se diferenciava substancialmente da educação para a elite. Nascia da crença da dependência da população, tida como incapaz para trilhar os próprios caminhos ou de escolher o melhor modelo de conduta. A finalidade para a educação primária era diametralmente oposta à do ensino superior. Para a elite, a revelação; para o povo, a obediência. Doutrinação e educação eram duas faces da solução para o mesmo problema – o avanço liberal. Por se fazer em reação aos movimentos leigos de educação e acompanhar a ampla discussão nacional em torno da alfabetização, a proposta educacional católica para o povo centrou-se no ensino primário. A educação para a população restringia-se ao desenvolvimento da imitação e obediência aos dogmas da Igreja e às determinações da intelectualidade católica. Dessa forma, o ensino primário se relacionava diretamente ao superior, principalmente pela necessidade de enfrentamento rigoroso à [...] “imoralidade que vem do alto, a mais perigosa, a que provoca mesmo a imitação das camadas menos cultas, menos educadas” (NOGUEIRA, 1923, p.116).

Jackson de Figueiredo e o grupo católico não possuíam um projeto espontâneo para o ensino primário. O analfabetismo generalizado não representava um problema a ser superado, pois a nacionalidade para o autor não dependia do nível de conhecimento, mas da capacidade de conservação dos costumes católicos pela população.

[...] quero sugerir alguns meios que urge tomarmos para evitar que as elucubrações de espíritos allucinados ou perversos continuem a envenenar as inteligências e a enfraquecer a vontade dos incautos que tiveram a ingenuidade de os ler, e venham assim a precipitar a pátria brasileira num abismo de anarchia e de luctas fratricidas (TORREND, 1927, p. 201).

Diferentemente de outras correntes de pensamento que defendiam o ensino básico como condição para o progresso da nação, crenças na ciência e na igualdade do aprendizado como fundamento de crescimento econômico e cultural do país, Jackson de Figueiredo propunha os costumes e a moral católica como coeficiente de nacionalidade. Decorrente da convicção de que o aprendizado da população deveria se basear na repetição e nos dogmas, a ignorância científica não representava um problema. Ao contrário, para o povo indefeso, a ignorância era um importante instrumento para a garantia do nacionalismo, pois ao rivalizar com o conhecimento anticristão, colaborava para a conservação dos costumes e das tradições nacionais. A falta de conhecimento da estrutura de funcionamento do mundo moderno

representava a defesa da integridade moral da sociedade e, dentro da educação católica, a defesa da criança. “De fato, nem sempre [...] a ignorância é uma enfermidade” (FIGUEIREDO, 1922c, p. 101).

Antes mesmo de representar uma solução eficaz para a desintegração nacional, a educação da massa na década de 1920 tornou-se um verdadeiro problema para os católicos, em função do distanciamento entre a Igreja e o ensino público, além do avanço das idéias anticatólicas nesse setor. Tal avanço era sentido na prática dos professores, nas obras anticatólicas que circulavam livremente, na estrutura de funcionamento interno da educação e no papel do Estado. Dessa forma, a construção do projeto de educação de Jackson de Figueiredo ocorreu como reação ao avanço desses elementos na educação. A ausência de um projeto de educação católica nesse nível de ensino permitiria a expansão de idéias que nem mesmo a família e a Igreja com as práticas tradicionais do costume e ritos católicos poderiam garantir. No passado colonial, quando os espíritos modernos ainda não rondavam o Brasil, o ensino primário católico não carregava a mesma responsabilidade do séc. XX; reduzia-se à conversão dos pagãos e preenchia a etapa necessária para a formação da elite católica. A organização da proposta católica de ensino para esse nível trazia em seu bojo o sentido de defesa nacional, constituindo-se em verdadeiro mecanismo reacionário a todos os avanços modernos no universo das idéias, responsáveis, nessa visão, pela vitimação dos incautos e enfraquecimento do necessário sentimento de ordem.

Os objetivos de Jackson de Figueiredo são mais facilmente apreendidos se considerar a proposta de rebaixamento do Estado ao nível inferior à família na determinação das diretrizes escolares. Nessa proposta, a educação era responsabilidade da família, que por ser majoritariamente católica no Brasil possuía o direito de determinar o tipo de educação ministrada aos filhos nas escolas públicas. A educação pública deveria respeitar “[...] a grande maioria dos pais, únicos tutores e guardas naturais da independência espiritual dos filhos; ao passo que a imposição do laicismo fere os sacrossantos direitos da maioria” (LEME, 1921, p.19).

Nessa questão, Jackson de Figueiredo se entregava às conveniências do momento: ao proclamar o direito da família brasileira em determinar a educação dos filhos na escola pública, usava a comodidade política do predomínio católico. A justificativa para a permanência do casamento religioso, a oposição ao divórcio e a manutenção da família como unidade fundamental da organização educacional atendia à necessidade da manutenção cristã na sociedade e a educação moral dos filhos. O conflito entre Igreja e Estado leigo pelo predomínio do ideal religioso na união entre homem e mulher revelava a intenção de perpetuar sua norma de conduta no seio familiar, base para a formação do indivíduo. O

divórcio representava, dessa forma, a desagregação da família e o rompimento dos laços cristãos. Sobre a relação entre a Igreja e o divórcio, assim se expressava a revista *A Ordem*:

Pelo facto de haver ella (Igreja) tolerado o mal do casamento civil forçado pelos contingentes do mundo moderno, cujos governantes lhe fecharam os ouvidos ás admoestações mais severas, não se segue que deva ella tolerar um mal incomparavelmente muito maior como o divorcio (A EGREJA..., 1926, p.201).

A estabilidade do casamento, ao contrário, possibilitaria a reprodução do ideal dos pais para os filhos dentro da célula-base da organização social. A desestabilização da família cristã era o primeiro passo para a desestabilização social e a sua manutenção constituía a matéria prima para o desenvolvimento dos laços nacionais e de união do povo brasileiro. “[...] a estabilidade e a perpetuidade do laço conjugal, [...] é a base externa fundamental da familia, e que assegura a possibilidade de preencher a missão que presidiu a sua formação: o amparo mutuo e a educação da prole [...]” (A EGREJA..., 1926, p.201).

Nascida do ideal republicano, a supressão do ensino religioso nas escolas públicas e a abertura para a educação leiga e liberal estavam na origem da proposta jacksoniana para a educação primária.

Que não professe religião alguma, que se constitua o Estado em desharmonia com as tradições e os sentimentos do povo, é um erro social, é um erro político, mas... passe. O que, porém, não passa é que o Estado pretenda violar os direitos sagrados e inalteraveis do país catholico, impondo-lhes e aos filhos a educação leiga (LEME, 1921, p.19).

A relação entre nacionalismo, valores católicos e avanço liberal, explica a transformação da educação católica imperial, acomodada durante séculos sob a segurança do monopólio do ensino oficial, em reorganização de proposta ao mesmo tempo reacionária e revestida da idéia geral de adaptação aos novos tempos. Nessa perspectiva, a educação laica representava uma profunda ameaça à ordem e à sociedade, por pregar a liberdade de pensamento, naturalmente repaganizadora e propulsora dos violentos movimentos revolucionários. “A mocidade brasileira deve, portanto, não ter mais ilusões em face desta engrenagem anticristã, que, nas dobras de um suposto manto democrático, vai enfraquecendo em nossos lares o sentimento religioso e roubando à infância a glória de ser educada pela Mestra suprema dos homens” (A EGREJA..., 1926, p.199).

Conforme Jackson de Figueiredo, à escola primária cabia a defesa da autoridade, da unidade, do respeito à propriedade e à família, determinada pelos dogmas, princípios infalíveis da religião católica. Dessa forma, a educação católica se contrapôs substancialmente aos demais movimentos da educação, pela crença de que somente a filosofia religiosa e os dogmas poderiam garantir o futuro do Brasil.

A eclosão da Reação Católica coincidiu com o aparecimento do movimento escolanovista. Para Nagle (1990), o movimento escolanovista no Brasil aconteceu em dois momentos distintos, o primeiro que abrange o fim do Império até o final da segunda década do séc. XX e o segundo que compreende a década de 1920. No primeiro momento, encontravam-se alguns antecedentes, idéias vagas ou pouco sistematizadas dessa nova concepção de educação, com o aparecimento de pequenas ações práticas como a criação de escolas modelo em São Paulo.

Não por coincidência, é na década de 1920 que tal movimento se processa, principalmente através da proposta de amplo projeto reformador do sistema de educação. A concretude da manifestação do movimento Escola Nova, ocorre com a criação da ABE em 1924, em torno da qual seus adeptos se reúnem. Já em 1927, realiza-se a Primeira Conferência Nacional de Educação, que passava a acontecer regularmente nos anos seguintes. Não cabe neste trabalho aprofundar tal movimento, a intenção é utilizá-lo apenas como recurso de contraposição às propostas do autor para explicitar o projeto de educação de Jackson de Figueiredo e do grupo católico, que se opôs substancialmente a essa manifestação. A análise se concentrará apenas nas propostas de tal movimento na década de 1920 e 1930, sem maior aprofundamento das reais conseqüências ou marcas por ele deixadas depois de um período de mais de 100 anos de educação republicana.

O objetivo principal do escolanovismo se referia à mudança no processo de ensino/aprendizagem. A idéia central era sistematizar e entender cientificamente os diferentes processos de aprendizagem tendo o aluno como centro da educação. Nesse momento, o “entusiasmo pela educação” cedeu espaço ao “otimismo pedagógico”, ou seja, a educação deixa de ser o meio de atender aos objetivos e programas políticos mais declarados para se tornar o núcleo de preocupações internas em relação à aprendizagem. A preocupação com a função social da escola para a vida do aluno, a organização do currículo voltado para a realidade do educando, a infância vislumbrada como um momento importante da vida e a democratização do ensino primário como princípio da liberdade rivalizavam com o projeto de educação de Jackson de Figueiredo.

Quais as principais diferenças entre o pensamento jacksoniano e a proposta escolanovista para a educação? Substancialmente, correspondiam ao mecanismo externo e interno de funcionamento e concepção da educação pública. Internamente, com referência exclusiva ao processo de ensino-aprendizagem, a distinção concentrava-se principalmente na metodologia e no conteúdo a ser ministrado, enquanto no que se refere aos aspectos externos, relacionados à educação enquanto projeto nacional, a diferença residia no seu controle e finalidade.

A metodologia de ensino representou o ponto central do escolanovismo. Baseado em estudos sobre o processo de desenvolvimento biológico e psicológico da criança, revolucionava o processo de ensino-aprendizagem ao adotar modelos científicos embasados no desenvolvimento biológico infantil. Os estudos, segundo esse movimento, comprovavam que o aprendizado dependia da construção de uma situação de aprendizagem interessante para a criança, entendida como sujeito do processo escolar. Nessa concepção, os alunos possuíam interesses e ritmos próprios de desenvolvimento e o sucesso da escola dependia da imitação da vida, valorizando o trabalho em grupo, a expressão corporal e as tarefas manuais. A infância era vislumbrada como uma fase primordial do desenvolvimento humano. Portanto, o aprendizado para os escolanovistas deveria ser alegre e espontâneo, capaz de satisfazer as necessidades do indivíduo, respeitando as diferenças e interesses de aprendizado. Sobre a Escola Nova, assim escrevia um importante representante do movimento, Lourenço Filho (1978, p.149):

[...] concebe a aprendizagem como um processo de aquisição individual, segundo condições personalíssimas de cada discípulo. Desse modo, o ensino ativo transfere do centro da cena o mestre, para nele colocar o educando, visto que é ele que importa, em sua formação e ajustamento, ou na expansão e desenvolvimento de sua personalidade.

Para os escolanovistas, o conteúdo deveria subordinar-se ao método, variando conforme o interesse dos educandos. A maior característica do conteúdo era a ausência de centralização e determinação, pois deveriam ser escolhidos a partir de situações específicas. Mesmo centrado na questão do método, o ensino proposto pela Escola Nova se aproximava das transformações sociais, adotando-as como determinantes no processo de aprendizagem. Nesse sentido, a educação deveria estar em acordo com o avanço do universo moderno, correspondendo diretamente às novas necessidades econômicas do mundo industrial. A origem dos conteúdos e dos conhecimentos ensinados em sala de aula deveria pautar-se nas conquistas científicas e sociais, nas descobertas atualizadas capazes de romper com o arcaísmo e com os costumes. No embate entre a ciência e a tradição, a prevalência da primeira

garantiria a manutenção da inovação na educação, condição indispensável para elevar a educação e o país ao nível do século.

Para Jackson de Figueiredo e o grupo católico, o processo de ensino-aprendizagem ocupava uma posição diametralmente oposta às propostas escolanovistas. Nesse sentido, a proposta do ensino primário de Jackson de Figueiredo pode ser considerada tradicional. Por tradicional entende-se a preservação dos métodos e do controle dos alunos durante o processo de aprendizagem, desvinculados de qualquer processo científico de estudo do comportamento infantil. Na proposta católica, o método de ensino baseava-se na repetição, reduzindo ao máximo a liberdade dos alunos. Segundo Gramsci (1995, p.27) “[...] a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular”. A dura disciplina e o controle dos alunos ficam evidenciados nas páginas da revista *A Ordem*, através da publicação de artigos que revelavam a necessidade de controle dos alunos e a prática de castigos corporais às crianças por parte dos pais e professores. Em comentário sobre um artigo do autor Teclane Basílio, “Castigo às crianças”, assim se manifestava a referida revista:

Admitte o castigo corporal applicado pelos paes quando não actuem sobre a criança outros modos de repressão do mal, nem o estimulo de recompensas. Condemna a indulgencia carinhosa ante o mal commettido e as ameaças e credices. Julga que o castigo deva ser raramente ministrado ás crianças, mas sempre com serena firmeza, em seguida á falta praticada e consoante a sua gravidade, não havendo criterio seguro para a applicação de determinado castigo, visto dependerem a efficacia e conveniencia da indole e sensibilidade da criança. Salvo um ou outro ponto, estamos em concordancia com as doutrinas expostas neste opusculo, em que ha também digna de elogio a concisão elegante do vernaculo (CASTIGO..., 1923, p.140).

O castigo como repressão ao mal revelava como a criança era vista pela Igreja no processo de educação: um adulto em miniatura, portador dos vícios e defeitos inerentes ao espírito humano adulto. Nessa concepção, o aluno possuía defeitos que precisavam ser combatidos. Desconsiderado como agente de aprendizagem, o aluno ocupava um papel subalterno ao doutrinador revestido com o título de professor. A curiosidade e a iniciativa eram atributos desconsiderados, roubados da personalidade das crianças, e a reserva mental, ou seja, a obstrução da realidade, apresentava-se como saída para a defesa dos objetivos morais. A prática tradicional pode ser notada no pensamento jacksoniano pelo uso da escola para doutrinação, ensinando apenas as verdades que interessavam aos valores e às tradições católicas. “A verdade é que a reserva mental é uma necessidade pedagógica, impõe-se ao educador, que não queira somente ser um pedante vulgarizador de doutrinas libertárias, sem nenhum critério de ordem social realmente elevado” (FIGUEIREDO, 1922c, p.101). Quanto



aos conhecimentos que contrariavam a defesa da tradição católica e a concepção de infância acima destacada, assim escrevia Jackson de Figueiredo:

Não ha pedagogo que ouse levar ao conhecimento de uma sua propria filha todas as sombrias e desgraçadas verdades de que se compõem o negro fundo da vida social. A força mais util da educação, sendo, não resta duvida, o habito ou o costume, o que ha de fazer é educar a criança em são principios de moralidade e habitual-a a amar os seus antepassados, não os apresentados em paginas de romance realista, mas nas suas virtudes, nimbadas de poesias historica, o que não é, de modo algum, dar-lhe o habito da mentira (FIGUEIREDO, 1922c, p.101).

Inversamente à proposta da Escola Nova, o conteúdo ocupava papel central na proposta católica de ensino. O conteúdo centralizado e controlado diretamente pela Igreja garantiria a perpetuação do ensino religioso e a consagração da concepção católica de homem e Deus.

A Egreja catholica é a grande educadora dos povos, a mãe venerável da nossa civilização, a sabia impulsora do progresso intellectual, moral e religioso das nações, a amiga sempre sincera da humanidade. Permanecer-lhe fiel à questão de consciência nacional. Saibamos amar o Brazil, com patriotismo sério e esclarecido (FIGUEIREDO, 1923, p.55).

A restauração do ensino religioso nas escolas públicas estava na confluência dos esforços da Reação Católica. A luta pela sua inclusão nas emendas constitucionais de 1926, durante o governo de Arthur Bernardes, e a conseqüente decepção pela não concretização da reaproximação entre Estado e Igreja, são elucidativos da função essencial que a educação ocupava no ideário católico, em casos como o de combate às formas de controle de natalidade.

Vê-se por ahi a grande importância do problema da natalidade, mormente num paiz como o nosso, de população tão insignificante relativamente á sua grande extensão territorial. Meditem, pois os nossos dirigentes, sobre esta grave questão, e vejam o sombrio futuro que nos espera, quer sob o ponto de vista moral, quer sob o ponto de vista material, se uma reacção enérgica não se fizer desde já no sentido de restaurar o ensino religioso nas escolas públicas (NOGUEIRA, 1924, p. 102).

A exemplo do ensino religioso, todas as áreas deveriam valorizar a formação espiritual dos alunos e conseqüentemente da ordem e da pátria. Enquanto a disciplina e a valorização da religião correspondiam à necessidade da ordem, o conhecimento do país e o reconhecimento da importância da Igreja católica na formação do Brasil e da nacionalidade satisfaziam o ideal da Igreja. Em função do avanço da ciência e a ausência de uma

intelectualidade católica, a censura cumpria o importante papel de controle de toda e qualquer obra que contradissesse esses ideais:

E destes sem numeros de obras falsas e perniciosas, são as peiores aquellas que sob influencia dos governos impios, agnosticos e atheus vem na forma de compendios officiaes espalhar o veneno do odio e das prevenções contra o catholicismo em almas infantis, às quaes os Poderes Publicos mentindo vergonhosamente á imparcialidade inculcada e palliada do ensino leigo, deviam ao menos conservar estremes de ensino religioso, mas não procurar educal-as desde tão cedo na escola do desprezo pelas cousas santas (ALMEIDA, 1921, p.51).

Dessa forma, enquanto a proposta do movimento escolanovista procurava desenvolver a liberdade do educando e o prazer do aprendizado, a proposta católica reiterava a necessidade de controle total e absoluto das crianças através da utilização da educação pública para atender aos objetivos religiosos. Manifestações claras de repulsa ao movimento inovador da educação justificavam a afirmação de que o conhecimento passava longe das pretensões católicas. A escola como espaço de doutrinação revelava os objetivos mais profundos da religião: a manutenção da estrutura social e a transformação do povo em seguidores à risca do modelo católico de sociedade, que em nada se aproximava dos ideais de democracia representados pelo espírito liberal.

Quanto às questões externas ao processo de ensino, referentes à finalidade e a responsabilidade pela promoção da educação, a oposição católica à Escola Nova origina-se da diferença entre o ideal autoritário e os princípios democráticos. Para o movimento de renovação, o Estado era o principal responsável pela manutenção da educação com função essencialmente pública. A garantia da inclusão de todas as crianças em idade escolar deveria ser prioridade, bem como a existência de uma escola única, independente da classe social do educando. Distante do interesse de controlá-la e utilizá-la para fins próprios, o Estado deveria garantir a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino. Incorporava-se dessa maneira pelos defensores do ideal liberal a função democrática da escola pública, promotora da inclusão de todos os alunos a partir do direito biológico de cada indivíduo à educação integral.

Para Jackson de Figueiredo, a família e a Igreja superavam o Estado quanto à determinação de ensino público. À família competia a iniciação dos filhos nos costumes e nas tradições católicas e ao ensino público a continuidade da tradição familiar. A execução do ensino público passava então ao controle da Igreja, pois nenhuma outra instituição representava melhor os interesses e os valores da família e da pátria brasileira. O predomínio das famílias católicas no Brasil autorizava a Igreja, a “Grande Mestra dos Povos”, a

monopolizar o controle de todo o processo, desde a concepção filosófica e o conteúdo até o método de doutrinação.

Quanto ao Estado, sua função na educação restringia-se ao fornecimento das condições materiais para o desenvolvimento da educação. Não cabia ao Estado leigo, na visão católica, a intervenção sobre os processos pedagógicos. Além de orientar a educação nas escolas, a Igreja tinha a responsabilidade de orientar a educação nas famílias.

O Brasil está atravessando uma das phases mais delicadas de sua evolução historica e politica, e é indispensavel que os nossos dirigentes, reagindo eles mesmos contra certos principios revolucionarios em que se fundamenta o Estado brasileiro, procuram apoiar-se nos ensinamentos infalliveis da Grande Mestra dos Povos (NOGUEIRA, 1926, p.306, grifo do autor).

Nesse contexto, a educação para Jackson de Figueiredo deveria cumprir o ideal da família e da pátria.

O materialismo, o atheismo, as theorias evolucionistas de principios que não tem fundamento na divindade, não podem penetrar nas familias como systemas de educação. As nossas mães ensinaram-nos a sermos virtuosos, inspirando-se nos principios e nas normas da moral christã. O ideal da familia e da patria, que a religião sublima, que faz os bons cidadãos e os bons soldados, não póde ser impulsionado pela idéa egoista e fugaz da triste perspectiva de um nada, que arranca aos sofrimentos humanos, aos sacrificios da vida militar, esta fe que é a compensação reconfortante do espirito e que se espera alem do vazio egoista da matéria (FIGUEIREDO, 1922c, p.103).

Na visão de mundo católica, o Estado deveria combater o laicismo e os princípios materialistas, visto que deveria servir à população brasileira. A ação do Estado deixaria o caminho livre para a educação moral católica. Para comparação entre as propostas educacionais da Escola Nova e do grupo católico coordenado por Jackson de Figueiredo é relevante destacar os fins que, respectivamente, desejavam atingir com a educação.

É importante situar a proposta do movimento da Escola Nova como resultado do avanço do liberalismo. Para essa corrente, além de conceber o Estado como responsável pelo funcionamento e pela garantia dos direitos sociais naturais de inserção de todos os indivíduos no sistema público, a educação atendia a uma finalidade bem determinada e assentada no princípio de vinculação da escola ao meio social. Com isso visava ultrapassar os limites dos interesses de classe e contribuir para a construção de uma sociedade democrática que permitisse o desenvolvimento das potencialidades individuais ao máximo, com vistas à contribuição com o meio social.

Porém, para Jackson de Figueiredo a educação ocupava o pólo oposto. Primeiramente porque os católicos não possuíam um plano de universalização do ensino primário. Dessa forma, a impulsão e a organização de um programa de educação para o povo originaram-se da reação ao avanço liberal e não de convicções associadas à idéia de direito à educação. Posteriormente, considerada a “tradição inventada” de vinculação entre a nacionalidade e os princípios católicos, a educação atendia ao processo de reconstrução da sociedade autoritária. A proposta implícita para o ensino primário atendia à visão de mundo católica, com função eminentemente política de manutenção da hierarquia, em que a Igreja deveria ocupar o topo e o autoritarismo garantir a submissão da massa ignorante aos ditames oficiais. Portanto, a educação primária exprimia todo o universo católico, atraindo para a relação entre tutores e crianças, tanto na escola quanto na família, a visão de mundo que sustentava em relação à política, à economia, ao país, ao povo e à sociedade. O quadro a seguir ilustra de forma mais clara as diferenças entre as propostas educacionais apresentadas por Jackson de Figueiredo e o movimento da Escola Nova.

<b>PROPOSTA EDUCACIONAL ESCOLANOVISTA</b>	<b>PROPOSTA EDUCACIONAL DE JACKSON DE FIGUEIREDO</b>
O futuro da nação dependia do progresso material e da elevação cultural da sua população.	O futuro da nação dependia do resgate da tradição católica e da elevação religiosa da população.
Adaptação da educação às transformações sociais.	Reação da educação à modernidade.
Cooperação, solidariedade e superação dos interesses de classe como finalidades da educação.	Autoritarismo, reação ao liberalismo e defesa da hierarquia social como finalidade da educação.
Colaboração entre escola, família e Estado – o Estado como principal responsável pela educação.	Sobreposição da Igreja Católica e da família Católica ao Estado – a Igreja como detentora natural do monopólio da educação.
Educação Laica.	Educação Religiosa.
Obrigatoriedade da educação – Educação para todos. A proposta de universalização da alfabetização partia da convicção de que todos os indivíduos possuíam direito natural à escola.	Educação católica em oposição à educação laica. Preferência pela ignorância à educação laica – ausência de um projeto de combate ao analfabetismo.
Defesa da ciência.	Defesa dos dogmas católicos.

Ideais da democracia.	Ideais da monarquia.
Aprendizado centrado no aluno.	Aprendizado centrado no professor e nos manuais.
Educação como direito.	Educação como imposição.
Desenvolvimento das aptidões naturais do educando – educação como liberdade.	Domínio dos espíritos rebeldes – educação como forma de controle.
Método de ensino baseado no interesse do educando e no desenvolvimento de atividades livres, em grupos e de expressão corporal.	Método baseado na repetição, respeito à hierarquia, submissão à dura disciplina e aplicação de castigos físicos.

Quadro: Quadro comparativo das propostas educacionais para a educação primária:  
Movimento Escolanovista x Ideal católico Jacksoniano  
Elaboração: Sacardo, 2008

O estudo da proposta educacional católica revelou a concepção do autor e do movimento católico em torno de questões mais abrangentes, tais como a visão homem, Estado e sociedade. A educação constituiu-se na principal forma de prolongamento dos valores católicos predominantes durante a colonização e o império para as presentes gerações. Estruturados em torno da vinculação dos ideais nacionais, o ensino primário e superior se transformaram na principal bandeira do movimento católico, representando a maior herança deixada por Jackson de Figueiredo. Para abordar tais propostas fez-se necessária uma investigação mais ampla, que ultrapassou o período de atuação do autor e contribuiu definitivamente para o entendimento da situação do país naquele período.

Em torno da proposta educacional de Jackson de Figueiredo se estruturaram os principais elementos que compuseram o seu pensamento geográfico. A relevância de suas idéias nessa área reside no fato de corresponderem diretamente às principais linhas que estruturaram a sua própria visão de mundo. A criação do programa católico para a educação evidencia a sintonia do pensamento do autor com o contexto que lhe deu origem, visto que o tema educação na década de 1920 representava um movimento de características nacionais em que se cruzavam as propostas de várias organizações políticas. Ao se opor às tendências profissionalizantes e técnicas e defender a formação humana e doutrinária, a proposta educacional jacksoniana reagia ao avanço da industrialização, da internacionalização da economia e ao apelo economicista que permeava as propostas educacionais de cunho liberal.

A proposição da defesa intransigente da hierarquia e o combate à ciência e à liberdade de pensamento carregavam em seu bojo o desejo de resgatar a monarquia cristã e barrar o avanço de idéias políticas, seitas e religiões que pudessem aumentar o desprestígio da religião católica. Nesse sentido, a educação se colocava como proposta bastante eficaz para cumprir o

programa político de refreamento do avanço liberal e de aproximação do Estado e da Igreja. Relacionado ao argumento nacionalista de defesa da nação e do território, a educação representava a garantia do predomínio da população católica através da pregação de combate à imigração e ao controle da natalidade, além de partilhar dos mesmos argumentos que estruturavam a visão corporativa de administração do espaço, representada pela transferência da capital.

Finalmente, a proposta educacional católica se pautava na crença de que para defender a nação brasileira e restabelecer a ordem, dois grupos deveriam se formar: a massa ignorante, para a qual se elaborou a proposta da educação primária e o grupo dos intelectuais para os quais se estruturou o programa do ensino superior. Em vista do exposto, conclui-se então que a proposta de educação representou o maior projeto de Jackson de Figueiredo e a sua análise nos remete ao entendimento da manutenção da religião no contexto republicano e a predominância dos pressupostos católicos na explicação da realidade.

## 7. CONCLUSÃO

Ao terminar este trabalho, dois sentimentos podem resumir e explicitar a caminhada dos últimos anos. O primeiro é o sentimento de satisfação, pois o trabalho desenvolvido superou em muito a projeção do nível de envolvimento e de exigência do projeto inicial. O outro se refere ao que agora pode ser considerada fundamental para qualquer pesquisa: a consciência de incompletude e do caráter infinito que acompanha o estudo da produção de um determinado autor.

São extremamente positivas essas conclusões, pois ao mesmo tempo em que revelam satisfação pelo caráter inédito da pesquisa e pela superação da falta de referenciais sobre a obra de Jackson de Figueiredo, por outro, abre caminho para que muitas idéias defendidas nesta dissertação sejam negadas ou aprofundadas por novos estudos. Além do mais, o trabalho aqui apresentado promove uma gama de questionamentos e curiosidades que alimentam o desejo de continuidade da pesquisa, sem cometer os mesmos erros, abrindo possibilidades para outros, num processo autofágico em que o fim de uma etapa corresponde inevitavelmente ao início de outra.

Por tentar contribuir com o vasto campo do estudo do pensamento geográfico no Brasil, a principal constatação, que duramente se revelou no decorrer desta pesquisa, foi a dificuldade de embasamento teórico e de diálogo com outros trabalhos, principalmente pela

carência de novos estudos nessa área. Para o jovem pesquisador, essa carência torna as dificuldades da pesquisa indescritíveis, principalmente pela exigência de maior dedicação e disponibilidade de tempo. Tal dificuldade, no entanto, vem sendo superada através das tentativas de organização de grupos de pesquisa na área de pensamento geográfico. Nesse sentido, a UNESP – Campus de Rio Claro é uma referência nesse tipo de estudo por aglutinar trabalhos nessa área. Portanto, ao invés de desânimo, a lacuna ainda existente deve servir de combustível para os pesquisadores que se iniciam nesse tipo de estudo, haja vista o caráter desafiador do novo.

Quanto às conclusões internas da pesquisa, o estudo de Jackson de Figueiredo surpreendeu pela clareza com que a temática espacial apareceu em sua obra, principalmente aquelas envolvidas com questões diretamente ligadas à economia, ao Estado, ao território e à educação. Em todas elas, percebeu-se a presença do espaço, ora como protagonista, ora como coadjuvante da visão de mundo do autor. A partir da análise do discurso católico em torno de temáticas espaciais, uma preocupação foi nascendo ao longo da pesquisa e no final acentuou a necessidade de mais estudos nessa área: a relevância do discurso geográfico e do pensamento geográfico na composição dos projetos políticos. Programas e projetos de governos ou sociedades, aparentemente despretensiosos e muitas vezes tidos como sem importância ou desprovidos de lógica interna, a partir de uma análise geográfica pormenorizada podem revelar a forte influência do componente espacial.

Assim aconteceu com a análise do discurso de Jackson de Figueiredo. A priori, imaginava-se que a preocupação da instituição católica e de Jackson de Figueiredo manifestavam-se sem grande relação com a realidade, trazendo em seu bojo apenas algumas idéias incoerentes a respeito de uma sociedade ilusória, sem precedentes e sem possibilidade de existência. Mas, tamanha foi a surpresa ao constatar que um discurso geográfico aí se apresentava, bem estruturado, com coerência e lógica interna e, principalmente, com grande potencial de efetivação. Até mesmo idéias à primeira vista relacionadas à divagação do espírito, encontraram bases reais que as comprovavam e que possibilitavam a realização.

Hoje, transcorridos mais de 80 anos do início da Reação Católica, ao olhar para a realidade da sociedade mundial e brasileira e perceber a persistência, mesmo que diluída, da ideologia católica como forma de explicação do mundo e substrato de projetos políticos, um esclarecimento parece corroborar a principal conclusão a que chega este trabalho: a eficácia política de um determinado discurso depende em alto grau da relação que estabelece com a visão espacial de sociedade e de país. Ou seja, a maior lógica do discurso geográfico pode colaborar para a concretização de um determinado projeto de país ou de sociedade.



Também como resultado do estudo de Jackson de Figueiredo, ficou evidenciado o papel fundamental do intelectual. Nascido de uma classe social específica, o intelectual devolve ao grupo de origem um conjunto de idéias que legitima, fortalece ou transforma os rumos e as pretensões iniciais. E, nesse caso, a importância de Jackson de Figueiredo se revelou de forma tão clara que seguramente pode ser atribuída ao intelectual a responsabilidade pela transformação do movimento que nasceu de forma reduzida e localizada, em manifestação de caráter nacional. A análise da obra de Jackson de Figueiredo elucidou a construção e o uso do discurso geográfico para legitimação de posturas autoritárias e conservadoras, obviamente associadas à retomada da situação de privilégio da Igreja Católica.

Devido à falha de método ou à superficialidade de interpretação, pode-se atribuir a obra de Jackson de Figueiredo características negativas, tais como a distorção da realidade e incoerência interna em relação aos princípios que estruturam a razão. Essa tem sido a opinião dos poucos estudiosos que a partir de um princípio científico e com um certo grau de distanciamento pessoal do autor, aventuraram-se na análise do seu pensamento. Nesse sentido, a deslegitimação do discurso de Jackson de Figueiredo e a atribuição da incoerência como princípio estruturador do seu pensamento prevaleceram em praticamente todas as análises levantadas por esse trabalho.

Porém, ao mergulhar mais profundamente nas produções de Jackson de Figueiredo, com clareza e definição de método desde o princípio da pesquisa, uma outra realidade se apresentou. A análise de sua vida associada ao grupo social e ao contexto em que foi produzida a obra, permitiu uma conclusão diferenciada dos padrões e das referências predominantes em relação a sua produção. Ao invés da incoerência, a obra de Jackson de Figueiredo revelou lógica interna, em praticamente todas as temáticas levantadas, e os aparentes desvios de padrão e o deslocamento de algum item ou elemento por ele tratado encontram explicação clara a partir do entendimento do contexto do autor e se perdem na imensidão do projeto por ele defendido. É importante, como resultado do trabalho ora apresentado, reafirmar a existência da lógica interna que acompanhou praticamente toda a produção jacksoniana. Dessa forma, pelo reconhecimento da congruência das idéias do autor, corre-se o risco, enquanto pesquisador, de partilhar de suas idéias, relacionadas principalmente à manutenção da estrutura de classe e da desqualificação da população como ingrediente fundamental para a construção de uma sociedade melhor.

Nessa relativa oposição entre coerência interna da obra e defesa de princípios autoritários, a lição resultante parte da seguinte pergunta: Qual o projeto ideal de país? Para Jackson de Figueiredo, o modelo de país encontrava respaldo na visão católica de sociedade, e

dentro da finalidade católica toda a sua obra se estruturava. O seu grande mérito? Ter um projeto para o país e lutar incansavelmente por ele. Nesse aspecto, colocava o seu modelo de sociedade acima de interesses individuais, defendendo a coerência entre as idéias e as ações. Em um momento em que se assiste aos representantes políticos utilizarem-se da lógica oposta, enaltecendo o princípio pessoal em detrimento do coletivo e as idéias por esses defendidas revelando-se totalmente opostas às próprias ações, e grande parte da autodenominada intelectualidade se esquivando da discussão de um projeto de país, Jackson de Figueiredo pode seguramente ser colocado como exemplo a ser seguido. Logicamente, a finalidade a que atendia Jackson de Figueiredo é que levanta as maiores críticas, ou seja, o país e a nação ideal estavam a serviço dos interesses da Igreja Católica.

Dessa forma, ficam do autor algumas lições: a de que é necessário um projeto nacional e acima do projeto nacional um projeto de humanidade, ao qual somente a luta apaixonada pode garantir êxito. Somada a lição da luta, também se pode tirar como ensinamento pessoal da pesquisa o fato de que da mesma forma como os defensores da sociedade autoritária, caso de Jackson de Figueiredo, estruturam discursos e pensamentos tendo por base o discurso geográfico, os defensores do ideal democrático, não podem perder de vista o projeto de país e de mundo. Somente ancorados em uma visão coerente de homem e sociedade pode-se fazer frente aos movimentos como o da Reação Católica, que ameaçam o princípio de predomínio popular em todas as relações políticas que envolvem direta e indiretamente o espaço. Portanto, o discurso geográfico é uma importante ferramenta, que dependendo das intenções e da habilidade de quem a usa pode fortalecer o caminho para a sociedade igualitária ou aumentar ainda mais o fosso que separa as realidades. Faça-se uso dele, antes que outros o façam!

## 8. REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins fontes, 2000.

A ACÇÃO catholica no Brazil comtemporaneo e a palavra de Dom Sebastião leme. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 01-05, ag./set. 1923.

AFONSO CELSO, Conde de. A eucaristia e a união dos brasileiros. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 95-99, nov./dez. 1922.

ALMEIDA, J. M. G; MOURA, S. L. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1830).

ALMEIDA, L. de. Das Weltgericht. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p.50-51, nov. 1921.

AMARAL, L. Um lembrete. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 190-191, jul. 1922.

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

UM ARTIGO de Plínio Barreto. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.110-112, jun. 1925.

BANCO do Distrito Federal. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p.31, ago. 1921.

BANCO do Distrito Federal. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p.01-37, ago. 1922.

O BANQUETE do Itamaraty. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.162-165, mai./jun. 1924.

BARATA, J. Olhando para Santo Thomaz. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 126-132, abr. 1926.

BARROS, R. S. M. de. **A ilustração brasileira e a idéia e universidade**. 1959. 411 f. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1959.

BERDIAEFF, Nicolau. **Uma nova Idade Média**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.

O BRAZIL e a Igreja. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 183, mai./jun. 1924.

CAMARGO, C. P. F. de. (Org.). **Católicos, Protestantes, Espíritas**. Petrópolis: Vozes, 1973.

CARDOSO, A. Sacrifício inadiável. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.115-118, abr. 1926.

CARTA pastoral dos bispos do Equador sobre o liberalismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 190-195, abr/jun. 1923.

CASTIGO às crianças. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.140, jan./mar. 1923.

A CATECHESE e a obra dos frades capuchinhos. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.52-53, mar. 1925.

O CENTENÁRIO. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 29-31, set. 1922.

CENTRO Dom Vital. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 01, maio 1922.

CENTRO Dom Vital. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.130-131, mar./abr. 1924.

CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. de C. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.

O CLERO e a questão das candidaturas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.17-19, set. 1921.

CORRÊA, A. A política de José de Maistre. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p.68-70, dez. 1921.

DECCA, E. S. De. **O Silêncio dos Vencidos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DECCOL, R. **Imigração internacional e mudança religiosa no Brasil**. Campinas: Unicamp (ABEP), 2001. Disponível em:<  
[http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT\\_Migr\\_Deccol\\_Text.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Migr_Deccol_Text.pdf)>. Acesso em: 04 ago. 2008.

A EGREJA e a reforma constitucional. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.81-82, mai. 1925.

A EGREJA e o Estado perante o casamento e o divorcio. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.197-206, jul. 1926.

ENSINO desmantelado e sem ideal. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 51, nov. 1921.

O ENSINO religioso na escola primária. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.118-119, jul. 1925.

A ESTA hora. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 193-196, jul. 1926.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

FERNANDES, C. de F. **Jackson de Figueiredo: uma trajetória apaixonada**. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1989.

FIGUEIREDO, J. de. A Aguia. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p.13, ago.1921b.

FIGUEIREDO, J. de. **A columna de fogo**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1925a.

FIGUEIREDO, J. de. A Igreja, a Reforma e a civilização. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 3, p.52-55, out./nov. 1923.

FIGUEIREDO, J. de. **A Questão Social na Filosofia de Farias Brito**. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1919.

FIGUEIREDO, J. de. Capítulo de um ensaio sobre a obra de Afrânio Peixoto. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 9-10, ago. 1921a.

FIGUEIREDO, J. de. Capítulo de um ensaio sobre a obra de Afrânio Peixoto. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 100-102, ago. 1922c.

FIGUEIREDO, J. de. Centro Dom Vital. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 145, maio 1922a.

FIGUEIREDO, J. de. **Correspondência**. Rio de Janeiro: Agir, 1945.

FIGUEIREDO, J. de. **Do Nacionalismo na hora presente**. Rio de Janeiro: Edição da Livraria Católica, 1921c.

FIGUEIREDO, J. de. **Literatura reaccionária**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924a.

FIGUEIREDO, J. de. O Brasil e o particularismo americano. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 5 p.85-91, abr./maio 1927a.

FIGUEIREDO, J. de. O Brazil de hoje. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 16-20, set. 1922b.

FIGUEIREDO, J. de. O problema immigratório e seus aspectos ethnicos. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.56-57, mar. 1925b.

FIGUEIREDO, J. de. Quasi como ha trinta, quasi como ha dez annos atraz. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 196-200, jul./set. 1927b.

FONTES, J. S. L. **Jackson de Figueiredo: sentido de sua obra**. Aracaju: Editora Livraria Regina, 1952.

FORTUNA, P. Um aspecto da questão social: o trabalho. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.18-19, jan. 1925.

- GOLDMANN, L. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- GOLDMANN, L. **Sociologia do Romance**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GOMES, Perrilo. O laicismo na Revolução Francesa. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.222-230, jul. 1926.
- GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HOBBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **A Invenção das Tradições**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- O HOMEM é, por construção, um ser religioso. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 68, dez. 1921.
- IMPrensa. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 201, jul. 1924.
- A INTELIGENCIA christã brasileira. **A ordem**, Rio de Janeiro, p.195-200, jul. 1924.
- LAMOUNIER, B. A Formação de um pensamento autoritário na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).
- LEME, D. S. Palavras que devem ser meditadas. **A ordem**, Rio de Janeiro, p. 86-87, jan. 1922.
- LEME, D. S. Palavras que devem ser meditadas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.11, ag. 1921a.
- LEME, D. S. Palavras que devem ser meditadas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 18, set. 1921b.
- LENHARO, A. **A Sacralização da Política**. Campinas: Papyrus, 1986.
- A LIÇÃO desta hora. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 81-83, nov./dez. 1922.
- LOURENÇO FILHO, M. B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Publicado originalmente em 1968 e traduzido para o português por Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/Bases\\_Luk%E1cs.pdf](http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%E1cs.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2007.
- MADUREIRA, J. M., Pode, deve o homem culto e intellectual chegar a ser um crente? **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 97-107, abr. 1926.
- MANNHEIM, K. **El Pensamiento conservador**: Ensayos sobre Sociología e psicología social. México: Fondo de Cultura, 1953. p.83-183.

MARCHI, D. D. **O pensamento de Josué de Castro**. 2004. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade São Francisco, Itatiba-SP.

MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES, J. R. (Org.). **Jackson de Figueiredo: trechos escolhidos**. Rio de Janeiro: Agir, 1958. p.19.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MIYAMOTO, S. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas: Papirus, 1995.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Annablume, 2005a.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005b.

MORAES, E. V. de. Benção e distribuição da bandeira nacional. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.170-177, abr./jun. 1923

MORAES, W. de. O Brazil e a Liga das Nações. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.162-167, abr.1926

MORAES, W. de. O momento político. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 42-43, out./nov. 1923.

MURIAS, M. A primeira peregrinação brasileira a Roma. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.100-101, jun. 1925.

NAGLE, J. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

NETTO, C. Legislação do trabalho. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.343-345, out. 1926.

NOGUEIRA, H. A lição do México. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 303-309, out. 1926.

NOGUEIRA, H. Espíritas e espiritismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.116-117, mar. 1922.

NOGUEIRA, H. Meditações sobre as penas eternas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.185-187, abr./jun. 1923.

NOGUEIRA, H. O Malthusianismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.239-240, nov. 1924.

NOGUEIRA, Hamilton. A ressurreição de Judas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.97-99, jun. 1925.

OS NOSSOS mestres. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.148-161, abr. 1926.

PAPA LEÃO XIII. MONTFORT Associação Cultural. "**Rerum Novarum**". 1891. Disponível em: <<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=rerumnovarum&lang=bra>>. Acesso em: em: 13 jul. 2008.

PECÁULT, D. **Os Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO, P. S. Classes Médias Urbanas: Formação, Natureza, Intervenção na vida Política In: FAUSTO, B. (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. Tomo III, v. 2, Sociedade e Instituições (1889-1930).

PORQUE A Ordem é e será política. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 113-115, mar. 1922.

A QUESTÃO do ensino. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 67, dez. 1923.

RODRIGUES, C. M. **A Ordem, uma revista de intelectuais católicos (1934-1945)**. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERRANO, J. S. Thomaz de Aquino, mestre, protector e modelo dos intellectuaes catholicos. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.173-175, mai./jun. 1924.

SOBRE a Obra das vocações sacerdotais. **A Ordem**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 66-67, dez. 1921.

TORREND, C. Viver ou desaparecer. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p.201-218, jul./set. 1927.

VIEIRA, E. **Poder político e resistência cultural**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

VROOMAN, F. C.. A inquisição. **A Ordem**, Rio de Janeiro, p. 234-235, nov. 1924.



**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

ANDRADE, M. J. N. A liberdade alienanda em Sartre como imposição do prático-inerte. CONGRESSO DE CIÊNCIAS HUMANAS E ARTES, 5. 2001, Ouro Preto-MG. **Anais...** Ouro Preto: UFMG. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/FES/fes0301.htm>>. Acesso em : 03 jul. 2007.

ANSELMO, R. de C. M. de S. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira**. 2000. f. 138. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

CHAUÍ, M. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, p.16

HOBBSBAWN, E. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 22.

LACOSTE, Y. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2005.

LEITE, D. M. **O Caráter Nacional Brasileiro**. 6. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

LÊNIN, V. I. **Cultura e revolução cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 30-31.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Publicado originalmente em 1968 e traduzido para o português por Carlos Nelson Coutinho. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/Bases\\_Luk%Elcs.pdf](http://www.giovannialves.org/Bases_Luk%Elcs.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2007.

OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

SANTOS, M. Alguns Problemas da contribuição marxista à Geografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1984.

SARTRE, J. **Crítica de la razón dialéctica**. 2. ed. Buenos Aires: Losada, 1970. Tomo 1.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANDERSON, B. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989

BASBAUM, L. **História Sincera da República de 1889 a 1930**. 2. ed. São Paulo: LB, 1962.

BORDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.

BRAY, S. C. A visão do mundo de Pierre Deffontaines e a ideologia da cultura brasileira nos anos 30. **Geografia**, Rio Claro, v.18, n.2, p.53-67, 1993.

BRAY, S. C. Considerações sobre o método de interpretação funcionalista na geografia. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.10, n.20, p. 33-43, 1980.

BRAY, S. C. Da técnica das palavras chaves à história do pensamento geográfico no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO NO BRASIL, 1., 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: IGCE-UNESP, 1999. p. 3-16.

CAPEL, H. **Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía**. Barcelona: Barcanova, 1981.

CAPEL, H. **La invención del territorio. Ingenieros y arquitectos de la ilustración en España y América**. Barcelona: Editorial Anthropos, 1994. p.98-115. Especial sobre La Geografía Hoy: Textos, Historia y Documentación, n. 43.

CARVALHO, M. M. C. de. Educação e política nos anos 20: a desilusão com a República e o entusiasmo pela educação. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. (Prismas).

\_\_\_\_\_. O nacional e o regional nos debates educacionais promovidos pela Associação Brasileira de Educação nos anos 20. **Boletim Anped**, Niterói, n. 2, 1989. (nova fase).

COSTA, W. M. da **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: HUCITEC / EDUSP, 1992. (Geografia: Teoria e realidade).

COSTA, J. C. **Contribuição à história das idéias no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec., 1996.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1975. 2.v.

FERNANDES, F. **Revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GOLDMANN, L. **El hombre y lo absoluto: el dios oculto**. Barcelona: Ediciones Península, 1985.

GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GRANZIERA, R.G. O Brasil depois da Grande Guerra. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. (Prismas).

HOBBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LAHUERTA, M. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C. de; COSTA, W. P. da. **A década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. (Prismas).

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1983.

MACHADO, L. O. História do Pensamento geográfico no Brasil: elementos para um programa de pesquisa. **Terra Brasilis: revista de história do pensamento geográfico no Brasil**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 110-134, jan./jun. 2000.

MACHADO, L. O. Artificio político en el origen de la unidad territorial de Brasil. In: CAPEL, H. (Org.). **Espacios Acotados: Geografía e dominación social**. Barcelona: PPU, 1990. p.232-233.

\_\_\_\_\_. As idéias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 1, 1999, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: IGCE - UNESP, 1999. v.3.

\_\_\_\_\_. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia da ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MORAES, A. C. R. (Org.) **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, 1990. (Grandes Cientistas Sociais, n.59).

\_\_\_\_\_. Notas sobre a identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

MOURA, O. **As idéias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil, no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

OLIVEIRA, L. L. de. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1990.

OLIVEIRA, L. L. de. Repensando a tradição. **Ciência Hoje**, São Paulo, v.7, n.38, p. 59, 1987.

OLIVEIRA, L. L. de. Questão nacional na Primeira República. In: De Lorenzo, H. C.; Costa, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997. p.186. (Prismas).

PERISSONOTO, Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 20. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. da. (Org.). **A Década de 20 e as origens de um Brasil moderno**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. (Prismas).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHWARTZMAN, S. **Bases do autoritarismo brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988. (Contribuições em ciências sociais).

\_\_\_\_\_. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: FINEP; São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1979. (Biblioteca Universitária. Estudos em ciências e tecnologia, série 8, v. 2).

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SODRÉ, N. W. **A ideologia do colonialismo**: seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: MEC-ISEB, 1961. (Textos Brasileiros de Sociologia).

SOUSA NETO, M. F. O compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil. **Terra Brasilis**: revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Rio de Janeiro, Ano 1, n.1, p. 8-51, jan./jun.2000.

VELOSO, M. P. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

ZUSMAN, P. B. **Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território**: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945). 1996. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ZUSMAN, P. B. Aceleração e transformações sociais: os geógrafos dos anos 30, perplexos, buscam, conceitualizar o Brasil e o mundo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

ZUSMAN, P.; PEREIRA, S. N. Entre a ciência e a política: um olhar sobre a Geografia de Delgado de Carvalho. **Terra Brasilis**: revista de história do pensamento geográfico no Brasil, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, p. 52-88, jan./jun. 2000.